Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO.

CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ

Outubro/2022

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

SÔNIA REGINA DE SOUZA FERNANDES

REITORA

JOSEFA SUREK DE SOUSA DE OLIVEIRA

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Diretor Geral do Campus Avançado Abelardo Luz

Gilmar de Oliveira Veloso

Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão

Auro César Braga

Coordenação Geral de Ensino

Luciana Carlos Geroleti

Coordenador do Curso

Elodir Lourenço de Souza

Comissão Responsável pela Elaboração do PPC

Elodir Lourenço de Souza

Camila Munarin

Janaina Muniz Picolo

Ítalo Kiyomi Ishikawa

Daiana Colombo Figueredo

Manoel Sampaio Schiavi

José de Carvalho de Araújo Júnior

INSTITUTO FEDERAL
Catarinense

1. APRESENTAÇÃO **5**
2. IDENTIFICAÇÃO GERAL DO CURSO **6**
3. CONTEXTO EDUCACIONAL **8**
3.1 Histórico da Instituição - Campus ***8***
3.1.1 O IFC Campus Avançado Abelardo Luz 8
3.2 Justificativas da Criação do Curso ***9***
3.3 Princípios Filosóficos e Pedagógicos do Curso ***14***
4 OBJETIVOS DO CURSO **19**
4.1 Objetivo Geral ***19***
4.2 Objetivos Específicos ***20***
4.3 Requisitos e Formas de Acesso ao Curso ***21***
5. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO **21**
5.1 Políticas de Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação ***21***
5.1.1 Políticas de ensino 21
5.1.2 Política de Extensão 22
5.1.3 Políticas de Pesquisa. 23
5.2 Políticas de Apoio ao Estudante ***24***
5.2.1 Assistência Estudantil 24
5.3 Políticas de Acessibilidade e Inclusão ***26***
5.3.1 Educação Inclusiva e Atendimento Educacional Especializado 26
5.3.2 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) 27
6. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA **28**
6.1 Perfis do Egresso ***28***
6.2 Campos de Atuação **29**
6.3 Organizações Curriculares ***30***
6.3.1. A Pedagogia da Alternância 31
6.3.2 Atividades articuladoras entre o TE e o TC. 33
6.3.3 Relação Teoria e Prática 40
6.3.4 Prática Profissional 41
6.3.5 Prática como Componente Curricular 41
6.3.6 Interdisciplinaridade 44
6.4 Matriz Curricular ***47***
6.4.1 Matriz curricular para os ingressantes a partir de 2023 47
6.4.2 Matriz Curricular dos Componentes Curriculares Optativos* 50
7 Representação Gráfica do Perfil de Formação **51**
7.1 Ações de Extensão ***51***

7.2 Curricularização da Extensão e da Pesquisa 52
7.3 Linhas de Pesquisa 53
7.4 Atividades Curriculares Complementares 54
7.5 Atividades de Monitoria 56
7.6 Trabalho de Conclusão de Curso 56
7.7 Estágio Curricular Supervisionado 56
7.7.1 Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório 56
7.7.2 Estágio Curricular não obrigatório 58
8 AVALIAÇÃO 58
8.1 Sistema de Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem 58
8.2 Sistema de Avaliação do Curso 60
8.3 Aproveitamento de Estudos 61
8.4 Avaliações de Extraordinário Saber 61
8.5 Expedição de Diploma 61
9 EMENTÁRIO 62
9.1 Ementários Componentes Curriculares obrigatórios 62
9.2 Ementário Componentes Curriculares Optativos 91
10 CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO 95
10.1 Descrição do Corpo Docente 95
10.2 Coordenação de Curso 96
10.3 Núcleo Docente Estruturante 97
10.4 Colegiado de Curso 98
10.5 Descrição do Corpo Técnico Administrativo Disponível 100
10.6 Políticas de Capacitação para Docentes e Técnicos Administrativos em Educação 100
11 DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL 100
11.1 Biblioteca 100
11.2 Áreas de Ensino e Laboratórios 100
11.3 Áreas de Atendimento ao Estudante 101
11.4 Acessibilidade 101
12 CONSIDERAÇÕES FINAIS 102
13 REFERÊNCIAS 102

1. APRESENTAÇÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados por meio da Lei nº 11.892/2008, constituem um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica que visa responder de forma eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

Presente em todos os estados, os Institutos Federais contêm a reorganização da rede federal de educação profissional, oferecendo formação inicial e continuada, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia, bacharelado em engenharias, licenciaturas e pós-graduação.

O Instituto Federal Catarinense (IFC) resultou da integração das antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio juntamente com os Colégios Agrícolas de Araquari e *Campus* Camboriú, até então vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina. A esse conjunto de instituições somaram-se a recém-criada unidade de Videira e as unidades avançadas de Blumenau, Luzerna, Ibirama e Fraiburgo.

O IFC possui atualmente 15 *Campi*, distribuídos nas cidades de Abelardo Luz, Araquari, Blumenau, Brusque, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira, além de uma Unidade Urbana em Rio do Sul e da Reitoria instalada na cidade de Blumenau.

O IFC oferece cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, estimulando a pesquisa e apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.

Para que os objetivos estabelecidos pela Lei nº 11.892/2008 sejam alcançados faz-se necessário a elaboração de documentos que orientem as funções e atividades no exercício da docência, os quais devem ser construídos em sintonia e/ou articulação com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e o Projeto Político Pedagógico Institucional – PPI, com as Políticas Públicas de Educação e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Nessa perspectiva, o presente documento tem o objetivo de apresentar o Projeto Pedagógico do Curso Superior em Pedagogia, com ênfase em Educação do Campo, com o intuito de justificar a necessidade institucional e demanda social, considerando o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.

2. IDENTIFICAÇÃO GERAL DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO	Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia, com ênfase em Educação do campo
COORDENADOR	Elodir Lourenço de Souza SIAPE: 2390538 Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva Titulação: Mestre em Educação Telefone: (47) 3331-7883 E-mail: elodir.souza@ifc.edu.br
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	Elodir Lourenço de Souza SIAPE: 2390538 Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva Titulação: Mestre em Educação Telefone: (47) 3331-7883 E-mail: elodir.souza@ifc.edu.br
	Daiana Colombo Figueredo SIAPE: 1140811 Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva Titulação: Mestra em Educação Profissional e Tecnológica Telefone: (48) 33317883 E-mail: daiana.figueredo@ifc.edu.br
	Camila Munarini SIAPE: 2390092 Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva Titulação: Mestra em Educação Profissional e Tecnológica Telefone: (48) 33317883 E-mail: camila.munarini@ifc.edu.br
	Manoel Sampaio Schiavi SIAPE: 1354049 Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva Titulação: Mestre em Educação Profissional e Tecnológica Telefone: (69) 981247592 E-mail: manoel.schiavi@ifc.edu.br
	Luciana Carlos Geroleti Siape: 3171465 Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva Titulação: Doutora em História Telefone: (48) 33317883 E-mail: luciana.geroletti@ifc.edu.b
	Ítalo Kiyomi Ishikawa Siape: 2409627 Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva Titulação: Doutor em Filosofia Telefone: (48) 33317883 E-mail: italo.ishikawa@ifc.edu.br
MODALIDADE	Presencial
GRAU	Licenciatura
TITULAÇÃO	Licenciatura em Pedagogia, com ênfase em Educação do Campo
LOCAL DE OFERTA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Avançado Abelardo Luz **CNPJ:** 10.635.424.0002-67 **SITE:** www.abelardoluz.ifc.edu.br **Endereço do campus:** Estrada Geral – Assentamento José Maria, SN, Abelardo Luz/SC **Cep:** 89830-000 **Telefone/Fax:** (47) 3331-7881

	E-mail de contato: dde@abelardoluz.ifc.edu.br
TURNO	Integral
NÚMERO DE VAGAS	40 vagas
	Núcleo de Formação Geral: 840 horas
	Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos: 2385 Horas
	Prática como Componente Curricular: 405horas
	Estágio Curricular Obrigatório: 405 horas
	Atividades Curriculares Complementares: 100 horas
	Curricularização da Extensão e da Pesquisa: 385 horas
	Carga horária Total do Curso: 3400 horas
PERIODICIDADE DE OFERTA	Oferta anual
PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO	8 semestres
RESOLUÇÃO DE APROVAÇÃO DO CURSO	Resolução do Consuper n° 024/2017

Legislação vigente para o curso:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN: Lei n° 9.394/1996;
- Diretrizes Curriculares Nacionais de Graduação, carga horária mínima e tempo de integralização: Parecer CNE/CES n° 776/1997; Parecer CNE/CES n° 583/2001; Parecer CNE/CES n° 67/2003.
- • CNE/Resolução Nº 2, DE 28 DE ABRIL DE 2008 - Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.
- • CNE/Resolução Nº 1, DE 3 de abril de 2002 - Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.
- Carga Horária e conceito de hora-aula: Parecer CNE/CES nº 261/2006; Resolução CNE/CES nº 3/2007.
- •DECRETO No 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010- Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.
- Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena: Lei n° 11.645/2008; Resolução CNE/CP n° 01/2004; Parecer CNE/CP 003/2004.
- Política Nacional de Educação Ambiental: Lei n° 9.795/1999; Decreto n° 4.281/2002;
- Língua Brasileira de Sinais: Decreto n° 5.626/2005;
- Acessibilidade para Pessoas com Necessidades Específicas e/ou mobilidade reduzida: Lei 10.098/2000; Decreto n° 5.296/2004.
- Núcleo Docente Estruturante: Resolução CONAES n° 01/2010;
- Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino: Decreto 9235 de 2017.
- Portaria 107/2004 de 22 de julho de 2004 – Sinaes e Enade: disposições diversas; Portaria Normativa n° 23 de 21 de dezembro de 2017- Dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação

de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.

- Estágio de estudantes: Lei 11.788/2008.
- Resolução CNE 01/2012: Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para inclusão de conteúdos que tratam da educação em direitos humanos.
- Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei ° 12.764, de 27 de dezembro de 2012.
- Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura 2010.
- Plano de Desenvolvimento Institucional - 2019-2023. Reitoria do IFC - Blumenau, 2019.
- Organização Didática do IFC – Resolução 010/2021 Consuper/IFC.
- Política Institucional de Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica do IFC.
- Resolução do CNE/CP nº 1, de15 de maio de 2006 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.
- Parecer do CNE/CP nº: 5/2005 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia
- Parecer do CNE/CP nº: 3/2006 - Reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2005, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.

3. CONTEXTO EDUCACIONAL

3.1 Histórico da Instituição - Campus

O Instituto Federal Catarinense (IFC) teve origem na integração das escolas agrotécnicas de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio, além dos colégios agrícolas de Araquari e Camboriú, que eram vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina por ocasião da mesma lei de criação dos IFs. Após a criação do IFC, a expansão ocorreu quase que imediatamente, estimulada pelo Programa de Expansão Federal. Assim, novos campi do IFC surgiram em Videira, Luzerna, Fraiburgo, Ibirama, Blumenau e São Francisco do Sul.

Na terceira etapa de expansão foram criados os campi Avançado Abelardo Luz, Brusque, São Bento do Sul e as unidades urbanas de Sombrio e Rio do Sul. No 1º semestre de 2014, o antigo câmpus Sombrio (sede) passa a ser chamado Santa Rosa do Sul, devido ao Campus estar no município de mesmo nome, ao passo que a Unidade Urbana transformou-se em Campus Avançado Sombrio. O IFC possui atualmente 15 campi distribuídos no estado sendo a Reitoria instalada no município de Blumenau (PDI, 2019).

3.1.1 O IFC Campus Avançado Abelardo Luz

Levando em consideração a sua missão e dentro das normativas legais, o Campus Avançado Abelardo Luz vem buscando uma intervenção articulada com a comunidade para desenvolver a sua característica de vínculo também com esse espaço. O Campus está

situado no município de Abelardo Luz e localizado dentro do Assentamento José Maria; um dos 22 assentamentos existentes no município (ABELARDO LUZ, 2019).

A região apresenta aproximadamente 1.500 famílias assentadas, em uma área que contempla mais de 20.000 hectares (ABELARDO LUZ, 2017) e possui, ainda, duas áreas indígenas, das quais atende aproximadamente 150 famílias (DIÁRIO, 2012), fazendo parte do Território da Cidadania. Está localizado na divisa com o Estado do Paraná e faz parte do mesorregião do oeste catarinense.

O Campus Avançado Abelardo Luz foi uma reivindicação dos Movimentos Sociais, que em 2011, apresentaram à Presidência da República a necessidade de instalação de Institutos Federais nas áreas de assentamento, locais que abrangem um número expressivo de famílias. Houve um comprometimento por parte do Poder Executivo Federal com a implantação de 20 Institutos Federais, sendo um por estado. Esta pauta foi reafirmada na Audiência Pública realizada em agosto de 2012 (DIÁRIO, 2012). Em Santa Catarina foi indicado o município de Abelardo Luz para a implantação de um Campus do Instituto Federal, por considerar que, além desse município, a região conta ainda com assentamentos em outros municípios próximos, como Passos Maia, Catanduvas, Dionísio Cerqueira e São Miguel do Oeste.

Já em 2009, o município de Abelardo Luz recebe ainda como Polo do Campus Concórdia, , a oferta do curso Técnico em Agropecuária Subsequente, em parceria com a Prefeitura Municipal de Abelardo Luz e a Escola Estadual de Ensino Médio Paulo Freire (CECOM/REITORIA, 2016), dando prosseguimento à política de expansão da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. No ano de 2015, por meio da Portaria nº 27, de 21/01/2015 (DOU, 2015), constitui-se o novo Campus que passou a ser denominado "IFC Campus Avançado Abelardo Luz", vinculando-se administrativamente ao IFC Campus Concórdia por meio da Portaria nº 153/2015, de 22/01/2015 (IFC, 2015). No ano seguinte, vinculou-se à reitoria do, em Blumenau, por meio da Portaria nº 359/2016, do dia 03/02/2016 (IFC, 2016). A partir do dia 16/05/2018, por meio da Portaria nº 1354/2018, o "IFC Campus Avançado Abelardo Luz" voltou a se tornar um Campus avançado do "IFC Campus Concórdia" (IFC, 2018).

3.2 Justificativas da Criação do Curso

A Secretaria de Educação de Santa Catarina, em 2022, apresentou indicadores mostrando que são 88910 professores atuantes na Educação Básica no Estado e destes mais de 6800 não possuem formação em nível superior. Na educação infantil, em 2019,

apenas 53,7% dos docentes tinham formação em pedagogia, enquanto nos anos iniciais do ensino fundamental o índice era de 82%. (https://www.sed.sc.gov.br/informacoes-educacionais/28427-indicadores-educacionais)

Diante da necessidade quantitativa e qualitativa por profissionais da educação e dos desafios enfrentados por toda a educação básica, quanto ao fomento de propostas pedagógicas que atendam às demandas sociais emergentes, se fazem necessárias discussões sobre a formação de professores. O contexto escolar sofre mudanças e com elas surgem novas demandas na formação dos profissionais da educação, que permitam sua inserção, compreensão e transformação da realidade. (reescrito do ppc antigo)

O papel fundamental do docente, do pesquisador e do gestor de processos pedagógicos encontra-se na construção e difusão de conhecimentos científicos, o que se observa no artigo 4º na Resolução 01/2006 do CNE que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia e na Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015:

> Art. 4° O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços de apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.
> Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:
> I- planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;
> II- planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;
> III- produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional em contextos escolares e não-escolares.

O profissional licenciado em pedagogia tem então diversos campos de atuação tanto em espaços de formação escolar, quanto não-escolar. Neste sentido, as orientações presentes nas novas diretrizes e essa ampliação dos horizontes para a formação dos pedagogos, principalmente no que se refere ao sentido de docência, "exigirá uma nova concepção de educação, da escola, da pedagogia, da docência, da licenciatura […] que a (as) situe(m) no contexto mais amplo das práticas sociais construídas no processo de vida real dos homens, com o fim de demarcar o caráter sócio-histórico desses elementos" (AGUIAR, *et. al.*, 2006, p.832).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), traz a

formação de docentes para atuar na educação básica:

> Art. 62. [...] far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Regulamentado pelo Decreto n. 3276 em 6 de dezembro de 1999, esse artigo da LDB dispõe sobre a formação de nível superior de professores para atuar na educação básica:

> Art. 1º. A formação em nível superior de professores para atuar na educação básica, observado o disposto nos arts. 61 a 63 da o 9.394, de 20 de dezembro de 1996, far-se-á conforme o disposto neste Decreto.
> Art. 2º. Os cursos de formação de professores para a educação básica serão organizados de modo a atender aos seguintes requisitos:
> I - compatibilidade com a etapa da educação básica em que atuarão os graduados;
> II - possibilidade de complementação de estudos, de modo a permitir aos graduados a atuação em outra etapa da educação básica;
> III - formação básica comum, com concepção curricular integrada, de modo a assegurar as especificidades do trabalho do professor na formação para atuação multidisciplinar e em campos específicos do conhecimento;
> IV- articulação entre os cursos de formação inicial e os diferentes programas e processos de formação continuada.
> Art. 3º. A organização curricular dos cursos deverá permitir ao graduando opções que favoreçam a escolha da etapa da educação básica para a qual se habilitará e a complementação de estudos que viabilize sua habilitação para outra etapa da educação básica.
> §1º A formação de professores deve incluir as habilitações para a atuação multidisciplinar e em campos específicos do conhecimento.
> §2º A formação em nível superior de professores para a atuação multidisciplinar, destinada ao magistério na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, far-se-á, preferencialmente, em cursos normais superiores.

Sendo assim, no enunciado na legislação, fica evidente a necessidade da formação dos profissionais da educação, em geral, e principalmente dos professores, em cursos superiores de licenciatura. O que se destaca é que a ampliação de oferta de novos cursos deve ser acompanhada da qualidade, sendo esta formação pautada em projetos que visem à transformação social e que reflitam criticamente acerca dos espaços educacionais e do fazer docente. Tratando especificamente do IFC campus Avançado Abelardo Luz localiza-se em uma região que integra o Território da Cidadania, o que justifica a necessidade da oferta de um curso de graduação que atenda a modalidade de educação do campo.

A Educação do Campo (EdoC) tem sua origem nas lutas dos movimentos sociais que buscam vincular a educação escolar à realidade de exclusão vivenciada por grande parte da população, especialmente a população do campo. Sendo assim, a educação dos povos do campo deixou de ser apenas uma reivindicação social e constituiu-se como reflexão teórica e prática. Marcada pelas contradições inerentes ao meio rural e contrapondo-se à concepção de educação rural, a educação do campo se consolida como marco conceitual. Embora o debate não tenha alcançado muitos dos órgãos públicos que trabalham diretamente com as escolas

do campo, a EdoC vem ganhando cada vez mais espaço nas discussões educacionais e tem trazido para o campo teórico, várias indagações e inúmeros debates. Para Caldart:

> Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana. (CALDART, 2012, p. 259)

De acordo com as reflexões sistematizadas pela autora, a educação do campo inaugura uma nova realidade brasileira, ao utilizar de questões práticas relacionadas ao campo, incide sobre os interesses das comunidades camponesas, que lutam por uma educação pensada a partir da ideia de educação como direito universal. Não é por acaso que entra no debate sobre política pública, ao argumentar:

> O protagonismo dos movimentos sociais camponeses no batismo originário da Educação do Campo nos ajuda a puxar o fio de alguns nexos estruturantes desta 'experiência', e, portanto, nos ajuda na compreensão do que essencialmente ela é e na 'consciência de mudança'. (CALDART, 2012, p. 259).

A proposta da educação do campo foi sendo construída no Brasil a partir do I Encontro Nacional de Educação na Reforma Agrária – ENERA, em 1997 e do I Encontro Nacional da Educação do Campo, em 1998, bem como, a partir das lutas pela transformação da realidade educacional específica do campo, travadas pelos Movimentos Sociais do Campo, principalmente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, pelo Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, pelo Movimento dos Pequenos agricultores – MPA, pelas organizações indígenas e quilombolas, além da contribuição de sindicatos e organizações sociais, de universidades, tais como: A Universidade Nacional de Brasília – UNB, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, a Universidade Federal da Bahia - UFBA, entre outras.

A articulação com experiências históricas de lutas e resistência na educação desenvolvidas pelas Escolas Famílias Agrícolas e pela Educação Popular, principalmente pelo Movimento de Educação de Base – MEB também foram fundamentais para a consolidação da proposta de educação do campo. Nesse contexto, a educação do campo, surge como uma forma de enfrentamento às políticas neoliberais para a educação e para a agricultura "E isso se refere tanto ao debate da educação quanto ao contraponto de lógicas de produção da vida, de *modo de vida"*. (CALDART, 2012, p. 264).

Ao tornar-se política educacional, a EdoC materializa a proposta dos Movimentos Sociais do Campo e atende demandas nessa área, ou seja, articula-se ao modo de organização do trabalho e da vida dos camponeses. No entanto, os dados revelam uma grande defasagem educacional que historicamente acompanha o destino da população camponesa.

Em 2015, dados fornecidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

quanto à taxa de analfabetismo, mostraram que 9% do conjunto dos brasileiros acima de 10 anos não sabia ler e escrever. Ao considerar dados anteriores, de 2001, é possível observar um progresso visto que a taxa era de 14,6%. Porém, ao analisar separadamente a população urbana da população do campo, observamos que a primeira foi de 13,3% a 7%, enquanto entre os sujeitos do campo a redução foi de 30% para 20%. Analisando o estado de Santa Catarina temos uma taxa geral de 5%, em 2015, contra 7,6% no campo. (IPEA, 2021)

Do ponto de vista do número médio de anos de estudos, também é observada uma discrepância. No Brasil foi de 6 anos de estudos para 7,8 anos, entre 2001 e 2015 (PNAD, 2015). Mas ao analisarmos o progresso no campo, foram alcançados apenas 5,28 anos de média nos estudos de 2015, muito abaixo das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) 2011- 2020. Na região sul, o que se observa é uma média de 8,45 anos para a população urbana contra 6,23 para a população do campo. (IPEA, 2021)

Quanto à formação dos educadores das escolas do campo, nos deparamos com dados alarmantes, pois, segundo Censo Escolar (2011), no campo possui 342.845 educadores no campo, destes apenas 182.528 (53,3%) possuem ensino superior e 160.317 (46,7%) não possuem ensino superior. Sendo que dos que não possuem ensino superior, 156.190 possuem Ensino Médio e 4.127 possuem apenas o Ensino Fundamental.

É neste sentido que se justifica mais uma vez a criação de cursos de formação de professores, sobretudo para a atuação nos anos iniciais do ensino fundamental e na educação infantil, que estejam preparados para atuar na EdoC, com o objetivo de atender a uma demanda quantitativa, mas também de garantir o atendimento à proposta e às leis da EdoC. Sendo assim, a formação deve priorizar o respeito a realidade, a diversidade, a especificidade do campo.

Neste sentido, o curso de Licenciatura em Pedagogia com Ênfase em Educação do Campo, ofertado pelo IFC campus de Abelardo Luz, contribuirá para suprir a demanda de formação de educadores para atuação nas escolas do campo objetivando uma verdadeira qualidade do ensino, o que possibilitará a diminuição do analfabetismo e a elevação do nível de escolaridade e de conhecimentos dos trabalhadores do campo.

O IFC campus Avançado Abelardo Luz, localiza-se em uma região agrícola e cercada por assentamentos da reforma agrária, intensificando a demanda por formação de educadores que dialoguem com essa realidade. São cerca de 40 assentamentos localizados nos municípios: Abelardo Luz, Ouro Verde, Passos Maia, Vargeão, Ponte Serrada, Catanduvas, Vargem Bonita e Água Doce, correspondendo a mais de 10 escolas do campo. No Município

de Abelardo Luz são duas escolas de Ensino Fundamental, atendendo cerca de 500 estudantes em cada e duas escolas de ensino médio que atendem 300 alunos.

Portanto, é nessa realidade, marcada pela resistência dos trabalhadores camponeses que lutam pela permanência na terra, que emerge a necessidade de instituições públicas que atendam as demandas históricas relacionadas à educação. Esse foi o objetivo da consolidação do IFC- Abelardo Luz nessa região, bem como do curso de Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo.

3.3 Princípios Filosóficos e Pedagógicos do Curso

As Diretrizes Curriculares Nacionais ressaltam que a educação do licenciado em Pedagogia deve propiciar, por meio de investigação, reflexão crítica e experiência no planejamento, execução, avaliação de atividades educativas, a aplicação de contribuições de campos de conhecimentos, como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico e o cultural. Juntamos a isso a orientação do PDI do Instituto Federal Catarinense que compreende: "o exercício pedagógico propõe-se a encontrar o equilíbrio entre a formação humana e a formação profissional, orientado pelo diálogo, pela integração dos saberes, pelos princípios da democracia, da autonomia e da participação crítica, visando a autonomia intelectual do educando" (PDI, 2019, p. 43).

Para dar conta desses elementos fundamentais para a formação do profissional pedagogo/educador, o curso orienta-se pelos princípios filosóficos e pedagógicos que constitui o PDI do IFC, quanto à concepção de formação humana, a concepção de sociedade e a concepção de educação. Essas concepções estão fundamentadas pela abordagem filosófica do materialismo histórico e dialético, que como citada por Chauí:

> [...] materialismo, porque somos o que as condições materiais (...) nos determinam a ser e a pensar. Histórico porque a sociedade e a política não surgem de decretos divinos nem nasce da ordem natural, mas dependem da ação concreta dos seres humanos no tempo. (CHAUÍ, 1995 apud PDI 2014, p. 34).

Segundo essa concepção, o ser humano, assim como toda a realidade, se encontra em constante movimento. É nesta condição que se produz como ser histórico. É pelo trabalho que o ser humano constitui-se em sua formação histórica e social, pois ao transformar a natureza por meio de sua atividade/trabalho, promoveu em si o salto ontológico. Esse processo de transformar-se ao transformar possibilitou a passagem da esfera orgânica para a esfera social, tornando-se um ser social.

Em relação à educação, a concepção teórica que nos orienta enquanto instituição,

compreende que o ser humano é o único capaz de transformar o seu conhecimento a partir de abstrações, do acúmulo de experiência e do pensamento, produzindo novo conhecimento de ação transformadora do mundo. A Educação, diferente do conhecimento que é propriedade de toda matéria viva, é atributo exclusivo da sociedade humana, de maneira que não é possível pensar em um ser humano sem educação, nem educação sem o ser humano. Nesse viés, o meio social é um elemento educativo, a educação acontece em diversos espaços (como a igreja, a rua, no espaço de trabalho, o desemprego, o sindicato entre outros) e de maneira diferente, dependendo do desenvolvimento das forças produtivas – que é parte integral da dinâmica transformadora e transformante do ser humano. Portanto, a educação não é um fazer somente da escola numa relação entre "educador-educando". O processo pedagógico é mediado pelas relações sócio-históricas dos sujeitos e das condições objetivas que o constituem. A educação escolar, nesse sentido, tanto pode reproduzir, quanto pode contribuir para transformar a sociedade.

Temos na escola, diversos papéis, mas sem dúvida, a sua principal função social é a de socializar os conhecimentos historicamente produzidos e acumulados pela humanidade de forma efetiva e universal. Sendo o IFC uma instituição pública, deve estar comprometido com a realidade onde se insere, como destaca o PDI (2019), a garantia de sua oferta perpassa "tanto pela ampliação de sua capacidade de absorver, sobretudo os membros das classes populares, quanto pela firme recusa da privatização dos conhecimentos, isto é, impedir que um bem público tenha apropriação privada". (CHAUÍ, 2003 apud, PDI, 2019, p. 55-56).

Deste modo, a escola pensada desde e para a classe trabalhadora deve assumir o princípio da formação para a emancipação humana, conforme destacado no PDI (2019), a formação omnilateral do sujeito histórico que busca dar conta da formação em todas as dimensões do ser humano:

> (...) a concepção de educação ou de formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos, pois os mesmos não são simplesmente dados pela natureza (FRIGOTTO, 2012 apud, PDI 2019, p. 51).

Nesta perspectiva os seres humanos fazem sua história, ao mesmo tempo em que são determinados por ela. Coerentemente, aos pressupostos apresentados, adota-se o enfoque histórico-cultural de aprendizagem, que tem como um de seus principais

precursores Vygotsky. Esse autor (1993; 2001), defende a ideia de que as funções mentais superiores são o produto da história socialmente construída e reflexo das relações dialéticas sujeito e mundo, e a mente como uma construção social e cultural.

Desta forma, a Teoria Histórico-Cultural evidencia aprendizagem e o desenvolvimento como fenômenos humanos semioticamente mediados, considerando a linguagem o instrumento imprescindível para a construção do conhecimento. A teoria histórico-cultural evidencia também, que o sujeito, da mesma forma que sofre a ação dos fatores sociais, culturais e históricos, também pode agir de forma consciente sobre estas forças, isto sem o rompimento entre a dimensão biológica e simbólica que o constitui.

A concepção histórico-cultural considera que todos são capazes de aprender e compreender que as relações e interações sociais estabelecidas pelos sujeitos são fatores de apropriação de conhecimento. Neste sentido, traz consigo a consciência da responsabilidade ética da escola com a aprendizagem de todos, uma vez que ela é interlocutora privilegiada nas interações sociais de todos os estudantes.

Desse modo, o papel do professor é conhecer o nível de desenvolvimento em que se encontram seus estudantes a fim de estabelecer mediações pertinentes que possibilitem o desenvolvimento destes sujeitos. De acordo com Rego (2002, p.88), o fator imprescindível para as interações na sala de aula são os diferentes ritmos, comportamentos, contextos familiares, valores e níveis de conhecimento de cada sujeito.

Esses imprimem ao cotidiano escolar a possibilidade da troca de repertórios, de visão de mundo, confrontos, ajuda mútua e, consequentemente, a ampliação das capacidades individuais.

É importante ressaltar que a formação do Licenciado em Pedagogia tem peculiaridades muito especiais, ou seja, o estudante aprende a profissão no lugar similar a aquele em que vai atuar, porém numa situação invertida. Este movimento implica que deve haver uma coerência entre o que se faz na formação e o que se espera como profissional. Destaca-se a necessidade que o futuro professor experiencie como estudante, durante todo o processo de formação, as atitudes, modelos didáticos, capacidades e modos de organização que se pretende e venham a ser concretizados em suas práticas pedagógicas. Na sua formação específica considera-se a afirmação do decreto nº 7.352/2010 sobre a Política de Educação do Campo, que ressalta a necessidade de formar profissionais com capacidade de dialogar com a realidade local considerando a diversidade cultural, econômica e social, buscando a melhoria da vida desses sujeitos.

Considerando os aspectos acima expostos, discorremos sobre os princípios filosóficos e metodológicos - coerentes com a orientação fundamentada pela concepção do materialismo histórico dialético dado pelo PDI do IFC – a serem considerados na formação humana e dos profissionais da educação formados por essa Instituição:

Um primeiro princípio é **a formação omnilateral** (FRIGOTTO, 2012), ou seja, o exercício de práticas que possibilitem o desenvolvimento de várias dimensões do ser humano: física, psicológica, mental, corporal, política, social, estética, do trabalho, dentre outras.

Um segundo, que decorre desse é a garantia do a**cesso ao conhecimento amplo e profundo da realidade**, portanto, um conhecimento engajado, interessado, posicionado. Não existe neutralidade no conhecimento, nós o colocamos a serviço de um ou de outro projeto de sociedade.

Um terceiro princípio **é a formação crítica** que só é possível articulado aos dois primeiros princípios. Exige a construção de elementos que possibilitem o desvelamento da realidade, portanto, a compreensão profunda das raízes das questões da vida, o que dá sustentação ao posicionamento diante dela;

Como quarto princípio indicamos a necessidade de construção da i**dentidade de classe** (LUKÁCS, 2003 e 2009), o que só é possível nas relações entre os sujeitos da mesma classe, num processo de comprometimento com as lutas da mesma.

Quinto princípio é **a formação para o trabalho e pelo trabalho** (MACHADO, 1989; PISTRAK, 2003, SHULGIN, 2013) – não unilateralmente, mas buscando construir tanto a competência técnica, como a competência política (superar aquele processo que prepara os sujeitos para serem tecnicamente competentes, mas politicamente inofensivos)

Como sexto princípio, podemos indicar a necessidade de articular processos de **auto-organização dos sujeito**s, na perspectiva de exercitar práticas que contribuam para desenvolver a autonomia, a coletividade, a iniciativa e a capacidade de organização.

- E sétimo, mas não último, a necessidade de **planejamento coletivo**, de planejar "com e não para". Isso exige um sentimento de pertença ao grupo e de respeito ao outro bastante significativo.

Sustentados por esses princípios filosóficos que orientam a formação humana que pretendemos, indicamos os princípios pedagógicos-metodológicos que orientam de forma complementar algumas especificidades do curso proposto, expressas em alguns princípios da ação coletiva que se pretende no mesmo:

O primeiro princípio é o **epistemológico**, segundo o qual se considera o

conhecimento como construção sócio-histórica-cultural. Para realizar o trabalho, o homem foi criando vários instrumentos e várias formas de fazê-lo. Assim, foi dividindo o trabalho e essa divisão provocou a divisão dos homens, que divididos foram se organizando em classes, constituindo uma sociedade de classes.

Se o homem se faz pelo trabalho e esse trabalho é realizado com o outro, ele tem um aspecto coletivo, portanto coletivamente vai produzindo o conhecimento. Então, o conhecimento é produto do trabalho humano que precisa ser socializado aos outros homens. Isso acontece por meio da educação. É preciso entender aqui educação também como processo de socialização do que a sociedade já produziu, portanto, mediadora entre a sociedade e a "pessoa". As questões da educação são engendradas nas relações que os homens estabelecem ao produzir sua existência. A educação, portanto, não é neutra, é política, não é deslocada do contexto, é processo situado social e historicamente. A educação socializa o resultado do trabalho e é trabalho.

Segundo Wachowicz (1995), a educação não se reduz à transmissão do conteúdo cultural, mas à apropriação de uma realidade, não só de um conteúdo elaborado sobre essa realidade. Assim, a função do curso é socializar conhecimento produzido histórica e socialmente, na perspectiva de apreender a própria realidade.

Nesse sentido, é importante (re)conectar os conteúdos escolares com os aspectos da realidade, ou seja, trabalhá-los de forma contextualizada. Desencadear-se-á um processo de apropriação do conhecimento que promoverá a tomada de consciência da realidade, estabelecendo-se relação entre o singular, o particular e o universal.

A partir dessa compreensão é que definimos o segundo princípio, ou seja, estabelecer a relação dialética entre **teoria e prática**, ou seja, a partir dos conteúdos formais propiciar uma reflexão sobre a realidade próxima e ampla. Contribuindo para instrumentalizar os sujeitos para intervirem significativamente sobre a mesma. Como nessa proposta, os sujeitos envolvidos estão inseridos no campo, igualmente importante é dar visibilidade às questões relacionadas com a vida no campo, construindo instrumentos para percebê-la no conjunto da sociedade e superar a visão de suposta dicotomia que existe entre campo e cidade.

Para que isso aconteça, faz-se necessário ter como processo central do trabalho pedagógico, a **pesquisa que** é nosso terceiro princípio. Passa a ser condição para a investigação que vai do particular ao universal, do específico ao geral. Se uma das principais preocupações é a realidade, e essa é composta de pessoas, faz-se necessário

igualmente ter como princípio também a consideração em relação às diferenças étnicas, de classe, de gênero e as necessidades especiais de cada sujeito, sejam elas de caráter físico, social, mental e outros. Nesse sentido, é importante, ressaltar que, ao tratar das questões teórico-metodológicas, políticas, legais, sociais considerar as especificidades dos sujeitos inseridos em diferentes processos educativos, como as crianças, os jovens, adultos e idosos, as pessoas com necessidades especiais e outros. Considerar a diferença não é precarizar os processos destinados a determinados sujeitos, pelo contrário, é atendê-los na sua especificidade, mas garantindo o desenvolvimento de todas as dimensões humanas num processo de aprendizagem altamente qualificado nessa perspectiva, portanto, um processo exigente e intencionalmente planejado.

É com essa preocupação que surge como quarto princípio a perspectiva **interdisciplinar**, que articula-se a perspectiva educacional adotada no curso. Nessa direção Bianchetti (1995), considera que a interdisciplinaridade vincula-se aos pressupostos do materialismo histórico dialético e constitui elemento mediador entre as diferentes disciplinas. Assim sendo, a interdisciplinaridade não poderá, jamais, ser um elemento de redução a um denominador comum, mas sim, um elemento teórico-metodológico da diferença e da criatividade. Nesta lógica, é assumida como princípio da máxima exploração das potencialidades de cada ciência, da compreensão de seus limites, mas, acima de tudo, é o princípio da diversidade e criatividade.

Nesse sentido, nasce o quinto e talvez mais importante princípio é que justamente o aspecto **político** classista da educação, explicitando-se a opção pela população do campo na perspectiva de desvelar a sociedade de classes e tornar a educação um instrumento importante na luta para a superação das desigualdades e tomada de consciência da realidade. Assim, adotar-se-á um processo de gestão com ampla participação para que todos os envolvidos no processo atuem efetivamente na construção, implementação e avaliação da proposta.

4 OBJETIVOS DO CURSO

4.1 Objetivo Geral

O curso de Licenciatura em Pedagogia, com ênfase em Educação do Campo destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, que compreendem a gestão de sistemas e instituições de ensino, em contextos escolares e não

escolares, nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

4.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos do curso de Licenciatura em Pedagogia, com ênfase em educação do campo são:

Formar professores capazes de atuar em diferentes contextos, utilizando estratégias que respeitem as diferenças, contribuindo para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, culturais, políticas e outras;

Formar educadores e educadoras engajados aos movimentos sociais e organizações populares para atuarem na realidade educacional do campo;

Desenvolver programas de conteúdo filosófico e político que permitam a compreensão das propostas educacionais oriundas de diferentes matrizes filosóficas;

Estimular a análise e o debate sobre os sentidos conferidos à educação em diferentes períodos, com ênfase no que se verifica no tempo presente;

Valorizar, através de bases científicas, o estudo crítico das relações sociais que são mediadas pelo fenômeno educacional em diferentes perspectivas conjunturais, com vistas à transformação social;

Analisar as diferentes concepções didático-epistemológicas que pautam as diversas correntes educacionais;

Conhecer e valorizar a diversidade cultural dos povos do campo, das águas e da floresta;

Identificar a Didática como saber relacionado à *práxis* educacional e potencializador do engajamento político;

Concatenar dialeticamente as ações de planejamento de ensino, formação e avaliação pedagógica na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos além de Gestão em espaços escolares e não escolares;

Apresentar, produzir e implementar possibilidades metodológicas a partir das quais sejam possíveis mediações entre as diversas áreas do conhecimento, Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Gestão em espaços escolares e não escolares;

- Estimular o desenvolvimento de tecnologias de informação e de comunicação para além de seus aspectos instrumentais, alcançando tecnologias identificadas nos princípios que regem este Projeto de Curso;

- Construir processos de pesquisa e produção do conhecimento científico engajado na perspectiva da transformação social;
- Construir elementos para processos de educação estética;
- Produzir material didático para o contexto da Escola do Campo;
- Desenvolver vivências em diferentes Escolas do Campo;
- Engajar-se em processos de educação não-formal nas comunidades de origem;
- Construir processos de intervenção prática nas escolas e comunidades.

4.3 Requisitos e Formas de Acesso ao Curso

A seleção para os Cursos de Graduação do IFC é realizada 100% pelo SISU para o processo regular. As vagas que não forem preenchidas pelo SISU serão ofertadas por meio dos processos de cadastro de reserva e/ou vagas não ocupadas, os quais utilizam a análise do histórico escolar como critério de seleção. O IFC utiliza o Sistema de Ações Afirmativas (cotas) em todas as chamadas do processo seletivo, conforme Lei 12.711/2012, Lei 13.409/2016 e Resolução 37/2016 do Consuper.

Para ingresso no Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia, com ênfase em educação do campo, é necessário que o candidato tenha concluído o Ensino Médio e submeta-se à seleção prevista pela Instituição. Também é possível ingressar no curso de Licenciatura em Pedagogia, com ênfase em educação do campo, através de Editais de Transferência, de acordo com os critérios definidos na Organização Didática do IFC. São modalidades de transferência: transferência interna (destinada ao ingresso de estudantes provenientes de outros cursos de graduação do IFC e que desejam mudar de curso e de campus), transferência externa (destinada ao ingresso no curso do IFC, de estudantes provenientes de outras instituições de ensino) e transferência ex offício, conforme determinação da legislação vigente.

5. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

5.1 Políticas de Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação

As políticas institucionais no âmbito do curso estão articuladas com o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2019). As mesmas buscam garantir a indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa.

5.1.1 Políticas de ensino

O PDI assegura que: "ao orientar sua política de ensino articulando trabalho,

ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, reafirma que a formação humana, cidadã, precede a qualificação para a trabalho, e assume o compromisso de assegurar aos profissionais a possibilidade de continuar em desenvolvimento ao longo da vida" (IFC, 2019, p.49).

No âmbito da formação docente, a Instituição “assume o compromisso como instituição formadora em articulação com os sistemas de ensino, em regime de colaboração, para promover de maneira articulada a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério” (PDI, 2019, p. 50). A formação de docentes visa a qualificação e preparação de professores para atuarem nos diferentes níveis e modalidades, tais como: Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos, Educação Indígena, Educação do Campo, etc.

Neste sentido, o IFC oferece diferentes formas de qualificação do processo de ensino-aprendizagem através de programas, projetos de ensino e de monitoria. Os projetos de ensino são entendidos como:

> Conjunto de ações de ensino e aprendizagem, de trabalho educativo e/ou de intervenção, de atualização ou retomada de conteúdos, de dinamização dos componentes curriculares, bem como de prática profissional, voltados aos discentes dos cursos regulares ofertados pelo IFC, por meio do desenvolvimento de atividades extracurriculares ou complementares, sob a orientação de docente ou técnico administrativo (PDI, 2019, p.63).

Os projetos de monitoria são desenvolvidos nos espaços dos cursos, através de projetos previamente elaborados e aprovados pela instituição, esses projetos segundo o PDI:

> Tem a finalidade de fortalecer a articulação entre teoria e prática e a integração curricular em seus diferentes aspectos, assim como promover a cooperação mútua entre discentes, técnico-administrativos com formação na área da monitoria e docentes e permitir ao estudante a experiência com as atividades técnico-didáticas (PDI, 2019, p.63).

Na mesma perspectiva, os Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação à Docência -PIBID e Programa Residência Pedagógica (RP), além de oportunizar aos acadêmicos o acesso a bolsas, são programas que possibilitam a relação da teoria com a prática e a relação do IFC com outras instituições de ensino. Tais programas possibilitam o vínculo dos acadêmicos com docentes de outras redes de ensino e com as escolas da rede pública.

5.1.2 Política de Extensão

Segundo o PDI, entende-se a extensão como processo educacional que visa a formação humana, considera as características locais, sociais, científicas, culturais e busca tornar acessível o conhecimento produzido historicamente pela humanidade. Tendo

como prioridade atender as demandas externas da comunidade e fortalecer de maneira concreta os processos formativos (IFC, 2019). As ações no âmbito da extensão se fazem através de programas, projetos, serviços, eventos, estágios, produção e publicação.

> As atividades de extensão ocorrerão em caráter de intervenção social, gerando a integração e a colaboração entre a comunidade universitária e a sociedade. Atendendo as demandas em distintos contextos sociais, objetivando consolidar as intenções de compromisso social da instituição ordenado pelo componente ético (IFC, PDI, 2019, p.54).

O PDI ao tratar da política de extensão, conforme a citação acima, não deixa dúvida sobre o papel e objetivo das atividades de extensão que se almeja.

5.1.3 Políticas de Pesquisa.

Entendimento sobre as políticas de pesquisa buscou no PDI Institucional que diz que "A pesquisa, que em seu sentido etimológico, de perquirir, é uma ação intencional de procurar conhecer algo com afinco" (IFC, 2019, p. 78). Além disso, a pesquisa, segundo o mesmo documento, "constitui-se em um caminho de excelência para a compreensão das interações do sujeito com o mundo do trabalho, assim como das suas inter-relações com o mundo da vida social e do conhecimento" (IFC, 2019, p. 78).

Partindo do entendimento trazido no PDI sobre o conceito de pesquisa e os objetivos que se almeja é que o curso de pedagogia, com ênfase em educação do campo apresenta a pesquisa como um dos princípios pedagógico-metodológicos.

O Regulamento das Atividades de Pesquisa, no âmbito do IFC, os objetivos são:

I – Estimular a realização de pesquisas científicas e tecnológicas inovadoras, capazes de agregar valores e conhecimentos tecnico-cientificos de interesse da sociedade e de seus segmentos;

II – Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo investigativo de geração, adaptação e transformação de soluções científicas, técnicas e tecnológicas que atendam as demandas sociais e peculiaridades regionais;

III – Fortalecer e consolidar os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, articulando-os às perspectivas globais de desenvolvimento humano, ambiental e socioeconômico;

IV – Estimular o desenvolvimento do espírito crítico, voltado a curiosidade e investigação científica;

V – Implantar e difundir a cultura de inovação tecnológica, bem como promover políticas de proteção dos direitos relativos à propriedade intelectual;

VI – Desenvolver e consolidar os Grupos de Pesquisa e a Iniciação Científica e Tecnológica, bem como subsidiar o desenvolvimento de programas de pós-graduação.

Para fins de execução dos projetos de pesquisas, o curso contará também com os

programas institucionais de fomentos a pesquisa e com os programas de apoio à produção e publicações científicas.

5.2 Políticas de Apoio ao Estudante

5.2.1 Assistência Estudantil

O campus Avançado Abelardo Luz conta com o SISAE - Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional, que desenvolve ações de apoio, orientação, capacitação, inclusão e identificação das demandas sociais apresentadas pelos estudantes através de equipe multiprofissional, composta por profissionais das áreas de serviço social, psicologia, pedagogia. Por meio do SISAE, o estudante tem acesso, por exemplo, ao PAE - Programa de Assistência Estudantil, que objetiva criar condições de acesso e aproveitamento pleno da formação acadêmica aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio da concessão de auxílios estudantis. A cada semestre são lançados editais com esse fim.

Existe ainda um núcleo específico para a acessibilidade de estudantes com necessidades especiais, o NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas), que tem como objetivo disseminar a cultura da inclusão no âmbito do IFC por meio de projetos, assessorias e ações educacionais, contribuindo para as políticas de inclusão das esferas municipal, estadual e federal.

Vale ressaltar que os professores do IFC têm destinados em seu Plano de Trabalho Docente, horários de atendimento a alunos com dificuldades, bastando ao estudante agendar esse atendimento sempre que considerar necessário.

No portal os discentes, os alunos podem se informar sobre: Programas de Auxílio Estudantil, Auxílios para Eventos e Visitas Técnicas, Jogos Estudantis, IFCultura, Moradia Estudantil, entre outras informações e formas de apoio para permanência e êxitos dos estudantes.

A seguir são descritos em mais detalhes os objetivos e atuações de alguns dos núcleos de apoio aos discentes.

O Núcleo Pedagógico (NuPe) é um órgão de estudos, pesquisas e assessoramento do campus, vinculado à Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão, cuja finalidade é proporcionar à comunidade acadêmica assistência de ordem didática e pedagógica, contribuindo com a implementação de políticas e ações na área educacional, visando a melhoria do processo de ensino/aprendizagem.

O NuPe tem como objetivo geral promover assessoramento didático-pedagógico em conformidade com a legislação vigente e diretrizes institucionais, constituindo-se como um espaço de planejamento coletivo, consultivo e orientador das demandas referentes à prática educativa.

Os objetivos específicos do NUPE compreendem:

I. Assessorar a prática pedagógica contribuindo para a indissociabilidade Ensino, Pesquisa e Extensão;

II. Mediar a comunicação entre a comunidade escolar no que se refere à melhoria dos processos de Ensino-aprendizagem;

III. Difundir novos saberes, legislações e orientar a educação em todos os níveis e modalidades de ensino;

IV. Contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e dos processos pedagógicos, por meio das ações e encaminhamentos construídos coletivamente pautados na reflexão contínua.

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) é um órgão de assessoramento, e encontra-se ligado, na Reitoria, à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social, e, em cada campus, diretamente à Direção-geral.

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) existe para que as questões étnico-raciais, como o racismo e a xenofobia, não fiquem à margem e sejam encaradas com a devida seriedade nas ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no âmbito do Instituto Federal Catarinense (IFC) ou que estejam a ele vinculadas. Isso significa zelar pelo fiel e adequado cumprimento da legislação, promovendo e ampliando as ações inclusivas e o debate acerca do racismo em nosso país.

Os objetivos do NEABI são, além de incentivar e ampliar ações que já existem, é ser propositivo e juntamente com a comunidade escolar buscar novas propostas, novos caminhos de inserção efetiva do indígena e do afro-brasileiro em todas as esferas da sociedade, das quais foram e ainda são excluídos, em função de valores culturais e práticas institucionais discriminatórias e sectarista.

O NEGES (Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade) é voltado para o fomento a estudos das questões relativas à temática de gênero, identidade de gênero e sexualidades no âmbito da Instituição e em suas relações com a comunidade externa e desenvolvimento de ações que promovam o combate ao preconceito. A Política Inclusão e Diversidade do IFC tem por objetivo promover a inclusão, o respeito à diversidade e

aos direitos humanos no âmbito do IFC, com vistas à construção de uma instituição inclusiva, permeada por valores democráticos e éticos."

O Núcleo de Estudos de Educação do Campo – NECAMPO, instituído no Campus, tem por finalidade compreender e propor políticas e proposta pedagógica da Educação do Campo.

Como visto, o apoio ao discente é uma parte importante do curso para garantir o sucesso na aprendizagem do estudante, bem como, contribuir para a sua permanência. Sendo realizado das seguintes formas: pelos docentes do curso, pela coordenação do curso, pelos núcleos de estudos, pelo programa de assistência estudantil, entre outros.

Os docentes destinam um tempo correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária de cada disciplina para atendimento ao aluno, dando a oportunidade de sanar as dúvidas ou dificuldades de aprendizagem, revisar e aprofundar conteúdos. Por meio das disciplinas de Seminário Integrador, os docentes tratam de temas que vêm ao encontro daquilo que os estudantes precisam aprender para se inteirar e vivenciar a metodologia do curso, ou seja, a Pedagogia da Alternância.

A coordenação do curso, por sua vez, oferece apoio ao discente por meio de reuniões periódicas com os estudantes, no intuito de orientá-los e auxiliá-los quanto à participação nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e Tempos Comunidade, além da realização de avaliações por parte dos acadêmicos e da coordenação.

5.3 Políticas de Acessibilidade e Inclusão

5.3.1 Educação Inclusiva e Atendimento Educacional Especializado

A Política de Inclusão e Diversidade visa promover a inclusão, o respeito à diversidade e aos direitos humanos no âmbito do IFC, com vistas a construção de uma instituição inclusiva, permeada por valores democráticos e éticos. A partir dela foram instituídos os núcleos inclusivos, com atuação nos *campi* e na reitoria, quais sejam: Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade (NEGES) e Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI). (IFC, PDI 2019, p.87).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma das ações que compõem o atendimento ao estudante do IFC, regulamentado pela Resolução no 15/2021 – CONSUPER, de 29 de abril de 2021. Entende-se por AEE o conjunto de atividades,

recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados para complementar e/ou suplementar a formação dos estudantes.

São considerados público deste tipo de atendimento: estudantes com deficiência; estudantes com transtornos globais do desenvolvimento; estudantes com altas habilidades/superdotação e estudantes com necessidades específicas que necessitam de acompanhamento pedagógico contínuo, mediante avaliação da equipe.

A necessidade de atendimento para o estudante é avaliada pela equipe de AEE, sob enfoque pedagógico. A mesma é composta, em cada *campus*, no mínimo por pedagogo, psicólogo e professor de Educação Especial/AEE. A instituição tem compromisso com a garantia da presença destes profissionais nos *campi*, especialmente do professor de Educação Especial/AEE. Temporariamente, nos *campi* em que não há os cargos específicos que compõem a equipe de AEE, esta é constituída também por profissionais de outros *campi*. (IFC, PDI 2019, p.88).

5.3.2 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne)

A atuação do NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas) dos campi deve ser articulada com o NAPNE central, ao qual é subordinado à definição das políticas e estratégias, embora diretamente vinculado à Direção-geral do campus.

O NAPNE tem como finalidade:

I – Desenvolver ações de implantação e implementação de Programas e Políticas de inclusão, conforme as demandas existentes em seus campi e região de abrangência.

II – Promover na instituição a cultura da educação para a inclusão, promovendo a quebra das barreiras atitudinais, educacionais e arquitetônicas.

Ao NAPNE compete:

I – A disseminação da cultura da inclusão no âmbito do IFC por meio de projetos, assessorias e ações educacionais, contribuindo para as políticas de inclusão das esferas municipal, estadual e federal;

II – Mediar as negociações e convênios com possíveis parceiros para atendimento das pessoas com necessidades específicas;

III – Avaliar e propor diretrizes e metas a serem alcançadas, no tocante a Inclusão no âmbito do IFC;

IV – Auxiliar na implementação de políticas de acesso e permanência dos alunos com

necessidades educativas específicas de acordo com a legislação vigente;

V – Manifestar-se, sempre que se fizer necessário, sobre assuntos didático-pedagógicos e administrativos, relacionados à inclusão;

VI- Promover eventos que envolvam a capacitação de servidores para as práticas inclusivas em âmbito institucional.

6. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

6.1 Perfis do Egresso

O profissional licenciado em Pedagogia ficará habilitado a exercer atividades de ensino e pesquisa, além de atuar na organização e gestão de projetos educacionais em diversas áreas da educação, enfatizando-se sua formação como docente. Além de compreender a história, a proposta teórica/prática e a política de educação do campo e atuar na construção e desenvolvimento de processos pedagógicos das escolas, especialmente do campo e de outros espaços de educação/formação. Assim, o (a) egresso(a) dos cursos de formação inicial em nível superior deverá estar apto a:

I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

II - compreender o seu papel na formação dos estudantes da educação básica a partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

III - trabalhar na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano nas etapas e modalidades de educação básica;

IV - dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;

V - relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático/pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;

VI - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

VII - identificar questões e problemas socioculturais e educacionais existentes no campo,

com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;

VIII - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;

IX - atuar na gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais;

X - participar da gestão das instituições de educação básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;

XI - realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, econômico, político e sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios, sobre propostas curriculares e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros;

XII - utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos;

XIII - estudar e compreender criticamente as Diretrizes Curriculares Nacionais, além de outras determinações legais, como componentes de formação fundamentais para o exercício do magistério.

Parágrafo único. Os professores indígenas e aqueles que venham a atuar em escolas indígenas, professores da educação escolar do campo e da educação escolar quilombola, dada a particularidade das populações com que trabalham e da situação em que atuam, sem excluir o acima explicitado, deverão: (I) promover diálogo entre a comunidade junto a quem atuam e os outros grupos sociais sobre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprios da cultura local; (II) atuar como agentes interculturais para a valorização e o estudo de temas específicos relevantes.

6.2 Campos de Atuação

A área de atuação profissional é a docência nas instituições de ensino e pesquisa, na educação básica e no planejamento, organização e gestão dos sistemas de ensino, nas

esferas administrativa e pedagógica em geral.

O trabalho pedagógico está presente nas várias modalidades da educação possibilitando diversas oportunidades de atuação para o pedagogo. Logo, as atividades do profissional Licenciado em Pedagogia abrangem a docência, gestão dos processos educativos em ambientes escolares e não escolares, assim como a produção e disseminação de conhecimentos da área da educação.

De acordo com as Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia (CNE/2006), o campo de atuação constitui-se das seguintes áreas:

•*Docência* na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas do curso de Ensino Médio na modalidade Normal, assim como em Educação Profissional, na área de *serviços e apoio* escolar, além de em outras áreas nas quais conhecimentos pedagógicos sejam previstos;

•*Gestão educacional*, entendida numa perspectiva democrática, que integre as diversas atuações e funções do trabalho pedagógico e de processos educativos escolares e não escolares, especialmente no que se refere ao planejamento, à administração, à coordenação, ao acompanhamento, à avaliação de planos e de projetos pedagógicos, bem como análise, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e institucionais na área de educação;

•*Produção e difusão* do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não escolares.

6.3 Organizações Curriculares

A organização curricular do curso tem como base o artigo 6º da Resolução CNE/CP Nº 1 de 15 de maio de 2006 – que orienta a constituição da matriz a partir de três núcleos de estudos: um núcleo de estudos básicos, um núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos e um núcleo de estudos integradores.

O núcleo de estudos básicos articula a aplicação de princípios, concepções e critérios das diferentes áreas de conhecimento, com pertinência ao campo da Pedagogia; a aplicação de princípios da gestão democrática, observação, análise, planejamento, implementação e avaliação dos processos educativos em espaços escolares e não escolares; aplicação, em práticas educativas, de conhecimentos dos processos de desenvolvimento de crianças, jovens e adultos, nas diferentes dimensões; utilização de conhecimento multidimensional sobre o ser humano, nas situações de aprendizagem;

estudo da Didática, de teorias e metodologias pedagógicas; estudo das relações entre educação e trabalho; atenção referente à questão da ética, estética e à ludicidade, articulando o saber aluno à pesquisa, à extensão e à prática educativa; o est udo, aplicação e avaliação dos textos legais relativos à organização da educação nacional.

Este núcleo de estudos busca articular essa e outras questões por meio do estudo acurado da literatura pertinente e realidades educacionais, bem como por meio de reflexões e ações críticas, não perdendo de vista a diversidade e multiculturalidade da sociedade brasileira.

O *núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos* é voltado às áreas de atuação profissional priorizada pelo projeto pedagógico das instituições, o qual propiciará, entre outras possibilidades, a investigação sobre processos educativos e gestoriais em diferentes contextos; avaliação, criação e utilização de textos e materiais didáticos, processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural e o estudo, análise e avaliação das teorias da educação, a fim de propiciar a elaboração de propostas educacionais consistentes e inovadoras.

O *núcleo de estudos integradores* proporcionará o enriquecimento curricular, compreendendo a participação em seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, monitorias e extensão, diretamente orientados pelo corpo docente do curso; atividades práticas, possibilitando vivências nas diversas áreas do campo educacional e atividades de comunicação e expressão cultural.

6.3.1. A Pedagogia da Alternância

Pedagogia da Alternância é o movimento político-pedagógico de organização do ensino no curso de pedagogia, com ênfase em educação do campo. Essa proposta articula momentos de estudos ministrados na instituição de ensino – IFC e momentos de realização de trabalho orientados desenvolvidos nas comunidades de origem dos estudantes. Alteram-se, portanto, tempo/espaço de estudo: Tempo Escola – TE, e o Tempo Comunidade – TC.

Essa forma de organização do ensino teve origem na França no ano de 1935, com as primeiras escolas Maisons Familiales Rurales – MFR, criadas para atender os filhos de agricultores que buscavam uma escola que incorporasse suas demandas. Almejavam a inserção nos estudos escolares e a continuidade de sua atuação no trabalho agrícola com suas famílias. Deste modo, a ideia básica era conciliar os estudos com o trabalho na

propriedade rural da família (Nosella, 1977; Pessotti, 1978; Azevedo, 1999; Gimonet, 1999; Estevam, 2003; Magalhães, 2004).

No Brasil experiências orientadas pela Pedagogia da Alternância foram implementadas a partir dos anos de 1969, primeiramente, no Estado do Espírito Santo e rapidamente espalharam-se por outros estados do país. As experiências mais conhecidas são as desenvolvidas pelas Escolas Família Agrícolas – EFAs, e pelas Casas Familiares Rurais - CFRs – CEFFAS, tendo como principal articuladora e coordenadora na região sul do Brasil a Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul – ARCAFAR-SUL.

A Pedagogia da Alternância na formação de educadores do campo surgiu diante da demanda dos Movimentos Sociais do Campo, que desde suas práticas educativas formais e não formais pautaram políticas educacionais específicas. Os primeiros cursos ofertados aconteceram em parceria entre as Instituições de Ensino Superior – IES e o Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA.

Nos cursos ofertados aos trabalhadores do campo, a alternância, na maioria das vezes, é a única possibilidade de ingresso ao curso superior, principalmente, aos professores que já atuavam em escolas do campo sem possuir qualificação, jovens ou adultos que trabalham no campo e pretendem dar continuidade aos seus estudos sem sair de sua comunidade.

A alternância como princípio metodológico, segundo Begnami (2003), possibilita um processo contínuo de aprendizagem e formação na descontinuidade de atividades e na sucessão integrada de espaços e tempos. Neste sentido, a alternância agrega necessariamente o movimento do sujeito no mundo, nos diferentes contextos em que esteja inserido, onde os processos de ir e vir estão baseados em princípios fundamentais, tais como: a produção da vida (em casa, no trabalho, na rua, nos movimentos sociais, na luta, dentre outros) é um espaço educativo tal qual o da escola. Desta forma, propicia a integração entre o trabalho e a formação. Nesta perspectiva analítica e prática, na alternância, a realização das atividades é entendida, não como complementar, mas de interação permanente entre as atividades formativas e o trabalho do estudante no processo educativo, onde os sujeitos e os sistemas se constituem num movimento dinâmico de formação e não uma mera transmissão de conhecimentos.

O movimento político-pedagógico da alternância TE e TC, propicia a articulação entre os princípios filosóficos, pedagógicos e metodológicos que se materializam

mediante a compreensão dinâmica e complexa da realidade e o trabalho que compreende a formação humana não dissociada das relações de produção e sua influência nos processos formativos e educativos.

Tempo Escola – TE: É o tempo de estudo concentrado, no qual as disciplinas são ministradas pelos professores do curso, espaços de realização de seminários e auto-organização dos estudantes. Vislumbra a articulação entre teoria e prática – práxis mediante o estudo sistemático de conteúdos das diferentes áreas de conhecimento ofertadas no curso. A apropriação do conhecimento permite compreender a sociedade em sua totalidade dinâmica e contraditória para uma atuação consciente.

Tempo Comunidade – TC: É o tempo de estudos realizados na comunidade de origem dos estudantes e de sistematização das questões da realidade. Vislumbra a articulação entre teoria e prática – práxis mediante o estudo orientado, sistematização e análise de questões da realidade. Sendo este tempo de estudo, pesquisa e extensão, cumpre duas tarefas fundamentais: estimular e desenvolver as habilidades intelectuais dos estudantes, de modo que possam participar individual e coletivamente da produção ativa e autônoma de conhecimento sobre a sua realidade, estabelecendo formas de diálogo entre conhecimentos técnico-científicos e saberes populares e comunitários; e formar sujeitos que contribuam com o desenvolvimento de sua comunidade, ampliando e aperfeiçoando o seu envolvimento com os projetos local em sintonia com os valores e práticas culturais, organizativas, políticas e pedagógicas de suas comunidades.

6.3.2 Atividades articuladoras entre o TE e o TC.

As atividades articuladoras do TE com TC serão definidas pelos professores das disciplinas que possuem carga horária de Tempo Comunidade, as quais são desenvolvidas pelos acadêmicos durante o Tempo Comunidade, mediante orientação das atividades do Tempo Comunidade. A disciplina Seminário Integrador terá a função de contribuir com o processo de orientação, realização, socialização e avaliação das atividades a serem desenvolvidas nos Tempos Comunidade. Neste sentido, a disciplina **Seminário integrador de Ensino, Pesquisa e Extensão:** É uma disciplina do curso que visa avaliar, socializar, projetar e acompanhar as atividades desenvolvidas durante o TC, que desencadeará um processo de articulação entre teoria e prática. Contempla ainda, as orientações do PCC do curso. Ressalta-se a importância da participação dos docentes do curso nos momentos de seminários de socialização das atividades desenvolvidas no

Tempo Comunidade, assim como, nos momentos de avaliação e planejamentos das orientações futuras.

Inserção na escola: é uma atividade processo que pretende fortalecer o vínculo do estudante com a escola de sua comunidade e objetiva aprimorar sua compreensão sobre a instituição escolar em sua historicidade e complexidade. Esta dimensão formativa orienta a inserção do estudante em espaços de gestão, formação e ensino na escola e inicia já no primeiro ano de curso e deve adquirir intencionalidades que atendam as demandas da turma para cada comunidade. As ações orientadas pretendem inserir o estudante no universo Político Pedagógico da escola, mas não substitui o Estágio Supervisionado previsto no curso, apenas auxilia e potencializa a capacidade de análise dessas práticas uma vez que o estudante já estará familiarizado com a instituição escolar.

Inserção na comunidade: é uma atividade processo e visa inserir os estudantes em contextos educativos não formais na sua comunidade e a cada TE precisa ser reorientado.

Estudo: o estudo contempla as atividades de leitura, sínteses e pesquisa orientada pelas disciplinas do curso, com carga horária específica para tal.

Esses momentos de inserção na escola, na comunidade e no estudo, serão direcionados, principalmente, pela disciplina do Seminário Integrador que dialogará com as demais disciplinas visando assim, melhor orientar o TC.

As formas de registros serão as seguintes: a) **Relatório do Tempo Comunidade:** a ser desenvolvido pelo estudante no decorrer do seu TC. É descritivo e deve conter elementos do planejamento realizado para orientar o desenvolvimento das atividades dos educandos, a participação nas atividades de inserção na comunidade e na escola, enfim, deve contemplar os limites/avanços e desafios da incidência nas três dimensões formativas descritas acima. b) **Plano de Atividade:** a ser desenvolvido pelo estudante e em diálogo com o acompanhamento local e socializado com o coletivo o qual o educando se vincula. É uma prática de planejamento pessoal.

As formas de acompanhamento serão as seguintes: **a) acompanhamento local:** realizado por um representante da comunidade ou da escola de origem do estudante, que estabelecerá, quando necessário, contato direto com os professores do curso. b) **Acompanhamento institucional:** realizado pelos professores do curso, que possuem disciplinas com carga horária de Tempo Comunidade, de forma presencial (visitas planejadas quando necessário) e semipresencial (mediante orientação de atividades,

contato com o acompanhamento local). Esses instrumentos de acompanhamento e orientação do TC contribuem para a análise do processo de formação individual e coletiva do curso e também para a inserção orientada nos processos organizativos da comunidade, da escola e da produção

Na reorganização curricular o curso deverá prever o mínimo de 75% de unicidade entre outros cursos do IFC de mesma nomenclatura. A unicidade de 75% corresponde ao mesmo nome do componente curricular, ementa e carga horária.

a) Eixo Pedagógico

A Política Institucional de Formação de Professores aponta no Artigo 11, que o eixo pedagógico obrigatório compreende um grupo de disciplinas comuns aos cursos de Licenciatura do IFC que busca contribuir para a construção de uma identidade docente. No inciso 1º, destaca-se que este mesmo eixo deverá abarcar carga horária total de, no mínimo, 660 (seiscentas e sessenta) horas.

Quadro I - Componentes Curriculares do Eixo Pedagógico Obrigatório do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia, com ênfase em educação do campo do IFC Campus Avançado Abelardo Luz

Disciplina	Carga Horária
Filosofia da Educação	60
História da Educação	60
Sociologia da Educação	60
Educação Sociedade e Trabalho	60
Psicologia da Educação	60
Didática Geral	60
Teorias Educacionais e Curriculares	60
Políticas Públicas da Educação	60
Gestão Educacional	60
Educação, Diversidade e Inclusão	60
Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação na Educação	60
Didática: Educação Infantil e Anos iniciais	60
TOTAL	720

b) Núcleo de Formação Geral

O Núcleo de Formação Geral possui caráter de formação generalista, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais, composto por campos do saber que constroem o embasamento teórico necessário para a formação docente.

Quadro II - Componentes Curriculares do Núcleo de Formação Geral do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia, com ênfase em Educação do Campo do IFC Campus Avançado Abelardo Luz

Disciplina	CH Total	CH TE	CH de TC
Pedagogia e Profissão Docente	60	45	15
História da Educação	60	45	15
Psicologia da Educação	60	45	15
Filosofia da Educação	60	45	15
Teorias Educacionais e Curriculares	60	45	15
Leitura e Produção Textual	60	45	15
Didática Geral	60	45	15
Políticas Públicas da Educação	60	45	15
Antropologia	60	45	15
Gestão Educacional	60	45	15
Gestão Escolar e Não escolar	60	45	15
Educação, diversidade e Inclusão.	60	45	15
Educação, Sociedade e Trabalho.	60	45	15
TOTAL	840		

c) Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos

O Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos nas áreas de atuação profissional é composto por campos de saber destinados à caracterização da área específica de formação e conhecimentos pedagógicos.

Quadro IV - Componentes Curriculares do Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia, com ênfase em Educação do Campo do IFC Campus Avançado Abelardo Luz

Disciplina	CH Total	CH TE	CH TC	CH CEP	CH PCC
Seminário Integrador de Ensino, Pesquisa e Extensão I	30	-	-	30	-

Seminário Integrador de Ensino, Pesquisa e Extensão II	30	-	-	30	-
Seminário Integrador de Ensino, Pesquisa e Extensão III	30	-	-	30	-
Seminário Integrador de Ensino, Pesquisa e Extensão IV	30	-	-	30	-
Seminário Integrador de Ensino, Pesquisa e Extensão V	30	-	-	30	-
Seminário Integrador de Ensino, Pesquisa e Extensão VI	30	-	-	30	-
Seminário Integrador de Ensino, Pesquisa e Extensão VII	30	-	-	30	-
Seminário Integrador de Ensino, Pesquisa e Extensão VIII	30	-	-	30	-
Pesquisa e Processos Educativos I	90	30		-	60
Pesquisa e Processos Educativos II	90	30	-	-	60
Pesquisa e Processos Educativos III	90	30	-	-	60
Pesquisa e Processos Educativos IV	75	30	-	-	45
Pesquisa e Processos Educativos V	30	30	-	-	-
Pesquisa e Processos Educativos VI	30	30	-	-	-
Pesquisa e Processos Educativos VII	30	30	-	-	-
Pesquisa e Processos Educativos VIII	30	30	-	-	-
Educação do Campo I: Formação Social do Brasil e Conformação Agrária	60	45	15	-	-
Educação do Campo II: Movimentos Sociais e Políticas Públicas	45	30	15	-	-
Educação do Campo III: Educação e Agroecologia	45	30	15	-	-
Didática: Educação Infantil e Anos iniciais	60	45	15	-	-
Alfabetização e Letramento I	60	45	15	-	-
Alfabetização e Letramento II	60	45	15	-	-
Fundamentos e Metodologia em Geografia	90	60	-	-	30
Fundamentos e Metodologia em Língua Portuguesa	90	60	-	-	30
Fundamentos e Metodologia	90	60		-	30

em Ciências Naturais					
Fundamentos e Metodologia das Artes	90	60		-	30
Fundamentos e Metodologia em História	90	60	-	-	30
Estágio Supervisionado I: Educação Infantil	120	30	-	-	90
Estágio Supervisionado II: Gestão Escolar	90	30	60	-	-
Estágio Supervisionado III: Gestão Escolar em Espaços Comunitário do Campo	75	30	45	-	-
Estágio Supervisionado IV: Anos Iniciais do ensino fundamental	120	30	90	-	-
Linguística	60	45	15	-	-
Linguagem, Corpo e Movimento	60	-	-	15	-
Infância e Educação Infantil	60	45	15	-	-
Língua Portuguesa para os Anos Iniciais	45	45	-	-	-
Matemática para os anos iniciais: Fundamentos e Métodos.	90	60	-	-	30
Jogo, brinquedo e brincadeira.	60	45	-	15	-
Libras	60	45	15	-	-
Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação na Educação	60	45	15	-	-
Total	2385				

d) Núcleo de Estudos Integradores e Práticas Pedagógicas

Os Estudos Integradores correspondem a no mínimo 100h de Atividades Curriculares Complementares (ACCs), caracterizadas como atividades teórico-práticas de aprofundamento, complementares à formação e ao enriquecimento curricular.

e) Práticas Pedagógicas

De acordo com a Política Institucional de Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica do IFC, as Práticas Pedagógicas compreendem o estágio

curricular supervisionado, em situação real de trabalho em escola, e a Prática como Componente Curricular, distribuídas ao longo do processo formativo.

A PCC deve compor os projetos de cursos de licenciatura com o mínimo de 405 (quatrocentas e cinco) horas vivenciadas ao longo do curso, com vistas à integração entre o IFC e o sistema de educação básica da região, fortalecendo a colaboração interinstitucional e a inserção dos estudantes de licenciatura no contexto educacional.

A PCC objetiva fortalecer a relação entre teoria e prática na formação dos estudantes, mediante a valorização da pesquisa individual e/ou coletiva, e visa a preparação dos sujeitos para lidar com a tomada de decisões adequadas ao exercício da profissão, tendo a escola e, sobretudo, a sala de aula, como foco para onde converge a formação.

A carga horária destinada à PCC deverá envolver um movimento de reflexão-ação-reflexão, a partir da proposição de atividades inerentes à prática docente, por meio de estratégias que façam frente à complexidade do processo de ensino e aprendizagem nos campos específicos da formação dos estudantes. Considera-se a PCC um momento formativo de caráter integrador fundamental à compreensão da profissão docente como um processo complexo - cujo entendimento não se restringe a um campo específico de conhecimento - para o que a reflexão teórica deve estar em permanente diálogo com o fazer cotidiano de sua profissão.

As PCC buscam estabelecer a integração interna e externa dos conhecimentos específicos da área, dos saberes didático-pedagógicos e dos conhecimentos humanísticos. Dada a natureza investigativa e, ainda, o diálogo que manterá com os diversos espaços educativos, poderá estar associada às dimensões da pesquisa e inovação e da extensão.

No Quadro V são elencados os componentes que incluem as PCC e a carga horária voltada ao Núcleo de Estudos Integradores

Quadro V - Componentes Curriculares/Disciplinas das Práticas Pedagógicas do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia, com ênfase em educação do campo - Campus Avançado Abelardo Luz

Disciplina	Carga Horária da disciplina
Carga horária total da Prática como Componente Curricular (PCC)	405h
Carga horária total de Estágios	405 h
ACCs	100

CH Total	910 h

6.3.3 Relação Teoria e Prática

Como já aventado, nos princípios filosóficos e pedagógicos, a relação teoria e prática ocupa espaço fundamental na organização do curso.

A dimensão da relação teoria e prática pode ser compreendida a partir do que Vásquez (1968, p.117) denomina como: "atividade teórica e prática que transforma a natureza e a sociedade; prática, na medida em que a teoria, como guia da ação, orienta a atividade humana; teórica, na medida em que esta ação é consciente". Diante dessa perspectiva, o curso ressalta a necessidade da articulação entre os conhecimentos teóricos e a prática social – como práxis.

Outra contribuição importante sobre a relação teoria e prática é de Kuenzer (2002, s/p), ao nos dizer que:

> Não se trata mais de apenas fazer, mas de um fazer refletido, pensado, o que remete à ideia do movimento do pensamento que transita do mundo objetivo para a sua representação no plano da consciência; ou seja, o pensamento não é outra coisa senão uma imagem subjetiva do mundo objetivo, que se constrói a partir da atividade humana.

Para a autora a prática, nesta perspectiva, se aproxima da concepção de práxis, uma vez que depende estreitamente do conhecimento teórico.

Nos termos do projeto pedagógico do curso, segundo o Parecer CNE/CP n. 5, de 13 de dezembro de 2005, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de Pedagogia (BRASIL, 2005), e pela Resolução CNE/CP n. 1, de 15 de maio de 2006, que dispõe sobre a Instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (licenciatura) a integralização de estudos será efetivada por meio de disciplinas, seminários e atividades de natureza predominantemente teórica que farão a introdução e o aprofundamento de estudos, entre outros, sobre teorias educacionais, situando processos de aprender e ensinar historicamente e em diferentes realidades socioculturais e institucionais que proporcionem fundamentos para a prática pedagógica, a orientação e apoio a estudantes, gestão e avaliação de projetos educacionais, de instituições e de políticas públicas de Educação (BRASIL, 2006, Art. 8º, Inciso I).

É dessa forma que o Curso pretende materializar a relação teoria e prática. Exercício complexo, porém necessário à formação do profissional em educação. "O curso de Pedagogia, por meio de estudos teórico-práticos, investigação e reflexão crítica" (BRASIL, 2006, Art. 2º, §2º), deverá proporcionar condições para que o licenciado possa

solidificar e aplicar no campo da educação, contribuições de outras áreas do conhecimento (filosófica, histórica, antropológica, psicológica, linguística, entre outras).

6.3.4 Prática Profissional

A prática profissional referente a área da docência será desenvolvida pelas PCCs e pelos Estágios Supervisionados.

6.3.5 Prática como Componente Curricular

A Prática como Componente Curricular - PCC acontecerá no TC e articulam-se as disciplinas de Pesquisa e Processos Educativos e de Fundamentos e metodologia potencializando a formação docente e articulando a dimensão do ensino, pesquisa e extensão. No curso proporcionará um conjunto de atividades formativas proporcionando experiências de construção de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência e da intervenção em processos formativos em comunidades camponesas. Articular-se-á também, aos processos de inserção na escola e de inserção na comunidade a fim de qualificar a formação do pedagogo para a atuação em espaços escolares e não escolares. A carga horária total do PCC é de 405 (quatrocentas e cinco) horas, distribuídas ao longo dos semestres.

Quadro VI- Componentes curriculares que preveem a PCC

Nome do componente curricular	Carga horária de PCC	Carga horária total
Pesquisa e Processos Educativos I	60	90
Pesquisa e Processos Educativos II	60	90
Pesquisa e Processos Educativos III	60	90
Pesquisa e Processos Educativos IV	45	75
Matemática para os anos iniciais: Fundamentos e Métodos.	30	90
Fundamentos e Metodologia em Geografia	30	90
Fundamentos e Metodologia em Língua Portuguesa	30	90
Fundamentos e Metodologia em História	30	90
Fundamentos e Metodologia em Ciências Naturais	30	90
Fundamentos e Metodologia em Artes	30	90
Total	405	

Pesquisa e Processos Educativos – PPE

De modo a materializar uma prática que integre os conhecimentos, o Curso apresenta componentes curriculares que dialogam entre si por meio de um grupo de disciplinas denominadas Pesquisa e Processos Educativos – PPE.

Os componentes curriculares de Pesquisa e Processos Educativos PPE são Componentes Curriculares Obrigatórios do Curso de Licenciatura em Pedagogia, sendo integrantes da matriz curricular de forma transversal do primeiro ao oitavo semestre. Os componentes curriculares de PPE tem como objetivos desenvolver práticas reflexivas e contextuais que estabelecem relações entre a teoria e a prática, fomentando a experiência da sala de aula, aliando a teoria ao exercício da prática profissional, articulando ensino, pesquisa, extensão e inovação em sua indissociabilidade, para que o estudante seja protagonista de seu próprio processo formativo.

Os componentes curriculares de PPE contribuem juntamente aos componentes curriculares Seminário Integrador e de Ensino Pesquisa e Extensão com a os demais componentes curriculares do semestre, em uma proposta que contemple a relação ensino, pesquisa e extensão, no âmbito da Prática como Componente Curricular (PCC) e com o Tempo Comunidade.

As disciplinas de PPE objetivam a inserção gradual na pesquisa e a qualidade na elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso. Dessa maneira, este Componente Curricular se estende ao longo do curso possibilitando um trabalho aprofundado de articulação entre a pesquisa em educação e o campo social onde estará inserida. Com isso, as disciplinas de PPE estão organizadas para contemplar estudos teóricos e práticos a serem realizados nos Tempos Escolas e Tempos Comunidades. Serão realizadas nos Tempos Comunidades as Práticas como Componentes Curriculares compreendendo-as como as atividades que envolvem a compreensão ampliada do fenômeno educativo realizada por meio de diferentes processos teórico-prático-metodológicos. O detalhamento do processo de desenvolvimento de cada semestre estará previsto em regulamento de pesquisa próprio do Curso.

Quadro VII – Apresentação da PPE no Curso de Pedagogia, com ênfase em educação do campo

Semestre	PPE	CH	Ementa	Orientações Metodológicas	Natureza	Componente(s) Associado(s)
1ª	I	90	Tipos de conhecimento. Método científico. Produção e socialização do conhecimento. Caracterização do campo de pesquisa em	Construção do Conhecimento articulando teoria e prática. Elaboração de diagnóstico da realidade.	Ensino; Pesquisa e Extensão.	Educação do Campo I: Formação Social do Brasil e Conformação Agrária

			educação. Trabalhos acadêmicos e normas para apresentação – ABNT. Inserção na pesquisa educacional em campo de atuação			Pedagogia e Profissão Docente Seminário Integrador de Ensino, Pesquisa e Extensão I
2ª	II	90	Epistemologia da pesquisa em educação. Trajetória e tendências da pesquisa em educação no Brasil. Aspectos qualitativos e quantitativos da pesquisa, incluindo o estado do conhecimento. Inserção no campo da pesquisa em educação.	Construção do Conhecimento articulando teoria e prática. Sistematização de dados da realidade.	Ensino; Pesquisa e Extensão.	Educação do Campo II: Movimentos Sociais e Políticas Públicas Psicologia da Educação História da Educação Filosofia da Educação Seminário Integrador de Ensino, Pesquisa e Extensão II
3ª	III	90	O sujeito pesquisador e os sujeitos da pesquisa em educação. Inserção na realidade educacional em espaços formais e não formais de educação. Procedimentos de pesquisa em educação.	Construção da Pesquisa em Educação. Observação nos espaços formais e não formais. Elaboração de carta de intenção	Ensino; Pesquisa e Extensão	Sociologia da Educação Teorias Educacionais e Curriculares Seminário Integrador de Ensino, Pesquisa e Extensão III
4ª	IV	90	Fundamentos para o planejamento da pesquisa em educação. Inserção na realidade educacional em espaços formais e não formais de educação. Sistematização da pesquisa em educação.	Construção da Pesquisa em Educação. Elaboração de proposta de projetos de Pesquisa em Educação	Ensino; Pesquisa e Extensão	Políticas Públicas da Educação Antropologia Seminário Integrador de Ensino, Pesquisa e Extensão IV
5º	V	30	Fundamentos para o planejamento da pesquisa em educação. A ética na pesquisa educacional. Sistematização da pesquisa em educação.	Elaboração e Sistematização da Pesquisa em Educação. Construção de Instrumentos Metodológicos	Ensino e Pesquisa	Seminário Integrador de Ensino, Pesquisa e Extensão V
6º	VI	30	Sistematização da pesquisa em educação. Fundamentos e	Elaboração e Sistematização da Pesquisa em	Ensino e Pesquisa	Seminário Integrador de Ensino, Pesquisa

			orientação prático-científica sobre organização e interpretação da pesquisa.	Educação. Projeto de Pesquisa		e Extensão VI
7º	VII	30	Fundamentos e orientação prático-científica sobre organização e interpretação, coleta e análise de dados da pesquisa. Elaboração do Trabalho de Curso.	Elaboração e Sistematização da Pesquisa em Educação. Estado da arte; pesquisa de campo.	Ensino e Pesquisa	Seminário Integrador de Ensino, Pesquisa e Extensão VII
8º	VIII	30	Finalização e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso.	Apresentação do TCC	Ensino e Pesquisa	Seminário Integrador de Ensino, Pesquisa e Extensão VIII

6.3.6 Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade deve ser compreendida como uma atitude de compreender todo o conhecimento de modo igualmente importante (FAZENDA, 2011), sem atribuir um maior valor para uma ou outra área do conhecimento. Neste sentido, compreendemos que a interdisciplinaridade nos permite manter o respeito por cada uma das disciplinas, ao mesmo tempo em que busca superar os limites de cada uma por meio de atividades que permitam a interação entre as mesmas, visando a aquisição e o aprimoramento de novos conhecimentos.

Desta forma, não se pretende "propor a superação de um ensino organizado por disciplinas, mas a criação de condições de ensinar em função das relações dinâmicas entre as diferentes disciplinas, aliando-se aos problemas da sociedade" (FAZENDA, 2011, p. 89). Dentro do contexto interdisciplinar, Demo (1998) sugere a prática de pesquisa em grupo como a metodologia mais indicada, pela possibilidade da cooperação qualitativa entre especialistas. Esta prática será viabilizada por intermédio das equipes de profissionais ou pesquisadores especialistas, mediados pela linguagem, pelo diálogo e pelos métodos acessíveis a todos.

Cabe salientar que a abordagem interdisciplinar deve ser entendida como produto histórico. Tal compreensão, tal como aponta Frigotto (2008), não exclui a necessidade de avançar na direção de outro paradigma que permita uma aproximação maior da visão histórica. Não implica também que interdisciplinaridade e especialidade não possam conviver de forma harmoniosa, dado que o "genérico e o específico não são excludentes" (FRIGOTTO, 2008, p. 38).

É a partir dessas contribuições que o Curso pretende materializar o exercício da interdisciplinaridade no processo de formação. Embora a estrutura curricular do curso seja disciplinar, a metodologia e a abordagem dos conteúdos buscará estabelecer relações e diálogos entre as disciplinas que ocorrem concomitantemente, bem como as dos semestres anteriores e posteriores, tendo como foco a "formação integral dos alunos, a fim de que exerçam a cidadania, mediante uma visão global de mundo e com capacidade para enfrentar os problemas complexos, amplos e globais da realidade" (LÜCK apud PELEIAS et al., 2011, p. 503).

A articulação entre o corpo docente do curso é que vai permitir maiores avanços nas relações interdisciplinares a serem estabelecidas. Para isso, o planejamento coletivo e sistemático torna-se indispensável, a partir da integralização do Projeto Pedagógico do Curso.

Tendo a compreensão da necessidade das disciplinas interagirem entre ambas vislumbrando a apropriação mais integral do conhecimento, conforme aponta Fazenda (2008), o curso de Pedagogia com ênfase em Educação do Campo articula as disciplinas a partir de dois grandes eixos: o primeiro: Educação e luta de classes irá do primeiro ao quarto semestre compreende a história, a concepção e a política da educação e da educação do campo. Estão nele contempladas as linhas de pesquisas: *Estado, Políticas públicas de educação, luta de classes* e a linha de pesquisa *história e concepção da educação e da educação do campo.*

O segundo eixo articulador: Trabalho, Educação e Movimentos Sociais irá do quinto ao oitavo semestre, compreende as discussões e estudo das experiências educativas das escolas do campo; gestão de processo pedagógico em espaço escolar e não escolar; Educação do campo e agroecologia. Nele estão contempladas as linhas de pesquisas: *Experiências educativas em escolas do campo e a luta dos Movimentos Sociais por educação* e a linha de pesquisa *Gestão escolar e não escolares*.

As disciplinas trabalharão a partir de suas ementas descritas neste PPC, no entanto, farão articulações e links entre ambas através dos eixos articuladores, isso implicará na organização da realização de planejamentos coletivos entre os educadores, inclusive possibilitará o desenvolvimento de aulas com dois ou mais educadores juntos, quando necessário. Além disso, os eixos articuladores desdobrarão em linhas de pesquisa as quais discentes e docentes se vincularão para o desenvolvimento de suas pesquisas. Em síntese, os dois grandes eixos articulam o conteúdo das disciplinas e servirão de linhas de

pesquisa.

6.3.4.1 Educação Ambiental

Segundo a Resolução do CNE/CP n° 2, de 15 de junho de 2012 (BRASIL, 2012) – que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental:

> Art. 7º Em conformidade com a Lei nº 9.795, de 1999, reafirma-se que a Educação Ambiental é componente integrante, essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, nos níveis e modalidades da Educação Básica e da Educação Superior, para isso devendo as instituições de ensino promovê-la integradamente nos seus projetos institucionais e pedagógicos.

No Curso de Pedagogia a temática ambiental será desenvolvida nos componentes curriculares Educação do Campo III: Educação e Agroecologia; Fundamentos e Metodologia em Geografia e Fundamentos e Metodologia em Ciências Naturais.

O IFC também possui o Núcleo de Gestão Ambiental (NGA) com ação em todos os Campi, além de promover o debate do tema em semanas acadêmicas, ciclo de palestras, feiras acadêmicas, entre outros.

Com relação às **questões ambientais**, nos amparamos na Lei nº 9.795/1999 e no Decreto nº 4.281/2002. Compreendendo a educação ambiental como um conjunto de processos "por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade" (BRASIL, 1999, Art. 1º), entendemos que esta temática tem que estar presente no currículo da formação de professores. Neste sentido, o curso buscará propiciar aos alunos o contato com os assuntos pertinentes ao meio ambiente, a fim de que os mesmos tenham compreensão a respeito da importância e do cuidado com o meio ambiente. Para atender ao propósito legal, todas as disciplinas abordarão a temática de educação ambiental, como preconiza o Art. 11, da Lei nº. 9.795/1999, que define o seguinte: "A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas".

6.3.4.2 Educação Étnico-Racial

A Educação das Relações Étnico-Raciais, e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Indígena pertinentes ao Curso de Pedagogia, com ênfase em Educação do Campo, será tratada de acordo com a Lei n° 11.645/2008 e Resolução CNE/CP n° 01/ 2004, sendo que a valorização dessas culturas será a base para o trabalho da questão

étnica e racial. Os conteúdos relacionados a essa temática estão incluídos nos componentes curriculares Educação do Campo I: Formação Social do Brasil e Conformação Agrária, História da Educação, Antropologia, Sociologia da Educação, Fundamentos e Metodologia em Artes.

6.3.4.3 Direitos Humanos

De acordo com a Resolução do CNE/CP n° 02/2012 – que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2012, p. 2):

> Art. 5º A Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário.

As questões referentes à temática dos direitos humanos são de presença indispensáveis na formação do profissional da área da educação, na medida em que os mesmos, compreendidos como um "conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, transindividuais ou difusos, referem-se à necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana" (BRASIL, 2012, Art. 2º, §1º). Desta forma, sua presença é necessária e permite que a pessoa, enquanto cidadã compreenda-se como parte integrante da sociedade e não apenas um como "coadjuvante" que reproduz o *status quo* e aceita as mazelas e as opressões sociais que ocorrem em nosso dia a dia. Neste sentido, para abordar esta temática, escolheu-se as disciplinas de Ética e bioética, Educação do Campo I: Formação Social do Brasil e conformação Agrária, Educação do campo II: Movimentos Sociais e Políticas Públicas, Infância e Educação Infantil e Políticas Públicas de Educação, visto que as mesmas trabalham com assuntos pertinentes aos direitos e deveres dos seres vivos.

6.4 Matriz Curricular

6.4.1 Matriz curricular para os ingressantes a partir de 2023

PRIMEIRO SEMESTRE **Eixo articulador: Educação e luta de Classes (1º ao 4º semestre)**						
Código do SIGAA	**Componente Curricular**	**Carga horária (h)**				
		Tempo Escola (TE)	**Tempo Comunidade (TC)**	**CH da Curricularização da Pesquisa e da Extensão (CEP)**	**PCC**	**Total**
LPB1501	Seminário Integrador de Ensino, Pesquisa e Extensão I	-	-	30	-	**30**
LPB1502	Pesquisa e Processos Educativos I	30	-	-	60	**90**

LPB1503	Linguagem, Corpo e Movimento	45	-	15	-	**60**
LPB1504	Infância e Educação Infantil	45	15	-	-	**60**
LPB 1505	Língua Portuguesa para os Anos Iniciais	45	-	-		**45**
LPB1506	Pedagogia e Profissão Docente	45	15	-	-	**60**
LPB1507	Educação do Campo I: Formação Social do Brasil e Conformação Agrária	45	15	-	-	**60**
	Carga Horária Total do Semestre	**255**	**45**	**45**	**60**	**405**

SEGUNDO SEMESTRE

Código do SIGAA	**Componente Curricular**	**Carga horária (h)**				
		TE	**TC**	**CEP**	**PCC**	**Total**
LPB1508	Seminário Integrador de Ensino, Pesquisa e Extensão II	-	-	30	-	**30**
LPB1509	Pesquisa e Processos Educativos II	30	-	-	60	**90**
LPB1510	História da Educação	45	15	-	-	**60**
LPB1511	Psicologia da Educação	45	15	-	-	**60**
LPB1512	Jogo, brinquedo e brincadeira	45	-	15		**60**
LPB1513	Educação do Campo II: Movimentos Sociais e Políticas Públicas	30	15	-	-	**45**
LPB1514	Filosofia da Educação	45	15	-	-	**60**
LPB1515	**Carga Horária Total do Semestre**	240	60	45	60	**405**

TERCEIRO SEMESTRE

Código do SIGAA	**Componente Curricular**	**Carga horária (h)**				
		TE	**TC**	**CEP**	**PCC**	**Total**
LPB1516	Seminário Integrador de Ensino, Pesquisa e Extensão III	-	-	30	-	**30**
LPB1517	Pesquisa e Processos Educativos III	30	-	-	60	**90**
LPB1518	Teorias Educacionais e Curriculares	45	15	-	-	**60**
LPB1519	Gestão Escolar e não escolar	30	-	-	-	**30**
LPB1520	Leitura e Produção Textual	45	15	-	-	**60**
LPB1521	Sociologia da Educação	45	15	-	-	**60**
LPB1522	Didática Geral	45	15	-	-	**60**
	Carga Horária Total do Semestre	240	60	30	60	**390**

QUARTO SEMESTRE

Código do SIGAA	**Componente Curricular**	**Carga horária (h)**				
		TE	**TC**	**CEP**	**PCC**	**Total**

LPB1523	Seminário Integrador de Ensino, Pesquisa e Extensão IV	-	-	30	-	**30**
LPB1524	Pesquisa e Processos Educativos IV	30	-	-	45	**75**
LPB1525	Matemática para os anos iniciais: Fundamentos e Métodos.	60	-	-	30	**90**
LPB1526	Estágio Supervisionado I: Gestão Escolar em Espaços Comunitário do Campo	30	45	-		**75**
LPB1527	Didática: Educação Infantil e Anos iniciais	45	15	-	-	**60**
LPB1528	Antropologia	45	-	15	-	**60**
LPB1529	Gestão Educacional	45	15	-		**60**
	Carga horária total do semestre	**255**	**75**	**45**	**75**	**450**

QUINTO SEMESTRE
Eixo articulado: Trabalho, Educação e Movimentos Sociais (5º ao 8º Semestre)

Código do SIGAA	**Componente Curricular**	**Carga horária (h)**				
		TE	**TC**	**CEP**	**PCC**	**Total**
LPB1530	Seminário Integrador de Ensino, Pesquisa e extensão V	-	-	30	-	**30**
LPB1531	Pesquisa e Processos Educativos V	30	-		-	**30**
LPB1532	Alfabetização e Letramento I	45	-	15	-	**60**
LPB1533	Fundamentos e Metodologia em Geografia	60	-		**30**	**90**
LPB15334	Fundamentos e Metodologia em Língua Portuguesa	60	-		**30**	**90**
LPB1535	Estágio Supervisionado II: Educação Infantil	30	90		-	**120**
LPB1536	Educação do Campo III: Educação e Agroecologia	30	-	15	-	**45**
	Carga Horária total do semestre	**255**	**90**	**60**	**60**	**465**

SEXTO SEMESTRE

Código do SIGAA	**Componente Curricular**	**Carga horária (h)**				
		TE	**TC**	**CEP**	**PCC**	**Total**
LPB1537	Seminário Integrador de Ensino, Pesquisa e extensão VI	-	-	30	-	**30**
LPB1538	Pesquisa e Processos Educativos VI	30	-		-	**30**
LPB1539	Fundamentos e Metodologia em História	60	-		30	**90**
LPB1540	Linguística	45	15		-	**60**
LPB1541	Alfabetização e Letramento II	45	-	15	-	**60**
LPB1542	Estágio Supervisionado III: Gestão Escolar	30	60		-	**90**
LPB1543	Educação, Sociedade e Trabalho	45	15	-	-	**60**
	Carga Horária total do semestre	255	90	45	30	**420**

	SÉTIMO SEMESTRE					
Código do SIGAA	**Componente Curricular**	**Carga horária (h)**				
		TE	**TC**	**CEP**	**PCC**	**Total**
LPB1544	Seminário Integrador de Ensino, Pesquisa e Extensão VII	-	-	30	-	**30**
LPB1545	Pesquisa e Processos Educativos VII	30	15	-		**45**
LPB1546	Libras	45	15	-		**60**
LPB1547	Estágio Supervisionado IV: Anos Iniciais do Ensino Fundamental	30	90	-		**120**
LPB1548	Educação, Diversidade e Inclusão	45	-	15		**60**
LPB1549	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação na Educação	45	15	-		**60**
	Carga Horária total do semestre	195	135	45	-	**375**
	OITAVO SEMESTRE					
Código do SIGAA	**Componente Curricular**	**Carga horária (h)**				
		TE	**TC**	**CEP**	**PCC**	Total
LPB1550	Seminário Integrador e de Ensino Pesquisa e extensão VIII	-	-	30	-	30
LPB1551	Pesquisa e Processos Educativos VIII	30	15	-	-	45
LPB1552	Fundamentos e Metodologia em Ciências Naturais	60	-	-	30	90
LPB1553	Fundamentos e Metodologia em Artes	60	-	-	30	90
LPB1554	Políticas Públicas da Educação	45	15	-		60
	Carga Horária total do semestre	**195**	**30**	**30**	**60**	**315**

Síntese da Estrutura Curricular do Curso de Pedagogia, com ênfase em Educação do Campo	
Disciplinas Tempo Escola -TE	1890 horas
Carga horária de Tempo Comunidade- TC	585 horas
Práticas como Componente Curricular- PCC	405 horas
Atividades Curriculares Complementares - ACC	100 horas
Carga horária de disciplinas optativas	75 horas
Curricularização da Extensão e Pesquisa - CEP	345 horas (10,15%)
Carga horária Total do curso	3400
Núcleo de Formação Geral	840 horas
Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos	2.385 horas
Núcleo de Estudos Integradores	910 horas
Disciplina do eixo obrigatório	720 horas

6.4.2 Matriz Curricular dos Componentes Curriculares Optativos*

Código no SIGAA	**Componente Curricular**	**TE**	**TC**	**CH Total**
LPB1554	Modalidades da Educação Básica	30	15	45
LPB1555	Educação, Movimentos Sociais e Lutas de Classes	30	15	45
LPB1556	Tópicos Especiais em Educação	30	15	45
LPB1557	Educação, Relações de Gênero e Étnico-raciais	30	-	30
LPB1558	Educação e direitos humanos	30	-	30
LPB1559	Educação Escolar Indígena	30	-	30

* Os alunos terão a opção de escolher quais disciplinas optativas realizarão, sendo obrigatória a realização de carga horária mínima de 75 horas para integralização do curso.

7 Representação Gráfica do Perfil de Formação

7.1 Ações de Extensão

Entende-se a extensão como processo educacional que visa a formação humana, considera as características locais, sociais, científicas, culturais e busca tornar acessível o conhecimento produzido historicamente pela humanidade. Tendo como prioridade atender as demandas externas da comunidade e fortalecer de maneira concreta os processos formativos (IFC, PDI 2019). As ações no âmbito da extensão se fazem através de programas, projetos, serviços, eventos, estágios, produção e publicação, etc.

Ao tratar da política de extensão o PDI indica que as atividades de extensão ocorrerão em caráter de intervenção social, gerando a integração e a colaboração entre a comunidade universitária e a sociedade. Atendendo as demandas em distintos contextos sociais, objetivando consolidar as intenções de compromisso social da instituição ordenado pelo componente ético (IFC, 2019, p.54).

O curso de Licenciatura em Pedagogia com ênfase em educação do campo, desenvolverá a extensão por meio de:

a) Programas - Ações continuadas/permanentes em estreita relação com o ensino e a pesquisa, no intuito de estabelecer vínculos e compromissos com os processos educativos regional;

b) Projetos – Ações desencadeadas dos programas (formação continuada, assessoria pedagógica e técnica).

c) Ações - Ações eventuais de curta duração articuladas aos programas ou projetos (palestras, seminários, congressos, semanas acadêmicas, oficinas e demais eventos desta natureza).

Os princípios orientadores das ações de extensão são:

a) A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

b) A inserção social/regional com vistas a educação de qualidade social;

c) Como processo de diálogo e interação entre instituição formadora e sociedade.

Os programas, projetos e ações do curso de Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo, serão propostos e normatizados pelo Colegiado de Curso e do NDE, tendo como preocupação a relevância social, regional, cultural, pedagógica, metodológica e epistemológica.

7.2 Curricularização da Extensão e da Pesquisa

De acordo com a Resolução do CNE/CES nº 07/2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação 2014 – 2024, as atividades acadêmicas de extensão devem ser desenvolvidas nos componentes curriculares do curso de graduação, considerando a formação do estudante, em consonância com os pressupostos previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Sendo assim, a curricularização da pesquisa e da extensão constitui-se como um processo interdisciplinar, de caráter educativo, cultural, científico, político e inovador, que visa proporcionar a interação entre a instituição de ensino e os demais setores da sociedade, através da construção e aplicação do conhecimento, articulando o ensino e a pesquisa.

No Curso de Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo. as atividades curricularizáveis de extensão e de pesquisa serão desenvolvidas da seguinte forma:

I - Por meio de componentes curriculares específicos, sendo este o "Seminário Integrador de Ensino, Pesquisa e Extensão", disciplina do curso a qual objetiva avaliar, socializar, projetar e acompanhar as atividades desenvolvidas durante o TC, desencadeando um processo de articulação entre teoria e prática.

II - Desenvolvimento de atividades de extensão, pesquisa ou inovação em componentes curriculares do curso, durante o Tempo Comunidade. Reafirma-se, assim, a importância do Tempo Comunidade como elemento que estreita os laços entre ensino, pesquisa, inovação e extensão, considerando-se que as ações integradas são mais efetivas se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento.

A carga horária das atividades de Curricularização que acontecerá no Tempo Comunidade estará vinculado às seguintes disciplinas: Linguagem, Corpo e Movimento; Jogo, brinquedo e brincadeira; Antropologia; Educação do Campo III: Educação e Agroecologia; Alfabetização e Letramento I; Alfabetização e Letramento II; e Educação, diversidade e Inclusão.

Neste sentido, a indissociabilidade entre os três pilares promove uma nova visão de sala de aula, mais ampliada, tendo alunos e professores como sujeitos do ato de aprender

e comprometidos com a democratização do saber. A carga horária total destas iniciativas de curricularização da extensão, pesquisa e inovação é de 345 horas, o que equivale a 10.15% da carga horária total do curso. A Regulamentação das atividades curricularizáveis de pesquisa e extensão serão especificadas e aprovadas pelo Colegiado do Curso, em regulamento específico.

7.3 Linhas de Pesquisa

As linhas de pesquisa seguirão a política institucional em conformidade aos princípios e às peculiaridades do PDI e PPI do IFC e do Campus. Estas, por sua vez, serão determinadas de acordo com a especificidade do curso de Pedagogia com ênfase em Educação do Campo.

Neste sentido, orienta se que as linhas de pesquisa siga a orientação dos eixos articuladores das disciplinas de cada semestre do curso ou seja:

• Experiências e práticas educativas. Esta linha de pesquisas será de estudo, de análise ou de relato das experiências educativas que vêm sendo desenvolvidas nos contextos educacionais diversos. Poderão ser tema/foco de pesquisa: Processos de Ensino-aprendizagem; metodologias educacionais; avaliação; produção de materiais didáticos; auto-organização dos educandos; planejamento educacional e organizacional; tempos educativos; interdisciplinaridade; Alternância; dentre outros.

• **Gestão escolar e não escolares**. Esta linha abordará o estudo dos processos de gestão escolares e não escolares que vem sendo desenvolvido no campo. Poderão ser tema/foco de pesquisa: A participação da comunidade na escola; Análise e/ou construção de PPPs, bem como, as políticas e programas de gestão da educação; Os processos educativos que acontecem em espaços comunitário do campo, dentre outros.

• **Estado e Políticas Públicas de educação**. Nesta linha de pesquisa os trabalhos deverão estar na direção do estudo sobre a construção das políticas públicas de educação e das políticas (Programas, leis, decretos, pareceres) da educação do campo e sua relação com o Estado e a luta de classes.

• **História e concepção da educação e da educação do campo**. Esta linha dedica-se a estudar questões relacionadas à história da educação brasileira e da educação do campo. Poderá desenvolver estudos sobre: O trabalho como princípio educativo; Teorias educacionais, Trabalho e Educação, a Educação rural, a Educação do Campo, a luta por escola no campo, a concepção de educação do campo e o fechamento de escola no campo.

• **Educação e Agroecologia.** Esta linha de pesquisa poderá dedicar a estudar sobre: vínculo do trabalho, agroecologia e educação; A produção de materiais didáticos para o trabalho com a agroecologia nas escolas do campo; estudo sobre a Agroecologia como uma ciência articulado a um modo de vida; Agroecologia X Agronegócio; A presença do Agronegócio na agricultura camponesa e familiar e nas escolas do campo.

7.4 Atividades Curriculares Complementares

No curso de Pedagogia, os estudantes deverão, ao longo do curso, realizar no mínimo 100 horas de atividades complementares.

Descrição das Atividades Curriculares Complementares

(Anexo III da Resolução 010/2021 do IFC)

No quadro podem ser acrescentadas outras atividades, desde que aprovadas pelo Colegiado de Curso (assim serão cadastradas no SIGAA).

I - Ensino

Item	Atividades	Critério	Horas
1	Disciplinas cursadas com aprovação não previstas na estrutura curricular do curso		carga horária comprovada
2	Semana acadêmica dos cursos, quando registrada em outros componentes curriculares do curso.		carga horária comprovada
3	Participação em atividades de monitoria ou projetos e programas de ensino, quando não computada em outros componentes curriculares do curso.		carga horária comprovada
4	Atividades realizadas em laboratórios e/ou oficinas do IFC, quando não obrigatória.		carga horária comprovada
5	Visita Técnica, associada a projetos de ensino, quando não computada em outros componentes curriculares do curso.		carga horária comprovada
6	Participação em cursos/minicursos relacionados à área afim do curso e de língua estrangeira.		carga horária comprovada
7	Participação em congressos, jornadas, simpósios, fóruns, seminários, encontros, palestras, festivais e similares de ensino com certificado de participação e/ou frequência.		carga horária comprovada
8	Apresentação de trabalhos em eventos que tenha relação com os objetos de estudo do curso.	cada apresentação	15h
9	Avaliação de projetos e trabalhos de ensino	cada avaliação	5h

II – Extensão

Item	Atividades	Critério	Horas
1	Participação em programas ou projetos de extensão		carga horária comprovada

2	Participação em congressos, jornadas, simpósios, fóruns, seminários, encontros, palestras, festivais e similares de extensão com certificado de participação e/ou frequência.		carga horária comprovada
3	Apresentações de trabalhos relacionadas aos projetos e programas de extensão.	cada apresentação	15h
4	Visita Técnica, associada a atividade de extensão, quando não registrada em outros componentes curriculares do curso.		carga horária comprovada
5	Participação em ações sociais, cívicas e comunitárias.	cada participação	até 5h
6	Estágio não- obrigatório na área do curso formalizado pelo IFC.		carga horária comprovada
7	Exercício profissional com vínculo empregatício, desde que na área do curso.	cada mês	até 5h
8	Avaliação de projetos e trabalhos de extensão.	cada avaliação	5h

III – Pesquisa e Inovação

Item	Atividades	Critério	Horas
1	Autoria e co-autoria em artigo publicado em periódico com *qualis* na área afim.	cada artigo	60h
2	Livro na área afim.	cada obra	90h
3	Capítulo de livro na área afim.	cada capítulo	60h
4	Publicação em anais de evento científico e artigo publicado em periódico sem *qualis* na área afim.	cada trabalho	15h
5	Apresentações de trabalhos relacionados aos projetos e programas de pesquisa e inovação.	cada trabalho	15h
6	Participação em projeto ou programa de pesquisa e inovação.		carga horária comprovada
7	Participação como palestrante, conferencista, integrante de mesa-redonda, ministrante de minicurso em evento científico.	cada evento	15h
8	Participação na criação de Produto ou Processo Tecnológico com propriedade intelectual registrada.	cada projeto	60h
9	Participação como ouvinte em defesas públicas de teses, dissertações ou monografias.		carga horária comprovada
10	Participação em congressos, jornadas, simpósios, fóruns, seminários, encontros, palestras, festivais e similares de pesquisa com certificado de participação e/ou frequência.		carga horária comprovada
11	Visita Técnica associada a atividade de pesquisa e inovação, quando não registrada na carta horária da disciplina.		carga horária comprovada
12	Participação em cursos de qualificação na área de pesquisa científica, tecnológica e/ou inovação.		carga horária comprovada
13	Avaliação de projetos e trabalhos de pesquisa e inovação.	cada avaliação	5h

IV – Outras Atividades

Item	Atividades	Critério	Horas
1	Participação em órgão, conselho, comissão, colegiado e atividades de representação estudantil.		carga horária comprovada
2	Participação em eventos artísticos, esportivos e culturais quando não computada em outros componentes curriculares do curso.		carga horária comprovada

7.5 Atividades de Monitoria

Os projetos de monitoria são desenvolvidos nos espaços do curso, através de projetos previamente elaborados e aprovados pela instituição. Os projetos de monitoria, segundo o PDI, "Tem a finalidade de fortalecer a articulação entre teoria e prática e a integração curricular em seus diferentes aspectos, assim como promover a cooperação mútua entre discentes, técnico-administrativos com formação na área da monitoria e docentes e permitir ao estudante a experiência com as atividades técnico-didáticas" (IFC, 2019, p.63).

7.6 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso de licenciatura em Pedagogia é obrigatório para todos os estudantes, o mesmo é realizado levando em consideração os subsídios recebidos por ocasião da disciplina de Pesquisa e Processos Educativos (1º ao 8º semestres), sendo realizado em formato de artigo científico, apresentando de forma crítica, uma análise dos processos realizados ao longo da disciplina e do processo pedagógico vivenciado pelo curso. Os TCs, dos acadêmicos que autorizam a publicação, estão disponíveis no repositório da biblioteca do IFC.

Seu objetivo é desenvolver a capacidade investigativa e produtiva do aluno e contribuir para a sua formação básica, profissional, artística, científica e política. Todo o processo de desenvolvimento do Trabalho de Curso, que vai desde a elaboração do projeto, da pesquisa, da elaboração do artigo até a apresentação perante a banca, acontece sob a orientação de um docente do quadro do IFC. As temáticas de estudo escolhidas pelos estudantes estão relacionadas com as linhas de pesquisa já descritas neste PPC.

7.7 Estágio Curricular Supervisionado

7.7.1 Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

O curso de licenciatura em Pedagogia com ênfase em educação do campo tem por objetivo principal a vivência do aluno na prática docente. O estágio curricular obrigatório do curso constitui-se, portanto, num espaço de aprofundamento teórico e prático de

diferentes aspectos da educação básica e gestão pedagógica em espaços institucionais e se completa com a realização do estágio.

O estágio supervisionado do curso de licenciatura em Pedagogia com ênfase em educação do campo tem carga horária de no mínimo 405 horas, conforme prevê a resolução CNE/CP nº 2 de julho de 2015, e é obrigatório, como parte integrante do currículo do curso. Será realizado a partir do quinto semestre e visa assegurar a vivência do exercício profissional do aluno com situações, contextos e instituições de ensino – formal e não formal, permitindo a experiência formativa em que os conhecimentos, as habilidades e as atitudes problematizadas ao longo da formação possam ganhar sentido na prática social/profissional.

O estágio supervisionado é um momento privilegiado de articulação entre os estudos teórico-práticos – práxis tem como finalidades básicas, as seguintes proposições:

a) Complementar e ampliar o processo ensino-aprendizagem a partir da inserção na e com a realidade das escolas e demais instituições campos de estágio;

b) Inserir o futuro educador à realidade educacional brasileira;

c) Avaliar a prática pedagógica como educador em construção e;

d) Possibilitar a compreensão da relação teoria e prática.

O estágio supervisionado da licenciatura em Pedagogia com ênfase em educação do campo será realizado em 03 (três) etapas:

1ª. Etapa: Estágio Supervisionado I: Gestão Escolar em Espaços Comunitário do (4º semestre) - 75h

Nesta etapa o estudante solidifica conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e concretiza habilidades profissionais no decorrer do estágio, acerca da organização do trabalho pedagógico e a formação em comunidades camponesas e em instituições não escolares.

2ª. Etapa: Estágio Supervisionado II: Educação Infantil (5º semestre)- 120 horas.

Nesta etapa o estudante solidifica os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e concretiza habilidades profissionais no decorrer da própria atuação docente em centros de educação infantil e turmas da Educação Infantil, acompanhado de estudo, análise e reflexão crítica.

3ª Etapa: Estágio Supervisionado III: Gestão escolar (6º semestre) – 90h

Nesta etapa o estudante solidifica conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do

curso e concretiza habilidades profissionais no decorrer do estágio, acerca da organização do trabalho pedagógico realizado na escola, em especial, em escolas do campo.

4ª Etapa: Estágio Supervisionado IV: Anos Iniciais do Ensino Fundamental - (7º semestre) – 120h

Nesta etapa o aluno solidifica os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e concretiza as habilidades profissionais no decorrer da própria atuação docente, relacionada aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, acompanhado de estudo, análise e reflexão crítica dessa fase de ensino, em particular, nas escolas do campo.

O estágio, como componente curricular, que articula e complementa o processo ensino-aprendizagem, compreende as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural proporcionadas ao aluno pela participação em situações reais de vida e trabalho, de seu meio, e realiza a vinculação necessária com o conjunto integrado e indissociável da base (cultural, educacional, instrucional) do curso, consubstanciada pela matriz curricular.

As atividades de orientação, supervisão, acompanhamento, avaliação e coordenação atinentes ao estágio supervisionado, estão designadas por regulamento específico. A regulamentação foi elaborada e aprovada pelo Colegiado de Curso e pelo Núcleo Docente Estruturante, contendo as diferentes modalidades de operacionalização, formas de apresentação e avaliação do estágio.

Todas as etapas estão sendo realizadas a partir da elaboração de um planejamento de intervenção referente para a prática da docência. Ao final de cada estágio é elaborado um relatório, sendo o processo apresentado por meio de seminários de socialização. É obrigado, ao estudante, concluir o estágio no prazo máximo de conclusão do curso (integralização curricular).

7.7.2 Estágio Curricular não obrigatório

O Estágio Curricular não obrigatório, será possibilitado conforme descreve a resolução de estágios do IFC.

8 AVALIAÇÃO

8.1 Sistema de Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem

Definir caminhos para a avaliação é reafirmar os princípios definidos para a ação pedagógica. É preciso entender a avaliação como parte do processo e como processo, não como um momento final do processo. Se assim compreendermos a avaliação, a ênfase

recairá sobre o processo educativo e não sobre os resultados (WACHOVICZ, 2006; HOFFMAN, 1993).

A avaliação pode ser diagnóstica, formativa, deve ser contínua e cumulativa, cumprindo várias funções: conhecer estudantes, identificar as dificuldades de aprendizagem, determinar se os objetivos propostos foram ou não atingidos, aperfeiçoar o processo educativo, promover os alunos. Os objetivos indicados explicitam vários aspectos da avaliação do educando, do educador e institucional, ou seja, a avaliação serve para realimentar o próprio processo avaliativo no sentido de realizar novas mediações, reorganizando os tempos, espaços e relações, inclusive institucionais.

Outro aspecto é a relação da avaliação com os objetivos (FREITAS, 2003 e 2010). Quando construímos o Projeto Pedagógico do Curso, definimos o projeto que defenderemos e os objetivos que pretendemos alcançar e a avaliação deve ser organizada no sentido de perceber se esses objetivos foram alcançados e, se não, o que deve ser feito para retomá-los.

Os principais instrumentos/técnicas de avaliação que serão utilizados são a observação, a aplicação de provas, a auto avaliação, pesquisas, organização de portfólios, a apresentação de trabalhos, de seminários, a produção relatórios, a participação nos tempos educativos, dentre outros, exigindo-se desde a memorização reflexiva até a síntese analítica, enfatizando-se o uso da língua padrão.

A avaliação será entendida a partir da consideração de que os processos de desenvolvimento e aprendizagem são permanentes, portanto sempre inacabados. Assim, a avaliação deve ser um instrumento que contribua para potencializá-los.

Neste sentido o processo de avaliação também é importante para:

a) compreender o caminho que o estudante está fazendo para se apropriar do conhecimento – essa compreensão possibilita realizar mediações mais significativas;

b) considerar o estudante seu próprio parâmetro, ou seja, que se valorizasse o seu processo e não o colocasse em posição de competição com o outro;

c) não apenas constatar erros, mas rever processos;

d) valorizar conteúdos significativos e não detalhes;

e) elevar o nível de exigência, superando a mera memorização mecânica e buscando a análise, a síntese, a aplicação dos conteúdos.

A partir dessas orientações gerais as disciplinas ministradas no curso deverão estabelecer critérios e instrumentos avaliativos específicos que possibilitem compreender

a relação entre objetivos, conteúdos e metodologia desenvolvidos no processo de ensino e aprendizagem, descritos nos seus planos de ensino.

Da aprovação do estudante considerar-se-á aprovado em cada disciplina, o estudante que tiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e média semestral (MS) igual ou superior a 6,0 (seis inteiros), sem direito a exame final. A média semestral deve ser gerada obrigatoriamente a partir de, no mínimo, 2 (duas) avaliações.

O estudante que obtiver aproveitamento abaixo da média, em quaisquer dos componentes curriculares, tem direito a reavaliação da aprendizagem, sendo ao longo do processo. O aluno que não realizou a avaliação sem justificativa, não terá direito à reavaliação, conforme descreve o art.214 da resolução Nº 10/2021 – CONSUPER (IFC, 2021).

8.2 Sistema de Avaliação do Curso

O Sistema de Avaliação Institucional do IFC orientar-se-á pelo dispositivo de Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior), representada na instituição pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA), que tem suas diretrizes orientadas pela Resolução nº 069/2014 do Consuper/IFC.

A avaliação do curso é realizada, integrando três modalidades: Avaliação das Instituições de Educação Superior, dividida em 2 etapas: autoavaliação (coordenada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA) e avaliação externa (realizada pelas comissões designadas pelo MEC/INEP); Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG): visitas in loco de comissões externas e Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

A avaliação institucional é realizada através da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFC, a qual tem por objetivo contribuir para o acompanhamento das atividades de gestão, ensino, pesquisa e extensão, tomada de decisões, redirecionamento das ações, otimização dos processos e a excelência dos resultados, além de incentivar a formação de uma cultura avaliativa. A CPA é constituída pelas Comissões Locais de Avaliação – CLA de cada Câmpus.

No Campus Avançado Abelardo Luz, a CPA é constituída por representantes docentes, discentes, técnico-administrativos e representantes da sociedade civil.

O Curso de Pedagogia utiliza os indicadores e resultados das avaliações interna e externa para o aprimoramento de suas atividades e atendimento dos objetivos presentes na proposta pedagógica do curso. Sendo assim, são utilizados os resultados obtidos

através da avaliação interna: avaliação in loco do curso, estabelecidos de acordo com a Lei nº 10.861/2004, bem como dos resultados obtidos através do Exame Nacional dos Estudantes – ENADE. Já com relação a avaliação interna são utilizados os resultados obtidos através da autoavaliação institucional, através da CPA do IFC.

Conforme a Organização Didática do IFC, o NDE do Curso acompanhará, junto a coordenação do curso e CPA/CLA os processos de avaliação interna e externa, de forma de contribuir com ações de desenvolvimento do curso.

8.3 Aproveitamento de Estudos

O aproveitamento de estudos está regulamentado na Organização Didática do IFC. O aproveitamento de estudos, permite que estudos realizados pelo estudante, em outras instituições de ensino, nacionais ou estrangeiras ou em outros cursos do IFC possam ser passíveis de serem aproveitados. Para tanto, os cursos devem ser legalmente reconhecidos ou autorizados, para que seja possível o aproveitamento. Para solicitar o aproveitamento, o requerimento deverá ser protocolado, pelo estudante, na secretaria acadêmica do campus, de acordo com os prazos estabelecidos no calendário acadêmico do campus, com os documentos solicitados de acordo com a Organização Didática do IFC.

O pedido de aproveitamento de estudos é encaminhado ao coordenador do curso, que solicitará parecer do docente do componente curricular e submeterá à homologação do colegiado de curso. Será analisado pelo docente e pelo colegiado de curso se o programa do componente curricular cursado na instituição de origem atende os objetivos da ementa e 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente a ser aproveitado. É permitida a combinação de mais de um componente curricular cursado na instituição de origem, ou de partes deles, para atender as condições de aproveitamento, sendo registrado no histórico escolar do estudante o resultado da média aritmética dos componentes aproveitados.

8.4 Avaliações de Extraordinário Saber

A Avaliação de extraordinário saber traz a possibilidade de o estudante solicitar dispensa em cursar um ou mais componentes curriculares previstos no PPC de Pedagogia de acordo com os critérios estabelecidos na Seção III da Organização Didática dos Cursos do IFC – Resolução 010/2021 Consuper/IFC.

8.5 Expedição de Diploma

A diplomação é o ato de emissão do documento oficial do Instituto Federal

Catarinense, que certifica a conclusão do curso de graduação e confere grau ao graduado. Sua aplicação é efetivada com aluno regular que tenha integralizado o currículo do curso. A organização didática do IFC Resolução Nº 10/2021 – CONSUPER, destaca no artigo 421 que: "Os documentos oficiais expedidos pelo IFC concernentes ao registro acadêmico são: I. diploma ou certificado conforme nível e título do curso [...] § 1º A forma e o conteúdo dos documentos referidos nos incisos do caput deste artigo, têm padronização definida pela PROEN e PROPI, conforme legislação vigente, § 2º A expedição de primeira e segunda vias de diplomas e certificados de conclusão de curso é regida por regulamentação específica emitida pelo IFC".

Desta forma, após a integralização das disciplinas previstas e após a aprovação do relatório de Estágio Obrigatório e Trabalho de Curso e atendido às demais obrigações prevista na organização didática e neste PPC, o aluno estará apto a receber o Diploma de Licenciado em Pedagogia, através de documento expedido pelo Instituto Federal Catarinense, conforme legislação em vigor.

Para obter o diploma, o aluno concluinte estará sujeito às seguintes condições: não ter débito junto à Biblioteca Central, Coordenação-Geral de Assistência ao Educando, Laboratórios e órgãos que emprestam materiais/equipamentos; não ter débito de documentação junto à Coordenação de Registros; bem como ter participado da solenidade de outorga de grau

.

9 EMENTÁRIO

9.1 Ementários Componentes Curriculares obrigatórios

1º SEMESTRE

Componente Curricular	Seminário Integrador de Ensino, Pesquisa e Extensão I	**CH** Total 30	CEP 30
Ementa	Estudo do PPC do curso. Planejamento, orientação, levantamento e caracterização dos espaços de inserção (escola e comunidade). Território da cidadania. Estudo da realidade dos espaços de inserção dos alunos (comunidade e escola)**. Curricularização da extensão.**		
Bibliografia Básica	CALDART, R. S. (Org.) **Caminhos para transformação da escola**: reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2010. MANACORDA, A. Mario. **Marx e a Pedagogia Moderna.** 2º edição. São Paulo: Editora Alínea, 2010. RANULFO, P. T**rabalho de Base.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.		

Bibliografia Complementar	CALDART, R. **Caminhos para a transformação da escola 2:** Agricultura Camponesa, Educação Politécnica e Escolas do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2015. FREITAS, Luiz Carlos. **Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática.** 11ª edição. São Paulo: Papirus, 2012. ORSO, J. Paulino, et. al (org). **Educação, Estado e Contradições Sociais.** São Paulo: Outras expressões, 2011.			
Componente Curricular	Pesquisa e Processos Educativos I	**CH** Total 90	TE 30	PCC 60
Ementa	Tipos de conhecimento. Método científico. Produção e socialização do conhecimento. Caracterização do campo de pesquisa em educação. Trabalhos acadêmicos e normas para apresentação – ABNT. Inserção na pesquisa educacional em campo de atuação profissional.			
Bibliografia Básica	LUDKE, M.; ANDRÉ M. **Pesquisa em Educação**. 2ª ed. EPU,2013. MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social Teoria, Método e Criatividade**. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 2016. TRIVINOS, A. N. S. **Introdução a pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. São Paulo: Atlas, 2012.			
Bibliografia Complementar	CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2017.. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** 8 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2018.			
Componente Curricular	Linguagem, Corpo e Movimento	CH Total 60	TE 45	CEP 15
Ementa	Corpo, sociedade e escola: aspectos sócio-históricos. Corpo, movimento, educação e escola.			
Bibliografia Básica	GOMES DA SILVA, P. N.; DE OLIVEIRA CAMINHA, I. **Movimento Humano**. Incursões na Educação e na Cultura. 1 ed. Curitiba: Appris, 2017. KUNZ, E. (Org.). **Didática da educação física 1**. 6 ed. Ijuí: Unijuí, 2018. BETTI, M.; GOMES DA SILVA, P. N. **Corporeidade, jogo, linguagem**: A educação física nos anos iniciais ao Ensino Fundamental. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2019.			
Bibliografia Complementar	BRUHNS, H. T. **Conversando sobre o corpo**. 7 ed. Campinas: Papirus, 2003.			

<table>
<tr><td></td><td colspan="4">FREITAS, G. G. O esquema corporal, a imagem corporal, a consciência corporal e a corporeidade. 2 ed. Ijuí: Unijuí, 2004.

GONÇALVES, M. A. S. Sentir, pensar, agir: corporeidade e educação. 15 ed. Campinas: Papirus, 2011.

LOURO, G. L.; NECKEL, J. F.; GOELLNER, S. V. Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

RIBAS, J. B. C. Preconceito contra as pessoas com deficiência: as relações que travamos com o mundo. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011.</td></tr>
<tr><td>Componente Curricular</td><td>Infância e Educação Infantil</td><td>C Total 60</td><td>TE 45</td><td>TC 15</td></tr>
<tr><td>Ementa</td><td colspan="4">História e função social das instituições de Educação infantil. Política de atendimento educacional às crianças de 0 até 6 anos no Brasil. Propostas curriculares oficiais para a Educação Infantil brasileira. Cuidar e educar. Docência na Educação Infantil. A organização do cotidiano educativo de creche e pré-escola. Documentação pedagógica: observação, registro, planejamento, avaliação.</td></tr>
<tr><td>Temas Transversais</td><td colspan="4">Direitos Humanos</td></tr>
<tr><td>Bibliografia Básica</td><td colspan="4">ARIÈS, P. História social da criança e da família. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A (LTC), 2014.

OLIVEIRA, Z. M. (Org.). A Criança e seu desenvolvimento: perspectiva para se discutir a educação infantil. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

RIZZINE, Irene e PILOTTI, Franciso. (Orgs). A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3ª ed. São Paulo: Cortes 2011.</td></tr>
<tr><td>Bibliografia Complementar</td><td colspan="4">BONDIÁ, Jorge Larossa. Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas. Trad. Alfredo Veiga-Neto. 5ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

CORSARO, W. A. Sociologia da infância. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CRAIDY, C. M.; KAERCHER, G. E. P. da S. (orgs.). Educação infantil: Pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2012.

VERCELLI, L. de C. A.; STANGHERLIM, R. (orgs.). Formação de professores e práticas pedagógicas na Educação Infantil. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.</td></tr>
<tr><td>Componente Curricular</td><td>Língua Portuguesa para os Anos Iniciais</td><td>CH Total 45</td><td colspan="2">TE 45</td></tr>
<tr><td>Ementa</td><td colspan="4">Aspectos da língua portuguesa: Ortografia. Acentuação. Pontuação. Estrutura e formação das palavras. Morfossintaxe. Coesão e articulares textuais. Adequação do texto às normas de escrita. Tópicos da norma padrão.</td></tr>
</table>

Bibliografia Básica	CÂMARA J, J.M. **Estrutura da língua portuguesa.** 34ª edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. GOMES, M. L. **Metodologia do ensino da língua portuguesa**.2ª ed. Curitiba: Editora Inter saberes 2015. INÊS, M, et. al. **Alfabetização linguística da Teoria à Prática.** São Paulo: Editora Dimensão: Belo Horizonte, 2017.			
Bibliografia Complementar	BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**.39 ed.Rio de Janeiro: Nova Fronteira 2019. CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 7ª ed.Rio de Janeiro: Lexikon Editorial, 2016. Faraco, C. A. **Linguagem Escrita e Alfabetização.** São Paulo: Contexto,2012. INÊS, M, et. al. **Alfabetização linguística da Teoria à Prática.** São Paulo: Editora Dimensão: Belo Horizonte, 2017. KLEN, Lígia Regina. **Alfabetização: Quem tem medo de ensinar?** 6ª 2edição. São Paulo: Cortez, 2012.			
Componente Curricular	Pedagogia e Profissão Docente	CH total 60	TE 45	TC 15
Ementa	Pedagogia como ciência da educação. Práxis pedagógica e o fazer científico. Formação do Pedagogo e o campo de atuação profissional: contexto histórico e o papel social, ético e político. Saberes docentes e o mundo do trabalho. Políticas atuais e profissionalização docente. Autonomia e identidade profissional. Organizações profissionais, formação inicial e continuada.			
Bibliografia Básica	CRUZ, G. **Curso de pedagogia no Brasil: história e formação com pedagogos primordiais.** Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011. LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2013. VEIGA, I. P. A.; D'ÁVILA, C. **Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas.** 2a ed. Campinas: Papirus, 2012.			
Bibliografia Complementar	BARROS, D. F. **Prática educativa em ambientes escolares e não escolares:** atribuições profissionais do pedagogo social, empresarial e hospitalar. Campina Grande: Realize editora, 2012. BRZEZINSKI, I. **Profissão professor:** identidade e profissionalização docente. Brasília: Plano Editora, 2002. CAMBI, F. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 2018. FRANCO, M. A. S. **Pedagogia como ciência da educação.** 2ª ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2015.			

Componente Curricular	Educação do Campo I: Formação Social do Brasil e Conformação Agrária	CH total 60	TE 45	TC 15
Ementa	Formação social do Brasil. Teorias do desenvolvimento capitalista: fundamentos. Classes e Lutas de Classe. Organizações dos trabalhadores no Brasil. Processo de formação do território nacional e a origem da questão agrária. Teoria e características fundamentais classes sociais no campo: Agronegócio versus Agricultura Familiar e Camponesa.			
Temas Transversais	Educação Étnico-racial; Direitos Humanos			
Bibliografia Básica	MARX, K. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Editora Penguim e Cia. Das Letras, 2012. MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política. Livro 1 - O Processo de Produção do Capital. V. 1, 29 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. RIBEIRO, Darci. **O Povo Brasileiro:** A formação o sentido do Brasil. 3ª edição. São Paulo/SP: Editora Global, 2015. IANNI, O. **Origens agrárias do Estado Brasileir**o. São Paulo: Editora Brasiliense, 2014. PRADO JR, C. **A revolução brasileira e a questão agrária no Brasil.** 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014 STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil:** Interpretações sobre o camponês e o campesinato. Vol. 9. São Paulo: Expressão Popular, 2016.			
Bibliografia Complementar	LUKÁCS, G. **História da Consciência de Classes**. São Paulo: Martins Fontes, 2016. MESZAROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011. PISTRAK, M. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2018. MARTINS, Mônica Dias. **O Banco Mundial e a Terra: Ofensiva e Resistência na América Latina, África e Ásia.** São Paulo: Viramundo, 2010. MARX, Karl. **O Capital.** Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2011. STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil:** debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000. Vol. 8. São Paulo: Expressão Popular, 2013.			

2º SEMESTRE

Componente Curricular	Seminário Integrador de Ensino, pesquisa e Extensão II	**CH t**otal 30	CEP 30

Ementa	Estabelecimento de relações entre as diferentes disciplinas do curso e de processos de investigação da realidade escolar e não escolar, em seus aspectos sócios pedagógicos. Interdisciplinaridade. Conceito e fundamentos da extensão universitária. Estrutura organizacional da pesquisa e extensão no IFC. Tripé do ensino superior: indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.			
Bibliografia Básica	CALDART, R. S. (Org.) **Caminhos para transformação da escola**: reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2010. MANACORDA, A. Mario. M**arx e a Pedagogia Moderna**. 2º edição.São Paulo: Editora Alínea, 2010. RANULFO, P. **Trabalho de Base**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.			
Bibliografia Complementar	CALDART, R. C**aminhos para a transformação da escola** 2: Agricultura Camponesa, Educação Politécnica e Escolas do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2015. FAZENDA, I. C. A. (org.). O que é interdisciplinaridade? São Paulo: Cortez, 2008. FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus: FORPROEX, 2012. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao. Acesso em: 17 08.2022. FREITAS, Luiz Carlos. **Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática.** 11ª edição. São Paulo: Papirus, 2012. ORSO, J. Paulino, et. al (org). Educação, Estado e Contradições Sociais. São Paulo: Outras expressões, 2011.			
Componente Curricular	Pesquisa e Processos Educativos II	**CH** total 90	T 30	PCC 60
Ementa	Epistemologia da pesquisa em educação. Trajetória e tendências da pesquisa em educação no Brasil. Aspectos qualitativos e quantitativos da pesquisa, incluindo o estado do conhecimento. Inserção no campo da pesquisa em educação.			
Bibliografia Básica	LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2ª ed. São Paulo: EPU, 2013. MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social Teoria, Método e Criatividade**. 32 ed. Petrópolis: Vozes, 2012. MEDEIROS, J. B. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas.** 19º edição. São Paulo: Atlas, 2019.			
Bibliografia Complementar	DEMO, P. **Pesquisa e informação qualitativa.** 5ª ed. Campinas: Papirus, 2012. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de**			

	dados. 6 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2006. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.			
Componente Curricular	História da Educação	**CH t**otal 60	TE 45	TC 15
Ementa	A educação nas diversas épocas. Os contextos histórico social, político e econômico da educação brasileira. A escola no contexto histórico catarinense. História da educação e as questões de gênero, étnico-raciais, indígena e quilombola.			
Temas Transversais	Educação Étnico-Racial			
Bibliografia Básica	PILETTI, Claudino. PILETTI, Nelson. História da Educação: de Confúcio a Paulo Freire. São Paulo: Contexto, 2019. ROMANELLI, O. O**. História da Educação no Brasil**: (1930/1973). 38 ed. Petrópolis: Vozes, 2012. SAVIANI, D. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. 2 ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2019.			
Bibliografia Complementar	PILETTI, Claudino. PILETTI, Nelson. História da Educação. São Paulo: Contexto, 2012. MANACORDA, Mario Aligheiro**. História da Educação:** da Antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez Editora, 2010. STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena. (orgs) **Histórias e memórias da educação no Brasil.** Vol I século XVI a XVIII. Petrópolis: Vozes, 2011. STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena. (orgs) **Histórias e memórias da educação no Brasi**l. Vol II: século XIX. Petrópolis: Vozes, 2011. STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena. (orgs) **Histórias e memórias da educação no Brasil.** Vol III: século XX. Petrópolis: Vozes, 2011			
Componente Curricular	Psicologia da Educação	**CH t**otal 60	TE 45	TC 15
Ementa	Teorias e fundamentos psicológicos que envolvem ensino e aprendizagem, circunstâncias de sua produção e suas implicações para as práticas pedagógicas. Processos de subjetivação do sujeito educacional contemporâneo. Alteridade e educação. Concepções de sujeito subjacentes às abordagens epistemológicas do desenvolvimento humano. A constituição da subjetividade. Juventudes na contemporaneidade.			
Bibliografia Básica	LA TAILLE, I.; OLIVEIRA, M. K.; DANTAS, H. **Piaget, Vygotsky, Wallon: edição revistas teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 2019.			

<table>
<tr><td></td><td colspan="4">REGO, T. C. Vygotsky: Uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis: Vozes, 2020.

PALANGANA, Isilda Campaner. Desenvolvimento e Aprendizagem em Piaget e Vygotsky. São Paulo: Summus, 2015.</td></tr>
<tr><td>Bibliografia Complementar</td><td colspan="4">BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M. FURTADO, O. (Org.). Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, M. K. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento é um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 2010.

PALANGANA, I. C. Desenvolvimento & aprendizagem em Piaget e Vygotsky: a relevância do social. 5 ed. São Paulo: Summus, 2015.

DAVIS, C.; OLIVEIRA, Z. M. R. Psicologia na educação. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2012.</td></tr>
<tr><td>Componente Curricular</td><td>Jogo, brinquedo e brincadeira.</td><td>CH total 60</td><td>TE 45</td><td>CEP 15</td></tr>
<tr><td>Ementa</td><td colspan="4">História e papel social dos jogos, brinquedos e brincadeiras. Relação entre o jogo, brinquedo, brincadeira e o lúdico. Jogo, brinquedo e brincadeira e o processo ensino-aprendizagem.</td></tr>
<tr><td>Bibliografia Básica</td><td colspan="4">BERTON, I. C.; ITACARAMBI,R.R. Números, brincadeiras e jogos. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2010.

HORN, Maria da Graça Souza. Brincar e interagir nos espaços da educação infantil. Porto Alegre: Penso, 2017.

VYGOTSKY, L. S. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.</td></tr>
<tr><td>Bibliografia Complementar</td><td colspan="4">CUNHA, Nylse Helena Silva. Brinquedo, Linguagem e Alfabetização. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

BETTI, M.; GOMES DA SILVA, P. N. Corporeidade, jogo, linguagem: A educação física nos anos iniciais ao Ensino Fundamental. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2019.

Kishimoto T. M. (org). Jogo, Brinquedo, brincadeira e Educação. 8º Edição. São Paulo: Cortez, 2017.</td></tr>
<tr><td>Componente Curricular</td><td>Educação do Campo II: Movimentos Sociais e Políticas Públicas</td><td>CH total 45</td><td>TE 30</td><td>TC 15</td></tr>
<tr><td>Ementa</td><td colspan="4">Origem dos movimentos sociais e movimentos sociais do campo. Experiências de educação dos Movimentos Sociais. Educação do Campo. Educação Rural. Educação Popular. Fundamentos da Educação do Campo. Legislação e Políticas Públicas de educação para o Meio Rural. Legislação e políticas públicas para a Educação do Campo.</td></tr>
<tr><td>Temas Transversais</td><td colspan="4">Direitos Humanos</td></tr>
</table>

Bibliografia Básica	CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo.** São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012. MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social.** Vol. 5. 3ª Edição. São Paulo: Cortez, 2011. PIRES, Angela Monteiro. **Educação do Campo como um direito humano.** São Paulo: Cortez, 2012.			
Bibliografia Complementar	CALDART, R. S.; ARROYO, M. G.; MOLINA, M. C. **Por Uma Educação do Campo.** São Paulo: Vozes, 2011. FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Teoria e educação no labirinto da capital.** 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2014. LENIN, Vladimir. **Democracia e Luta de Classes.** São Paulo: Boitempo, 2019. SAPELLI, Marlene Lúcia Siebert; LEITE, Valter de Jesus; BAHNUI, Caroline. **Ensaios da escola do trabalho na luta pela terra:** 15 anos da Escola Itinerante do Paraná. São Paulo: Expressão Popular, 2019. SAVIANI, **Dermeval. Da LDB (1996) ao novo PNE (2014-2024) por uma outra política educacional**. 5ª edição. Campinas: Autores Associados, 2019.			
Componente Curricular	Filosofia da Educação	CH total 60	TE 45	TC 15
Ementa	Educação e filosofia. As bases filosóficas da educação: teorias clássicas, medievais, modernas e contemporâneas da educação. Processo educativo e suas relações com a ciência ao longo da história da humanidade ocidental. Fundamentos epistemológicos da educação e do processo educativo. Ética e educação.			
Bibliografia Básica	RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018. LUCKESI, C. C. **Filosofia da educação.** São Paulo: Cortez, 2017. SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 42 ed. Campinas: Autores Associados, 2012.			
Bibliografia Complementar	ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro.** 7 ed. São Paulo: Perspectiva, 2011. KANT, I. **Sobre a Pedagogia**. Lisboa: Edições 70. 2012. ROUSSEAU, J. J. **Emílio ou Da Educação.** São Paulo: Edipro, 2017. SAVIANI, D. **Educação:** do senso comum à consciência filosófica. 19 ed. Campinas: Autores Associados, 2013.			

3ª Semestre

Componente Curricular	Seminário Integrador e de Ensino, Pesquisa e Extensão III	Carga horária Total 30	CEP 30

Ementa	Construção de análises e sínteses a partir dos conteúdos e conceitos trabalhados em diferentes disciplinas do curso. Levantamentos das problemáticas e potencialidades presentes nos espaços de inserção na escola e na comunidade. Realização de processos orientados de inserção.			
Bibliografia Básica	CALDART, R. Salete, et. al (org). **Caminhos para a transformação da escola 4**: Trabalho, agroecologia e estudo nas escolas do campo. São Paulo: Expressão Popular, 2015. GUIMARÃES, Gilda, et. al (org.). **Educação Omnilateral**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2019. PISTRAK, M. Moisey. **Ensaio sobre a Escola Politécnica**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.			
Bibliografia Complementar	FREIRE, Paulo R. **Pedagogia do Oprimido**. 60ª edição. Rio de Janeiro Paz e terra, 2016. MÉSZÁEOS, Instván. **Educação Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, Editorial, 2011. SHULGIN, Victor N. **Rumo ao Politecnismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.			
Componente Curricular	Pesquisa e Processos Educativos III	CH Total 90	TE 30	PCC 60
Ementa	O sujeito pesquisador e os sujeitos da pesquisa em educação. Inserção na realidade educacional em espaços formais e não formais de educação. Procedimentos de pesquisa em educação.			
Bibliografia Básica	MEDEIROS, J. B. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas.** 19º edição. São Paulo: Atlas, 2019. MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social Teoria, Método e Criatividade**. 32 ed. Petrópolis: Vozes, 2012. TRIVINOS, A. N. S. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo**. São Paulo: Atlas, 2006. reimpressão. 2015.			
Bibliografia Complementar	DEMO, P. **Pesquisa e informação qualitativa**. 1 ed. Campinas: Papirus, 2017. CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2017. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017. MOURA, Manoel Oriosvaldo. **Educação Escolar e pesquisa na Teoria Histórico Cultural.** São Paulo: Loyola, 2017.			

Componente Curricular	Teorias Educacionais e Curriculares	CH Total 60	TE 45	TC 15
Ementa	Teorias educacionais e curriculares na educação brasileira. Teorias educacionais, currículo e os temas transversais: meio ambiente, relações étnico-raciais, indígena e quilombola, ética e direitos humanos. Formas de integração curricular. Organizações curriculares nos níveis e sistemas educacionais. Organizações curriculares nos documentos oficiais. Currículo e cultura. Novos paradigmas teóricos e curriculares.			
Bibliografia Básica	MOREIRA, A. F. B. et al. **O currículo nos limiares do contemporâneo 4** ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. SAVIANI, D. **Escola e democracia. 42 ed. São Paulo**: Autores associados, 2012. SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.			
Bibliografia Complementar	FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011. GADOTTI, M**. Historia das ideias pedagógicas**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2008. LOPES, A. R. C.; MACEDO, E. (Orgs.). **Currículo: debates contemporâneos**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010. SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas: Autores Associados, 1997. VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.			
Componente Curricular	Gestão Escolar e Não Escolar	CH Total 30	TE 30	
Ementa	Processos de organização e gestão da escola e não escolar. As formas de organização, estruturação e planejamento da/na escola e dos espaços educativo não escolar. Planos de Gestão. As funções de gestão nas dimensões administrativa e pedagógica da escola. Projeto Político Pedagógico. Mecanismos de participação e gestão democrática da escola. Organização do trabalho pedagógico em espaços formativos e organizativos nas comunidades do campo.			
Bibliografia Básica	LIBÂNEO, José Carlos 1945-; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, MirzaSeabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed., rev e ampliada. São Paulo: Cortez, 2012. GOHN, Maria da Glória. **Educação Não-Formal e Cultura Política**.SP: Cortez, 2011. PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Ática, 2012.			

Bibliografia Complementar	ROSAR, Maria de Fátima Félix. **Política e gestão da educação**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. LÜCK, H. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional.** Petrópolis: Vozes, 2013. PAIVA, V. P.; **História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos.** São Paulo: Edições Loyola, 2015. FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017. OLIVEIRA, Dalila Andrade**. Gestão democrática da educação.** São Paulo: Vozes, 2019. VIEIRA, Sofia Lerche. **Estrutura e Funcionamento da Educação Básica.** Fortaleza: EdUECE, 2015.			
Componente Curricular	Leitura e Produção Textual	CH Total 60	TE 45	TC 15
Ementa	Linguagem e língua. Texto e discurso. Gêneros textuais escritos e orais: resenha crítica; artigo científico; ensaio; resumo; fala pública. Noções fundamentais sobre estrutura e conteúdo: coesão, coerência, clareza, informatividade e adequação. Prática de leitura e de produção de textos. Processos de leitura. Estratégias de produção textual.			
Bibliografia Básica	ABAURRE, M.B. Produção de Texto. Interlocução e Gêneros. Curitiba: Editora Moderna,2015. FARACO, C. A.; TEZZA, C. **Prática de textos para estudantes universitários**. Petrópolis: Vozes, 2016. FIORIN, J. L. **Argumentação.** São Paulo: Editora Contexto, 2015.			
Bibliografia Complementar	BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**.39 ed.Rio de Janeiro: Nova Fronteira 2019 CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 7ª ed.Rio de Janeiro: Lexikon Editorial, 2016. KOCH, I.**Escrever e Argumentar**. São Paulo: Editora Contexto,2016. _____**A Coerência Textual**. São Paulo: Editora Contexto,2016 KÖCHE,V,S.;BOFF, O,M,B. **Prática Textual**: atividades de leitura e escrita. 11ª ed.Petrópolis:Editora Vozes,2014.			
Componente Curricular	Sociologia da Educação	CH Total 60	TE 45	TC 15
Ementa	Surgimento da sociologia. A construção do pensamento sociológico clássico e a educação. A educação e a escola diante das desigualdades sociais: econômica, étnico racial e gênero. O papel da escola nos processos de inclusão social e as ações afirmativas. As transformações no mundo do trabalho e os desafios da educação.			

Temas Transversais	Educação Étnico-racial			
Bibliografia Básica	DURKEHIM, E. **Da divisão do trabalho social**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. PASSERON, J.-C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 7ª Edição, Petrópolis: Vozes, 2014. QUINTANEIRO, T; BARBOSA, M. L. O.; OLIVEIRA, M. G. M. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.			
Bibliografia Complementar	BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2012. HOBSBAWM, E. J. **Era dos Extremos: o breve século XX:** 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. IANNI, O. **A sociologia e o mundo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. MELO, A. **Fundamentos socioculturais da educação.** Curitiba: Intersaberes, 2012. WEBER. C**iência e política: duas vocações.** 16 ed. São Paulo: Cultrix, 2011.			
Componente Curricular	Didática Geral	CH total 60	TE 45	TC 15
Ementa	Abordagens da trajetória da didática e sua problematização a partir da reflexão histórica. Bases epistemológicas da formação docente. Didática na formação do professor. Processos de ensino-aprendizagem. Planejamento: níveis e estrutura básica. Avaliação do ensino e da aprendizagem.			
Bibliografia Básica	COMÊNIO, J. A. **Didática Magna.** 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. FREITAS, L. C. C**rítica da organização do trabalho pedagógico e da didática.** Campinas: Papirus, 2011. LIBANEO, José Carlos. **Didática.** Cortez, 2017.			
Bibliografia Complementar	LUCKESI. Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: **Estudos e proposições.** São Paulo: Cortez, 2014. MELLO, A.; URBANETZ, S. T. **Fundamentos de didática.** Curitiba: Iter saberes, 2012. SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. São Paulo: Autores Associados, 2018. SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 11ª ed. Campinas: Autores Associados, 2013. VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento. Projeto de Ensino. **Aprendizagem e Projeto Político** – Pedagógico. 11º ed. São Paulo: Libertad, 2012.			

4º Semestre

Componente Curricular	Seminário Integrador de Ensino, Pesquisa e Extensão.		CH Total 30	CEP 30
Ementa	Organização de sínteses a partir de questões trabalhadas em diferentes disciplinas do curso e do processo de investigação da realidade. Histórico das diferentes concepções de extensão universitária. Políticas de extensão universitária. Compromisso social, formação discente e interação dialógica das IES com a sociedade.			
Bibliografia Básica	CALDART, R. Salete, et. al (org). **Caminhos para a transformação da escola 4: Trabalho, agroecologia e estudo nas escolas do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2015. FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. GUIMARÃES, Gilda, et. al (org.). **Educação Omnilateral**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2019. PISTRAK, M. Moisey. **Ensaio sobre a Escola Politécnicas**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.			
Bibliografia Complementar	FREIRE, Paulo R. **Pedagogia do Oprimido**. 60ª edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2016. MÉSZÁEOS, Instván. **Educação Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. SHULGIN, Victor N. **Rumo ao Politecnismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2015			
Componente Curricular	Pesquisa e Processos Educativos IV	CH Total 75	TE 30	PCC 45
Ementa	Fundamentos para o planejamento da pesquisa em educação. Inserção na realidade educacional em espaços formais e não formais de educação. Sistematização da pesquisa em educação.			
Bibliografia Básica	MEDEIROS, J. B. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas.** 19º edição. São Paulo: Atlas, 2019. MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social Teoria, Método e Criatividade**. 32 ed. Petrópolis: Vozes, 2012. TRIVINOS, A. N. S. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo**. São Paulo: Atlas, 2006. reimpressão. 2015.			
Bibliografia Complementar	SIMÕES, D.; GARCIA, F. (ORGs). **Pesquisa Científica como Linguagem da práxis**. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2014. THIOLLENT, Michel. **Metodologia de Pesquisa Ação.** 18ª Edição. São Paulo: Cortez, 2011. LUDKE, M. ANDRE, M. E.D.A. **Pesquisa em Educação: abordagem qualitativa**. São Paulo: Editora E.P.U, 2013.			

Componente Curricular	Matemática para os anos iniciais: Fundamentos e Métodos	CH total 90	TE 60	PCC 30
Ementa	A construção do número. Alfabetização matemática. Conhecimento lógico matemático: classificação, seriação, correspondência, inclusão e intersecção de classes, sequência lógica, comparação e conservação. Conceitos, procedimentos e estratégias de ensino de matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na educação infantil e na educação de jovens e adultos. Noções fundamentais das teorias da educação matemática. Matemática para o ensino fundamental: as quatros operações, formas geométricas, porcentagens.			
Bibliografia Básica	BERTON, I. C.; ITACARAMBI,R.R. **Números, brincadeiras e jogos**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2010. D'AMBROSIO, U. **Etnomatemática:** Elo entre as tradições e a modernidade. 6 ed. São Paulo: Editora Autêntica, 2019. MOYSÉS, L. **Aplicações de Vygotsky à educação matemátic**a. 11 ed. Campinas: Papirus, 2012.			
Bibliografia Complementar	SOUZA,N. M. M. **Educação matemática nos anos iniciais do ensino fundamental**: princípios e práticas pedagógicas. São Paulo: Editora Cortez,2015. ITACARAMBI, R.R. **Resolução de problemas nos anos iniciais do ensino fundamental.** São Paulo: Editora Livraria da Física, 2010. LIMA. A. C. NACARATO, A. M. **Matemática e educação infantil:** investigações de práticas pedagógicas. São Paulo: Editora Vozes, 2 ed. 2012. MENDES,I. A.; SANTOS, A.S.; PIRES, M.A. **Práticas matemáticas em atividades didáticas para os anos iniciais**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2011			

Componente Curricular	Estágio Supervisionado I: Gestão Escolar em Espaços Comunitários	CH total 75	TE 30	TC 45
Ementa	Conhecimentos da organização e gestão do trabalho pedagógico em espaços formativos e organizativos nas comunidades do campo. Identificação das relações entre a Educação Popular, a Educação do Campo e a formação nos movimentos sociais e sindicais. Estudo sobre o processo educativo em instituições não escolares. Observação, compreensão, contribuição, vivência, registro, planejamento e avaliação da Gestão Escolar em Espaços Comunitários do Campo.			
Bibliografia Básica	ALVES, N. (Org.). **Formação de Professores: pensar e fazer**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2011. LIBÂNEO, J.C.; OLIVEIRA, J.F.D;THOSCHI, M. **Educação Escolar: Políticas, Estruturas e Organização.** São Paulo: Cortez, 2011. PAIVA, V. P.; **História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos.** São Paulo: Edições Loyola, 2015			
Bibliografia Complementar	ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.			

	Frigotto, G. (Org.). **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação trabalhador.** São Paulo:Cortez, 2012. PRADO, E. **Estágio na Licenciatura em pedagogia: Gestão Educacional.** Petrópolis: Vozes, 2012.			
Componente Curricular	Didática: Educação Infantil e Anos iniciais	CH total 60	TE 45	TC 15
Ementa	Pressupostos epistemológicos do planejamento e da avaliação educacional. Relação entre Projeto Político Pedagógico, planejamento e avaliação. Planejamento e metodologias de ensino na educação infantil e anos iniciais. Princípios e funções da avaliação no processo de ensino-aprendizagem e desenvolvimento.			
Bibliografia Básica	PERRENOUD. Philippe. **Formando Professores Profissionais: Quais Estratégias? Quais Competências?**. RS: Artmed, 2018. SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 11ª ed. Campinas: Autores Associados, 2013. VASCONCELLOS, Celso dos Santos**. Planejamento. Projeto de Ensino. Aprendizagem e Projeto Politico – Pedagógico**. 11º ed. São Paulo: Libertad, 2012.			
Bibliografia Complementar	CANDAU, Vera Maria (Org.). **Rumo a uma nova didática.** 23 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. São Paulo: Cortez, 2010. VEIGA, Ilma Passos. **Projeto Politico Pedagógico da Escola.** Papirus, 2016. ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre, RS: Artmed, 2010.			
Componente Curricular	Antropologia	CH Total 60	TE 45	CEP 15
Ementa	A constituição da Antropologia como disciplina e seu campo de estudo. As interpretações antropológicas da cultura e da sociedade no Brasil. A crítica ao etnocentrismo e ao relativismo cultural. Etnia-raça, classe social e gênero na constituição social. Estudos antropológicos sobre educação e a escola no Brasil. Concepções de família/criança/infância como construção histórica/social e seu papel na Educação.			
Temas Transversais	Educação Étnico-racial			
Bibliografia Básica	BOAS, F. **Antropologia cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017. BOURDIEU, P. **Escritos de educação.** 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2012. LAPLANTINE, F. **Aprender antropologia**. 30ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2012.			

Bibliografia Complementar	CASTRIANI, Maria de Jesus. Fundamentos de Antropologia e Educação. Lapa: Fael, 2013. GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Classes, Raças e Democracia. São Paulo: Editora 34, 2012. HALL, Stuart. Da Diáspora - Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2019.			
Componente Curricular	Gestão Educacional	CH total 60	TE 45	TC 15
Ementa	Gestão educacional: fundamentos e princípios. Gestão democrática. O ideário do Estado e suas implicações para os sistemas de ensino. Planejamento institucional. A relação entre os entes federados e a garantia do direito à educação. Políticas de avaliação. Indicadores de qualidade social da educação.			
Bibliografia Básica	LIBÂNEO, José Carlos 1945-; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, MirzaSeabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed., rev e ampliada. São Paulo: Cortez, 2012. PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Ática, 2012. ROSAR, Maria de Fátima Félix. **Política e gestão da educação**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.			
Bibliografia Complementar	LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019. OLIVEIRA, Dalila Andrade**. Gestão democrática da educação.** São Paulo: Vozes, 2019. VIEIRA, Sofia Lerche. **Estrutura e Funcionamento da Educação Básica.** Fortaleza: EdUECE, 2015.			

5º Semestre

Componente Curricular	Seminário Integrador de Ensino, Pesquisa e Extensão.	CH Total 30	CEP 30
Ementa	Construção de processos analíticos sobre questões trabalhadas em diferentes disciplinas do curso e de processos de investigação da realidade. Planejamento e orientação para os processos de inserção na escola, na comunidade e estudos sistemáticos. Normas e etapas para elaboração de um projeto de extensão.		
Bibliografia Básica	GUIMARÃES, Gilda, et. al (org.). **Educação Omnilateral**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2019. PISTRAK, M. Moisey. **Ensaio sobre a Escola Politécnica**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. RANULFO, P. **Trabalho de Base.** São Paulo: Expressão Popular, 2012		
Bibliografia Complementar	FREIRE, Paulo R. **Pedagogia do Oprimido**. 60ª edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2016. MÉSZÁEOS, Instván. **Educação Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. SHULGIN, Victor N. **Rumo ao**		

	Politecnismo. São Paulo: Expressão Popular, 2015.			
Componente Curricular	Pesquisa e Processos Educativos V	CH Total 30	TE 30	
Ementa	Fundamentos para o planejamento da pesquisa em educação. A ética na pesquisa educacional. Sistematização da pesquisa em educação.			
Bibliografia Básica	MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 8 edição. São Paulo: Atlas, 2017. BROOKS, Rachel; TE RIELE, Kitty; MAGUIRE, Meg. **Ética e pesquisa em educação**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2017. MEDEIROS, J. B. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 13ª Edição. São Paulo: Atlas, 2019.			
Bibliografia Complementar	DEMO, P. **Pesquisa e informação qualitativa**. 1 ed. Campinas: Papirus, 2017. MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social Teoria, Método e Criatividade**. 32 ed. Petrópolis: Vozes, 2012. SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2018.			
Componente Curricular	Alfabetização e Letramento I	CH total 60	TE 45	CEP 15
Ementa	Alfabetização e Letramento: contextualização histórica. História e Características do sistema alfabético. Concepções teórico-metodológicas da alfabetização e do letramento. Aquisição e desenvolvimento da linguagem escrita. A função social da escrita.			
Bibliografia Básica	FERREIRO, E. **Reflexões sobre alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2014. SMOLKA, A. L. B. **A criança na fase inicial da escrita:** a alfabetização como processo discursivo. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2012. SOARES, M. **Alfabetização e letramento.** São Paulo: Contexto, 2017			
Bibliografia Complementar	FARACO, C. A. **Linguagem Escrita e Alfabetização**. São Paulo: Contexto,2012. INÊS, Maria, et. al. **Alfabetização linguística da Teoria à Prática.** São Paulo: Editora Dimensão: Belo Horizonte, 2017. KLEN, Lígia Regina. **Alfabetização: Quem tem medo de ensinar?** 6ª edição. São Paulo: Cortez, 2012. KRAMER, Sônia. **Alfabetização Leitura e Escrita**. São Paulo: Ática, 2010. CARVALHO,M. **Alfabetizar e letrar:** um diálogo entre a teoria e a prática. São Paulo: Vozes, 2015.			

Componente Curricular	**Fundamentos e Metodologia em Geografia**	CH Total 90	TE 60	PCC 30
Ementa	O pensamento geográfico e o diálogo com o ensino Geografia. O ensino da Geografia na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental e na educação de jovens e adultos. Conceitos e temas da Geografia em sala de aula. Espaço e representação: a diferentes dimensões da cartografia para escolares. Planejamento, seleção e organização de conteúdos da Geografia. Métodos, estratégias e proposta para o ensino da Geografia Escolar. Documentos curriculares oficiais para área de Geografia. Planejamento e avaliação em Geografia. Currículo e práticas pedagógicas em Geografia.			
Temas Transversais	Educação Ambiental			
Bibliografia Básica	CASTRO, I. E.; CORREA, R.; GOMES, P. C. C. **Geografia: conceitos e temas.** 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010. PENTEADO, H. **Metodologia do ensino de história e geografia**. São Paulo: Cortez, 2011. WERNET, Augustin. Max Weber Metodologia das ciências sociais. São Paulo: Cortez, 2015.			
Bibliografia Complementar	CARLOS, A. F. A. (Org.). **A Geografia na sala de aula**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2013. CASTRO GIOVANNI, A. C.; CALLAI, H. C.; KAERCHER, N. A. (Orgs.). **Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. 10 ed. Porto Alegre: Mediação, 2012. PONTUSCKA, N. N.; PAGANELLI, T. I.; CACETE, N. H. **Para ensinar e aprender geografia**. 3 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010.			
Componente Curricular	**Fundamentos e Metodologia em Língua Portuguesa**	CH total 90	TE 60	PCC 30
Ementa	Gêneros discursivos. Estratégias. Conceitos, procedimentos e estratégias de ensino de língua portuguesa nos anos iniciais do ensino fundamental. Documentos curriculares oficiais para área de Língua Portuguesa. Planejamento e avaliação em Língua Portuguesa. Currículo e práticas pedagógicas em Língua Portuguesa.			
Bibliografia Básica	ABAURRE, M.B. **Produção de Texto. Interlocução e Gêneros.** Curitiba**:** Editora Moderna,2015. GOMES, M. L. **Metodologia do ensino da língua portuguesa**.2ª ed. Curitiba: Editora Inter saberes 2015. SCHNEUWLY,B.;DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Editora Mercado das Letras., 2004.			
Bibliografia Complementar	BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Com direito à palavra:** dicionários em sala de aula. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2012. FAIL, I.T.S; LUTZ, A.. **Conteúdos integrados: proposta metodológica para as séries iniciais do ensino de 1º grau**. 5ª ed. Petrópolis. 1991			

<table>
<tr><td></td><td colspan="4">SMOLKA, A.L. B. A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo. 12ª ed. Vozes. 2015

SOARES, M. I. B.; AROEIRA, M. L. C; PORTO, A.. Alfabetização linguística: da teoria à prática. Dimensão. 2010.

SOARES, M. Linguagem e escola: uma perspectiva social. 18ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2017.</td></tr>
<tr><td>Componente Curricular</td><td>Estágio Supervisionado II: Educação Infantil</td><td>CH total 120</td><td>TE 30</td><td>TC 90</td></tr>
<tr><td>Ementa</td><td colspan="4">Princípios do estágio na Educação Infantil. Documentação pedagógica: observação, registro, planejamento e avaliação dos/nos contextos e das relações educativas. Vivências e a organização do trabalho docente com crianças na Educação Infantil.</td></tr>
<tr><td>Bibliografia Básica</td><td colspan="4">OLIVEIRA, Z. M. R. (Org.). Educação infantil: muitos olhares. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

OSTETTO, L. E. (Org.). Encontros e encantamentos na educação infantil: partilhando experiências de estágios. 10 ed. Campinas: Papirus, 2011.

SILVA, Ana Paula Soares de, et.al (org.) Educação Infantil do Campo. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2012.</td></tr>
<tr><td>Bibliografia Complementar</td><td colspan="4">AZEVEDO, H. H. O. Educação infantil e formação de professores: para além da separação cuidar-educar. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

CARVALHO, M. Matemática e Educação Infantil - Investigações e Possibilidades de Práticas Pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2012.

CEPPI, G.; ZINI, M. (Org). Crianças, Espaços, Relações. São Paulo: Artmed, 2013.

OLIVEIRA, Z. M. (Org.). A Criança e seu desenvolvimento: perspectiva para se discutir a educação infantil. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2012.</td></tr>
<tr><td>Componente Curricular</td><td>Educação do Campo III: Educação e Agroecologia</td><td>CH Total 45</td><td colspan="2">TE 15</td></tr>
<tr><td>Ementa</td><td colspan="4">História da Agricultura. Cultura Camponesa. Modos de Produção Agrícola e organização da Agricultura. Agroecologia. O vínculo entre Agroecologia e Educação.</td></tr>
<tr><td>Tema transversal</td><td colspan="4">Educação Ambiental</td></tr>
<tr><td>Bibliografia Básica</td><td colspan="4">MACHADO,L.C.P.; MACHADO L. C. P. F.; A Dialética da Agroecologia: Contribuição Para Um Mundo Com Alimentos Sem Veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2014.</td></tr>
</table>

	PRIMAVESI, A. **Convenções dos Ventos.** São Paulo: Expressão Popular, 2015. RIBEIRO, D. S. et al. (Orgs.). **Agroecologia na Educação Básica: Questões propositivas de conteúdo de metodologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.
Bibliografia Complementar	CALDART, R.S. (ORG) **Dicionário da Educação do Campo.** Editora Expressão Popular, 2012. DELGADO, G. C.. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio:** mudanças ciclia em meio século (1965 - 2012. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012. NOVAES, H. T.; MAZIN, Â. D.; SANTOS, Laís. **Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia.** 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

6º Semestre

Componente Curricular	Seminário Integrador de Ensino Pesquisa e Extensão	CH Total 30	CEP 30
Ementa	Construção de análises e sínteses a partir da problematização de questões trabalhadas em diferentes disciplinas do curso e de processos de investigação da realidade. Reflexões e elaborações textuais sobre os processos educativos existentes nos espaços escolares e comunitários. Planejamento, escrita e metodologia do projeto de extensão.		
Bibliografia Básica	FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017. GUIMARÃES, Gilda, et. al (org.). **Educação Omnilateral**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2019. RANULFO, P. T**rabalho de Base.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.		
Bibliografia Complementar	ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** São Paulo: Boitempo, 2019. FREITAS, Luiz Carlos. **Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática**. 11ª edição. São Paulo: Papirus, 2012. MANACORDA, A. Mario. **Marx e a Pedagogia Moderna.** 2º edição.São Paulo: Editora Alínea, 2010. ORSO, J. Paulino, et. al (org). **Educação, Estado e Contradições Sociais**. São Paulo: Outras expressões, 2011.		
Componente Curricular	Pesquisa e Processos Educativos VI	CH Total 30	TE 30
Ementa	Sistematização da pesquisa em educação. Fundamentos e orientação prático-científica sobre organização e interpretação da pesquisa.		
Bibliografia Básica	MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 8º edição. São Paulo: Atlas, 2017.		

<table>
<tr><td></td><td colspan="4">MEDEIROS, J. B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 13ª Edição. São Paulo: Atlas, 2019.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2019.</td></tr>
<tr><td>Bibliografia Complementar</td><td colspan="4">MAFRA, J. J.; Ler e tomar notas: Primeiros Passos da Pesquisa Bibliográfica. Minas Gerais: PUC Minas, 2011.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2010.

LEITE, Francisco Tarciso. Metodologia Científica: Métodos e Técnicas de Pesquisa (monografia, Dissertações, Teses e Livros). São Paulo: Ideias & Letras, 2014.</td></tr>
<tr><td>Componente Curricular</td><td>Fundamentos e Metodologia em História</td><td>CH total 90</td><td>TE 60</td><td>PCC 30</td></tr>
<tr><td>Ementa</td><td colspan="4">A produção historiográfica contemporânea e o diálogo com o ensino de História. O uso e a problematização de documentos históricos como fundamento da construção do conhecimento histórico escolar. A construção de noções de temporalidades e de processo histórico. O ensino da História na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental e na educação de jovens e adultos. A avaliação da aprendizagem no ensino de História. Documentos curriculares oficiais. Práticas curriculares e pedagógicas no ensino da História.</td></tr>
<tr><td>Bibliografia Básica</td><td colspan="4">BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2018.

MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette M.; MAGALHÃES, Marcelo de S. (Org.)
Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.Complementares

PROST, Antoine.12 lições sobre a História. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.</td></tr>
<tr><td>Bibliografia Complementar</td><td colspan="4">BURKE, Peter (Org.). A escrita da história. São Paulo: UNESP, 1992.

BARCA, Isabel (Org.). Aprender História: perspectivas da educação histórica. Ijuí: Editora Unijuí, 2009.

BERGMANN, Klaus. A História na reflexão didática. Revista Brasileira de História, São Paulo, Vol. 9, nº 19, set.1989/fev.1990.

FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria de. Dicionário de Ensino de História. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

MONTEIRO, Ana Maria. Pesquisa em Ensino de História: entre desafios epistemológicos e
apostas políticas. Rio de Janeiro: Mauad; Faperj, 2014.</td></tr>
<tr><td>Componente Curricular</td><td>Linguística</td><td>CH Total 60</td><td>TE 45</td><td>TC 15</td></tr>
</table>

Ementa	Linguagem, sociedade e ensino. Áreas de sociolinguística e psicolinguística. Variação linguística e preconceito linguístico. Aquisição e desenvolvimento da linguagem oral e escrita.			
Bibliografia Básica	MARTELOTTA, M.E. **Manual de linguística**. São Paulo: Editor Contexto, 2010. ORLANDI,E . **Língua e conhecimento linguístico:** para uma história das ideias no Brasil. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013. SOARES, M. **Linguagem e escola:** uma perspectiva social. 17 ed. São Paulo:Editora Contexto,2017.			
Bibliografia Complementar	BAGNO, M. **Preconceito linguístico**. 56 ed. São Paulo: Parábola, 2015. **_____Língua, linguagem, linguística**: pondo os pingos nos ii. São Paulo: Parábola, 2014. FIORIN, J. L. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015. ORLANDI,E . **Língua e conhecimento linguístico:** para uma história das ideias no Brasil. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013. SOARES, M. **Linguagem e escola:** uma perspectiva social. 17 ed. São Paulo: Editora Contexto,2017.			
Componente Curricular	Alfabetização e Letramento II	CH Total 60	TE 45	CEP 15
Ementa	Escrita e textualidade. Processos de aprendizagem da leitura e da escrita. Gêneros textuais e processos de letramento. Práticas pedagógicas de alfabetização e letramento.			
Bibliografia Básica	FERREIRO, E. **Reflexões sobre alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2014. SMOLKA, A. L. B. **A criança na fase inicial da escrita:** a alfabetização como processo discursivo. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2012. SOARES, M. **Alfabetização e letramento.** São Paulo: Contexto, 2017.			
Bibliografia Complementar	CUNHA, Nylse Helena Silva. **Brinquedo, Linguagem e Alfabetização.** Petrópolis: Editora Vozes, 2010. INÊS, Maria, et. al. **Alfabetização linguística da Teoria à Prática**. São Paulo: Editora Dimensão: Belo Horizonte, 2017. KLEN, Lígia Regina. Alfabetização: **Quem tem medo de ensinar?** 6ª edição. São Paulo: Cortez, 2012. KRAMER, Sônia. Alfabetização Leitura e Escrita. São Paulo: Ática, 2010.			
Componente Curricular	Estágio Supervisionado III: Gestão Escolar	CH total 90	TE 30	TC 60
Ementa	Conhecimentos da organização e gestão do trabalho pedagógico em instituições escolares. Compreensão das relações estabelecidas entre os diferentes sujeitos da escola e da escola com o Estado. Análise crítica das distintas formas de organização curricular, planejamento de processos educativos em diferentes situações institucionais nas modalidades da			

	educação básica. Observação, compreensão, contribuição, vivência, registro, planejamento e avaliação da Gestão Escolar.			
Bibliografia Básica	ALVES, N. (Org.). **Formação de Professores: pensar e fazer**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2011. LIBÂNEO, J.C.; OLIVEIRA, J.F.D;THOSCHI, M. **Educação Escolar: Políticas, Estruturas e Organização**. São Paulo: Cortez, 2011**.** LÜCK, H. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional.** Petrópolis: Vozes, 2013.			
Bibliografia Complementar	ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** São Paulo: Boitempo, 2019. FREITAS, L. C.; **A reforma empresarial da educação, nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018. SAVIANI. Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** São Paulo: Cortez, Autores Associados, 2013.			
Componente Curricular	Educação, Sociedade e Trabalho.	CH total 60	TE 45	TC 15
Ementa	Reestruturação produtiva e seus impactos na educação do trabalhador: manufatura, taylorismo-fordismo e acumulação flexível. As relações entre trabalho, sociedade e educação. Formação omnilateral dos sujeitos: o trabalho docente na perspectiva da emancipação humana.			
Bibliografia Básica	HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 2013. PEREIRA. M.F.R. **Trabalho e Educação Uma Perspectiva Histórica.** Curitiba: Editora Intersaberes, 2012. MESZÁROS, I. **Educação para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.			
Bibliografia Complementar	ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** 16 ed. São Paulo: Cortez, 2015. BATISTA, Eraldo Leme et.al(org.) T**rabalho, Educação e Emancipação Humana**. Judiaí: Paco Editorial, 2015. FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2010. PISTRAK, M. **Fundamentos da escola do trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2018.			

7º Semestre

Componente Curricular	Seminário Integrador de Ensino, Pesquisa e Extensão.	CH total 30	CEP 30
Ementa	Construção de sínteses a partir de questões trabalhadas em diferentes disciplinas do curso e em processos de investigação da realidade. Elaboração e execução de projetos de extensão.		

<table>
<tr><td>Bibliografia Básica</td><td colspan="4">FREITAS, Luiz Carlos. Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática. 11ª edição. São Paulo: Papirus, 2012.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2010.

PAIVA, V. P.; História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos. São Paulo: Edições Loyola, 2015.</td></tr>
<tr><td>Bibliografia Complementar</td><td colspan="4">MARX, K; ENGELS, F. História, natureza, trabalho, educação. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

CALDART, R. Caminhos para a transformação da escola 2: Agricultura Camponesa, Educação Politécnica e Escolas do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CALDART, R. S. (Org.). Caminhos para transformação da escola: reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

IASI, M. Ensaio sobre a consciência e emancipação. São Paulo: Expressão Popular: 2011</td></tr>
<tr><td>Componente Curricular</td><td>Pesquisa e Processos Educativos VII</td><td>CH Total 45</td><td>TE 30</td><td>TC 15</td></tr>
<tr><td>Ementa</td><td colspan="4">Fundamentos e orientação prático-científica sobre organização e interpretação, coleta e análise de dados da pesquisa. Elaboração do Trabalho de Curso.</td></tr>
<tr><td>Bibliografia Básica</td><td colspan="4">GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 8 edição. São Paulo: Atlas, 2017.

MEDEIROS, J. B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 13ª Edição. São Paulo: Atlas, 2019.</td></tr>
<tr><td>Bibliografia Complementar</td><td colspan="4">MAFRA, J. J.; Ler e tomar notas: Primeiros Passos da Pesquisa Bibliográfica. Minas Gerais: PUC Minas, 2011.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2010.

LEITE, Francisco Tarciso. Metodologia Científica: Métodos e Técnicas de Pesquisa (monografia, Dissertações, Teses e Livros). São Paulo: Ideias & Letras, 2014</td></tr>
<tr><td>Componente Curricular</td><td>Libras</td><td>CH 60</td><td>TE 45</td><td>TC 15</td></tr>
<tr><td>Ementa</td><td colspan="4">Comunidades surdas: história, culturas e identidades. Educação de surdos: políticas linguísticas e educacionais. Surdez e aquisição da linguagem. Educação bilíngue e metodologias de ensino para surdos. Introdução à estrutura linguística da Libras. Noções básicas da Libras: estudo do léxico, dêiticos, produção e compreensão de sentenças simples do cotidiano.</td></tr>
</table>

Bibliografia Básica	GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? São Paulo: Parábola, 2019. GUARINELLO, A. C. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos.** São Paulo: Plexus, 2019. LACERDA, C.B.F.,SANTOS, L.F(org).**Tenho um surdo e agora? Introdução à Libras.** São Carlos: EduFSCar, 2014.			
Bibliografia Complementar	FERNANDES, E. (Org.). **Surdez e bilinguismo.** 6 ed. Porto Alegre: Mediação, 2012. MOURA, M. C.; VERGAMINI, S. A. A.; CAMPOS, S. R. L. **Educação para surdos: práticas e perspectivas.** São Paulo: Santos, 2011. SLOMSKI, V. G. **Educação bilíngue para surdos: concepções e implicações práticas.** Curitiba: Juruá, 2010.			
Componente Curricular	Estágio Supervionado IV: Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Ch total 120	TE 30	T C 90
Ementa	Princípios do estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Documentação pedagógica: observação, registro, planejamento e avaliação dos/nos contextos e das relações escolares. Vivências e a organização do trabalho docente com crianças nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.			
Bibliografia Básica	ANGOTTI, M. (Org.) **Educação Infantil:** Da Condição de Direito À Condição de Qualidade no Atendimento. Campinas: Alínea, 2019. CORTELLA, M. S. **Educação, escola e docência - novos tempos, novas atitudes**. São Paulo: Cortez, 2014. MOTTA, F. M. N. **De crianças a alunos: a transição da educação infantil para o ensino fundamental**. São Paulo: Cortez, 2014.			
Bibliografia Complementar	FARFUS, Danieli. **Espaços Educativo um olhar pedagógico.** Curitiba: Intersaberes, 2012. GOHN, M. G. **Educação Não Formal e Cultura Política**. v. 26, 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011. MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino as Abordagens do Processo**. Rio de janeiro: LTC, 2012. PRADO, E. **Estágio na Licenciatura em Pedagogia:** Gestão Educacional. Série Estágios. Petrópolis:Vozes, 2012. SILVA. Aline Maria da. **Educação Especial e Inclusão Escolar:** História e Fundamentos. Curitiba: Ibex, 2012.			
Componente Curricular	Educação, Diversidade e Inclusão.	CH total 60	TE 45	CEP 15
Ementa	Direitos humanos e formação para a cidadania. Educação como direito fundamental. Educação e diversidade. Marcadores sociais da diferença: gênero e sexualidade. Racismo estrutural. Capacitismo. Educação inclusiva e legislação. Acesso, inclusão, permanência, êxito. Políticas afirmativas em educação.			

Bibliografia Básica	BIANCHENTTI, L; FREIRE, I. M. (Org.). **Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania.** Campinas: Papirus, 2013. CARVALHO, R. E. **Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico.** 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. GÓES, M. C. R.; LAPLANE, A. L. F. (Org.). **Políticas e práticas de educação inclusiva.** 4 ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2013.			
Bibliografia Complementar	MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 6. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011. BEYER, H. O. **Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades especiais.** 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2013. FERNANDES, S. **Metodologia da Educação Especial**. 1ª ed. Curitiba. IBPEX, 2011			
Componente Curricular	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação na Educação	CH total 60	TE 45	TC 15
Ementa	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação na educação. Estudo teórico-prático e crítico dos recursos computacionais, voltados à educação: internet, multimídias, aplicativos, softwares educacionais, entre outros. Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação como recurso tecnológico no processo de ensino aprendizagem.			
Bibliografia Básica	CARVALHO, F. C. A.; IVANOFF, G. B. **Tecnologias que educam: ensinar e aprender com as tecnologias de informação e comunicação.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. CASTELLS, M. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2010. PIVA, D. JR. **Sala de Aula Digital: Uma Introdução à Cultura Digital para Educadores.** São Paulo: Saraiva, 2013.			
Bibliografia Complementar	Ferretti, Celso Joao (org). **Novas tecnologias** Trabalho e Educação um Debate Multidisciplinar. São Paulo: Vozes, 2018. FILÉ, V.; **Escola e Tecnologia**: Máquinas, Sujeitos e Conexões Culturais. São Paulo: Rovelle, 2013. . MORAES, Dênis de ,RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. **Mídia, poder e contrapoder:** da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo, 2013. PALFREY, J. G.; GASSER, U. **Nascidos na era digital: entendendo a primeira geração dos nativos digitais.** Porto Alegre: Artmed, 2011.			

8º semestre

Componente Curricular	Seminário Integrador de Ensino, Pesquisa e Extensão.	CH total 30	CEP 30
Ementa	Produção de sínteses dos processos de inserção na escola e na comunidade. Organização dos resultados obtidos nos processos de inserção na escola e na comunidade.		

Bibliografia Básica	ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016. FREIRE, P; OLIVEIRA, R. D. **Extensão ou comunicação.** São Paulo: Paz e Terra, 2013. GOHN, M. G. **Educação Não Formal e Cultura Política**. v. 26, 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.			
Bibliografia Complementar	KONDER. Leandro. **O futuro da filosofia da práxis.** São Paulo: Expressão Popular, 2018. LACEY, Hugh. **Valores e atividades científica 2**. São Paulo: Editora 34, 2010. MARX, K. **Contribuição para Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.			
Componente Curricular	Pesquisa e Processos Educativos VIII	CH Total 45	TE 30	TC 15
Ementa	Finalização e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso.			
Bibliografia Básica	GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2019. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 8 edição. São Paulo: Atlas, 2017. MEDEIROS, J. B. **Redação científica:** a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 13ª Edição. São Paulo: Atlas, 2019.			
Bibliografia Complementar	MAFRA, J. J.; Ler e tomar notas: **Primeiros Passos da Pesquisa Bibliográfica.** Minas Gerais: PUC Minas, 2011. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7º edição. São Paulo: Atlas, 2010. LEITE, Francisco Tarciso. **Metodologia Científica: Métodos e Técnicas de Pesquisa (monografia, Dissertações, Teses e Livros)**. São Paulo: Ideias & Letras, 2014.			
Componente Curricular	**Fundamentos e Metodologia em Ciências Naturais**	CH Total 90	TE 60	PCC 30
Ementa	Pressupostos teórico-metodológicos do ensino de Ciências Naturais. Alfabetização científica. Conceitos e metodologia do ensino de ciências naturais. Documentos curriculares oficiais para área de ciências naturais. Planejamento e avaliação em ciências naturais. Currículo e práticas pedagógicas em ciências naturais.			
Temas Transversais	Educação Ambiental			
Bibliografia Básica	ASTOLFI, J. P.; DEVELAY, M. **A Didática das ciências**. 16 ed. Campinas: Papirus, 2011.			

	DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José André; PERNAMBUCO, Marta Maria. **Ensino de ciências: fundamentos e métodos**. 4.ed.São Paulo: Cortez, 2011 KOYRÉ, Alexandre. **Estudo e História do pensamento científico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.			
Bibliografia Complementar	BAZZO, W. A.; PEREIRA, L. T. V.; VONLINSINGEN, I. **Ciência, Tecnologia e Sociedade: e o contexto da educação tecnológica**. 5. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2015. PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. HOBSBAWM, E. J. **A era das revoluções**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.			
Componente Curricular	**Fundamentos e Metodologia em Artes**	CH Total 90	TE 60	PCC 30
Ementa	Concepções de Arte na educação a partir da história do ensino de Artes no Brasil. Abordagens metodológicas em Arte. Conceitos, procedimentos e estratégias de ensino de Arte na Educação Básica. Arte e o processo criativo: artes visuais, música, dança e teatro. Documentos curriculares oficiais para área de Artes. Planejamento e avaliação em Artes. Currículo e práticas pedagógicas em Artes.			
Temas Transversais	Educação Étnico-racial			
Bibliografia Básica	BARBOSA, Ana Mãe. **Arte Educação no Brasil.** São Paulo: Perspectiva, 2018. SWANWICK, K. **Música, mente e educação.** Tradução de Marcell Silva Steuernagel. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. SCHAFER, R. M. **Afinação do mundo.** Tradução de Marisa Trench de O. Fonterrada. 2 Ed. São Paulo: Unesp, 2011.			
Bibliografia Complementar	Duarte, Newton; Della Fonte, Sandra Soares. **Arte, conhecimento e paixão na formação humana.** Campinas: Autores Associados, 2010. MARX, K.; ENGELS, F. **Cultura, arte e literatura: textos escolhidos.** 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. VIGOTSKI, L. S. **Imaginação e Criatividade na Infância**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.			
Componente Curricular	Políticas Públicas da Educação	CH Total 60	TE 45	TC 15
Ementa	Estado e política educacional. Políticas públicas: conceito e caracterização. Legislação da educação brasileira. Estrutura e organização da educação brasileira. Financiamento da educação.			
Tema transversal	Educação e direitos humanos			

Bibliografia Básica	LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.** 10 ed. São Paulo: Cortez, 2012. SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. **Política Educacional.** 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L.; **Estado, Classe e Movimento Social.** São Paulo: Cortez, 2011.
Bibliografia Complementar	BONETI, L. W. **Políticas públicas por dentro.** 3 ed. rev. Ijuí: Unijuí, 2011. BRASIL. **Planejando a próxima década:** conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC, 2014. SOARES, Kátia Cristina Dambiski; SOARES, Marcos Aurélio Silva. **Sistemas de Ensino: Legislação e Política Educacional para a Educação Básica. Curitiba.** Intersaberes, 2017.

9.2 Ementário Componentes Curriculares Optativos

Componente Curricular	Modalidades da Educação Básica	CH Total 45	TE 30	TC 15
Ementa	Fundamentos teóricos e metodológicos nas modalidades da educação básica (Educação Quilombola, Educação Indígena, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional e Tecnológica). Políticas públicas e legislação nas modalidades da educação básica. Histórico das modalidades da educação básica no Brasil. Características e especificidades da docência nas modalidades da Educação Básica.			
Bibliografia Básica	BARCELOS, Valdo. **Educação de jovens e adultos: currículo e práticas pedagógicas.** Vozes, 2010. MOLL, Jaqueline et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo:** desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010. SOARES, Kátia Cristina Dambiski; SOARES, Marcos Aurélio Silva. **Sistemas De Ensino: Legislação e Política Educacional para a Educação Básica**. Curitiba. Intersaberes, 2017.			
Bibliografia Complementar	GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (orgs.). **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. São Paulo: Cortez, 2011. STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena (orgs.) **Histórias e memórias da educação no Brasil.** Petrópolis: Vozes, Vol II: século XIX. 2011. ANDRADE, Maria Adilina Freire Jerônimo de. **Currículo e práticas pedagógicas na educação profissional**/Maria Adilina Freire Jerônimo de Andrade, Vânia do Carmo Nóbile, 2022. SAVIANI, Dermeval. **Da LDB (1996) ao novo PNE (2014-2024) por uma outra política educacional**. 5ª edição. Campinas: Autores Associados,			

	2019. COELHO, Márcio Oliveira de Castro. **Educação Escolar Indígena e Quilombola.** São Paulo: SENAC, 2021.			
Componente Curricular	Educação, Movimentos Sociais e Lutas de Classes	CH Total 45	TE 30	TC 15
Ementa	Trabalho e Educação. Educação e Lutas de Classes. Movimentos Sociais e Educação. Experiências Educativas em Movimento Sociais. Os Movimentos Sociais como espaços educativos.			
Bibliografia Básica	MEZAROS, I**. Educação para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2010. MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna.** Campinas, Editora Alínea, 2010. GOHN, Maria da Gloria. **Educação e Movimentos Sociais.** Edição 8ª. São Paulo: Cortez, 2017.			
Bibliografia Complementar	FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006. FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história** – 3 ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010. CALDART, Roseli. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2018. ADORNO. F. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 2005. GALLO, Silvio. **Pedagogia Libertária: anarquistas, anarquismos e educação**. São Paulo/Manaus: Imaginário/Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.			
Componente Curricular	Tópicos Especiais em Educação	CH Total 45	TE 30	TC 15
Ementa	Pesquisas em educação na contemporaneidade. Políticas curriculares de formação de professores e o trabalho do pedagogo. Sistemas de ensino e documentos oficiais de caráter mandatório. Desafios e contradições do cenário atual da educação básica brasileira.			
Bibliografia Básica	LUDKE, M.; ANDRÉ M. **Pesquisa em Educação**. 2ª ed. EPU,2013. SOARES, Kátia Cristina Dambiski; SOARES, Marcos Aurélio Silva. **Sistemas De Ensino: Legislação e Política Educacional para a Educação Básica**. Curitiba. Intersaberes, 2017. SAVIANI, Dermeval. **Da LDB (1996) ao novo PNE (2014-2024) por uma outra política educacional**. 5ª edição. Campinas: Autores Associados, 2019.			
Bibliografia Complementar	SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. MARIA RITA N.S. OLIVEIRA E JOSÉ AUGUSTO PACHECO (ORGS.). **Currículo, didática e formação de professores.** Papirus Editora,			

	212. ELAYNE THAYS DE LARA SENA. **De volta para o futuro: experiências inovadoras em educação ao redor do mundo.** Contentus 2020. MOURA, Manoel Oriosvaldo de (org.). **Educação escolar e pesquisa na teoria histórico-cultural .** São Paulo: Loyola, 2017. CORTELLA, Mario Sergio. **Educação, escola e docência:** novos tempos, novas atitudes. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.		
Componente Curricular	Educação, Relações de Gênero e Étnico-raciais	CH Total 30	TE 30
Ementa	A História das mulheres, os estudos de gênero e o conceito de Gênero. A criação da ideia de raça, o processo de colonização e as origens étnicas do Brasil. Reflexões teóricas sobre gênero, raça e trabalho docente: as relações entre divisão sexual do trabalho, educação e o processo de feminização do magistério. Gênero e educação: identidades de gênero, Teoria Queer, Sexo, corpo e sexualidade, masculinidade e feminilidade. O Gênero e a raça nas políticas educacionais brasileiras.		
Bibliografia Básica	DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016. LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e realidade. Set./Dez., 1995.		
Bibliografia Complementar	BACK, Jeizi Loici. Corpos Normatizados e a Escola: a concepção de corpo expressa na BNCC. São paulo: Dialética, 2022 BEAUVOIR, Simone. O Segundo Sexo: fatos e mitos .5ª Edição. São Paulo: Nova Fronteira, 2020 FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017. MEZADRI, Adriana Maria, et al (orgs). Feminismo Camponês Popular: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas. São Paulo: Outras Expressões, 2020 TURNER, Bryan S. Corpo e Sociedade. Estudos em teoria social. São Paulo: Ideias e Letras, 2014.		
Componente Curricular	Educação e direitos humanos	CH Total 30	TE 30
Ementa	Direitos Humanos e cidadania. Filosofia e ciência política: teoria das formas de governo e política. Direito e democracia: o iluminismo, as revoluções modernas, o nascimento dos direitos humanos e a sociedade democrática. Liberdade política: liberalismo, republicanismo, socialismo e social democracia. O direito a ter direitos. Cidadania no século XX.		
Bibliografia Básica	TELES, E. **Democracia e estado de exceção: transição e memória política no Brasil e na África do Sul**. São Paulo: editora Fap-Unifesp, 2015.		

	ARENDT, H. **Sobre a revolução.** Trad. Br. de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das letras, 2011. FREIRE, Paulo; FREIRE, Ana Maria Araujo. **Direitos humanos e a educação libertadora**. 4ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2019		
Bibliografia Complementar	BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. ENGELS, FRIEDRICH. **A origem da família, da propriedade privada e do estado.** São Paulo: Expressão Popular, 2018. COMPARATO, Fabio Konder. **A Afirmação histórica dos direitos humanos.** São Paulo: Saraiva, 2019. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários a prática educativa.** Edição 68ª. São Paulo: Paz e Terra, 2019. ARENDT, H. **Eichman em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal.** Trad. de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.		
Componente Curricular	Educação Escolar Indígena	CH Total 30	TE 30
Ementa	Histórico da Educação Indígena. Políticas Públicas e legislação da Educação Indígena. Fundamentos teórico e metodológico da Educação Indígena. Contexto e luta dos Povos Indígenas. Cultura e saberes indígenas. A forma de organização do ensino escolar em escolas indígenas. Interdisciplinaridade e planejamento coletivo. Áreas de conhecimento e Educação Indígena. Estudo e definições sobre a implementação da gestão democrática na educação indígena.		
Bibliografia Básica	OLIVEIRA, S. M de (et al). **Projetos Interdisciplinar para o Ensino Médio Indígena**. Cartilha Digital. Florianópolis : Edições do Bosque UFSC/CFH/NUPPE, 2021. 99 p. : il. – (Série didática Instituto Brasil Plural). ZEA, Evelyn Schuler. [et al.] (ORGs) **Culturas e Memórias.** –Kuri'y zág fág [recurso eletrônico] : volume 2 : Florianópolis : Edições do Bosque UFSC/CFH/NUPPE, 2021. PAIVA, Adriano Toledo. **História Indígena na sala de aula.** São Paulo: Fino Traço, 2019.		
Bibliografia Complementar	BRITO, Silvia Helena de. Et al. (Orgs.). **A organização do trabalho didático na história da educação.** Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2010. HANAZAKI, Natalia ... [et al.] (ORGs). **Ensino e Natureza.** Florianópolis : Edições do Bosque UFSC/CFH/NUPPE, 2021. 495 p. : il. Vol. 1– (Série didática Instituto Brasil Plural) DORRICO, Julie. et al (Orgs.) **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018 KRENAK. Ailton . **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo:		

Companhia das Letras, 2019.

MARCHIORO, Marcio. **A questão indígena no Brasil: uma perspectiva histórica**. São Paulo: InterSaberes, 2018.

10 CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

10.1 Descrição do Corpo Docente

Nome	SIAPE	Regime de Trabalho	Titulação	E-mail	Link para lattes	Telefone institucional
André Ribeiro da Silva	2334853	DE	Mestre	André.silva@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/2296748161043175	(47)33317883
Bruno Prestes Gomes	1015071	DE	Mestre	Bruno.prestes@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/3065006527418548	(47)33317883
Camila Munarini	2390092	DE	Mestre	camila.munarini@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/0752386749553516	(47)33317883
Daiana Colombo Figueredo	1140411	DE	Mestre	Daiana.figueredo@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8463347995002390	(47)33317883
Elodir Lourenço de Souza	2390538	DE	Mestre	elodir.souza@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7614776964321418	(47)33317883
Fábio Silva de Oliveira	2390037	DE	Mestre	Fabio.oliveira@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5148806023057465	(47)33317883
Ítalo Kiyomi Ishikawa	2409627	DE	Doutor	Ítalo. Ishikawa@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/6867521370238262	(47)33317883
Janaina Muniz Picolo	3108262	DE	Doutora	Janaina.picolo@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5635260725911660	(47)33317883
Jurema de Fátima Knopf	2390102	DE	Mestre	Jurema.knopf@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/1121179362483710	(47)33317883
Luciana Carlos	3171465	DE	Doutora	Luciana.gerole	http://latt	(47)33317883

Geroleti				ti@ifc.edu.br	es.cnpq.br/7591474277030415	
Manoel Sampaio Shiavi	2354049	DE	Mestre	manoel.shiavi@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5797530122386071	(47)33317883
Nazaré Nunes Barbosa Cesa	3006966	DE	Mestre	nazaré.cesa@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/4639154528149636	(47)33317883
Paulo da Costa Pereira Neto	3299562	40 h	Mestre	Paulo.neto@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/1340046505996822	(47)33317883

10.2 Coordenação de Curso

De acordo com a Resolução 010/2021 do Consuper/IFC, em relação ao coordenador de curso:

> **Art. 80** A Coordenação de Cursos de Graduação é a instância responsável, junto com o Núcleo Docente Estruturante (NDE), por gerir o curso e deve ser ocupada por docente escolhido pelo colegiado e demais docentes que atuam no curso no ano do processo de escolha, por um período de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzido para mais um mandato consecutivo.
> § 1º Para os cursos de graduação e de nível médio podem se candidatar a coordenação somente docentes efetivos do quadro permanente que atuam no curso e que sejam, preferencialmente, da área do curso;
> § 2º O coordenador de curso pode indicar docente efetivo do quadro permanente que atuam no curso a coordenador adjunto, que auxiliará nas demandas da coordenação e assumirá, no caso de ausência ou impedimentos legais do coordenador do curso, as atribuições de coordenação como coordenador substituto.
> § 3º Caso haja necessidade de alteração da Coordenação de Curso antes do término de
> mandato, deve haver nova escolha, com novo período de mandato conforme consta no *caput* deste artigo.
> § 4º Caso não haja candidatos aptos e interessados para o cargo de Coordenação do Curso, cabe ao colegiado indicar o coordenador.
>
> **Art. 83** São atribuições da Coordenação de Curso:
> I - cumprir e fazer cumprir as decisões e normas estabelecidas pelas instâncias superiores e demais órgãos, em articulação com NDE e/ou colegiado;
> II - conduzir e supervisionar a atualização pedagógica do curso e acompanhar a realização das atividades acadêmicas previstas no PPC;
> III - incentivar a articulação entre ensino, extensão, pesquisa e inovação e fomentar a realização de eventos científicos, culturais e esportivos no âmbito do curso;
> IV - subsidiar a gestão do *campus* no diagnóstico das necessidades do curso atreladas a pessoal e infraestrutura, articulando também com os setores competentes a manutenção e atualização dos espaços, equipamentos e materiais, visando o processo de ensino e aprendizagem;

V - contribuir para a construção e consolidação de políticas, diretrizes e mecanismos gerenciais que tenham relação com o curso;
V - apoiar e auxiliar a execução das políticas e programas de permanência e êxito, inclusão e diversidade e acompanhamento de egressos;
VI - acompanhar, participar e prestar informações nos processos de avaliação institucional e de curso, assim como articular o desenvolvimento de ações a partir dos indicadores nos processos avaliativos;
VII - recepcionar, informar e acompanhar os estudantes no desenvolvimento do curso;
VIII - executar as atividades demandadas no sistema acadêmico relativas à Coordenação de Curso;
IX - acompanhar a elaboração do quadro de horários de aula do curso, em conjunto com a Coordenação Geral de Ensino (CGE) ou equivalente, observando o PPC e o Calendário Acadêmico;
X - analisar e emitir parecer dos requerimentos relacionados ao curso, e quando necessário consultar NDE e/ou Colegiado;
XI - convocar, presidir e documentar as reuniões do Colegiado de Curso e/ou NDE;
XII - analisar e homologar, em conjunto com o NDE e/ou colegiado, os Planos de Ensino de acordo com calendário acadêmico;
XIII - analisar e acompanhar a consolidação dos diários de turma ao final de cada período letivo;
XIV - analisar e validar as atividades curriculares complementares, diversificadas, estágio e trabalho de conclusão de curso, quando for o caso;
XV - inscrever e orientar os estudantes quanto aos exames de desempenho aplicados ao curso.

10.3 Núcleo Docente Estruturante

De acordo com a Resolução 010/2021 do Consuper/IFC:

Art. 84 O NDE (graduação) é um órgão propositivo, com responsabilidades acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do PPC.
§ 2º São realizadas reuniões ordinárias do NDE mensalmente, conforme previsão no calendário acadêmico.
§ 3º As reuniões do NDE devem contar com presença de 50% (cinquenta por cento) mais um de seus membros e só podem decidir pauta após votação da maioria simples dos presentes.
§ 4º As reuniões extraordinárias são convocadas pelo presidente, ou por um terço de seus membros.
§ 5º Todas as reuniões de NDE devem ser registradas em ata, assinada por todos os participantes da reunião e arquivadas na Coordenação de Curso.
§ 6º O NDE pode demandar assessoria do NUPE.

Art. 85 A constituição do NDE deve atender, no mínimo:
I - Coordenador do Curso, como presidente;
II - 5 (cinco) docentes efetivos, no mínimo, pertencentes ao corpo docente do curso;
§ 1º O NDE deve ter no mínimo 60% (sessenta por cento) de seus membros em regime de trabalho em dedicação exclusiva.
§ 2º Para o caso do NDE, levando em conta as avaliações institucionais organizadas pelo INEP, o núcleo deve ter pelo menos 60% (sessenta por cento) de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de Pós-graduação *stricto sensu*.
§ 3º Os *campi* têm autonomia para definir estratégias de escolha dos integrantes do NDE e NDB, devendo garantir permanência por no mínimo 2 (dois) anos e estratégias de renovação parcial dos integrantes.
§ 4ºA constituição do NDE e NDB é formalizada mediante portaria específica emanada do Diretor Geral do *campus*, que explicitará o nome dos integrantes e

vigência de mandato.
§ 5º Perde o direito de representação o membro que não comparecer, sem justificativa legal, a três reuniões ordinárias consecutivas ou 5 reuniões ordinárias alternadas.

Art. 86 São atribuições do NDE:
I - elaborar, implantar, supervisionar, consolidar e propor alterações atualizações no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) em consonância com a legislação educacional pertinente ao curso, PDI e PPI;
II - contribuir para a consolidação do perfil do egresso do curso;
III - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes na matriz curricular;
IV - propor formas de incentivo às ações relativas ao aperfeiçoamento, desenvolvimento e integração do ensino, pesquisa e extensão, oriundas de necessidades do curso, de exigências do mundo do trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
V - analisar e emitir parecer dos Planos de Ensino, considerando se estão em consonância com o PPC;
VI - acompanhar o processo didático-pedagógico, analisando os resultados de ensino e aprendizagem observando o PPC;
VII - estudar e apontar causas determinantes do baixo rendimento escolar e evasão de estudantes e propor ações com vistas à permanência e êxito;
VIII - acompanhar, junto à Coordenação do Curso e CPA/CLA, os processos de avaliação externa e interna e propor ações que garantam um nível de avaliação adequado ao Ministério da Educação (MEC) e IFC.
IX - preparar e executar ações de autoavaliação do curso aplicando os resultados na melhoria do curso.
X - incentivar e acompanhar a produção de material científico ou didático para publicação;
XI - Analisar e emitir parecer dos requerimentos recebidos dos estudantes e da CRACI, quando demandado pela Coordenação de Curso.

Art. 87 Compete ao Presidente do NDE:
I - convocar os membros;
II - presidir e garantir o registro das reuniões;
III - representar ou indicar representante, junto ao Colegiado de Curso;
IV - encaminhar as matérias apreciadas às instâncias de competência do curso;
V - coordenar a integração do NDE ou NDB aos demais órgãos da instituição.

10.4 Colegiado de Curso

De acordo com a Resolução 010/2021 do Consuper/IFC:

Art. 88 O Colegiado de Curso é um órgão deliberativo, técnico-consultivo e de assessoramento presente nos cursos superiores, no que diz respeito ao ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso nos limites estabelecidos pelos órgãos superiores do IFC.
§ 2º São realizadas reuniões ordinárias do colegiado, mensalmente, conforme previsão em calendário acadêmico.
§ 3º As reuniões do colegiado devem contar com presença de 50% (cinquenta por cento) mais um de seus membros e só podem decidir pauta após votação da maioria simples dos presentes.
§ 4º As reuniões extraordinárias são convocadas pelo presidente, ou por um terço de seus membros.
§ 5º Todas as reuniões de Colegiado devem ser registradas em ata, assinada por todos participantes da reunião e arquivadas na Coordenação de Curso.
Art. 89 A composição do Colegiado dar-se-á da seguinte forma:
I - Coordenador de Curso, que presidirá o Colegiado;
II - um representante do Núcleo Docente Estruturante (NDE), além do coordenador de curso;
III - 70% (setenta por cento) da composição total do colegiado deve ser

composta por docentes que atuam no curso, garantindo no mínimo 30% (trinta por cento) do corpo docente efetivo;
IV - no mínimo um técnico administrativo em educação, preferencialmente da área pedagógica ou membro do Núcleo Pedagógico (NUPE);
V - no mínimo um representante discente, escolhido por seus pares;
§ 1º Os *campi* têm autonomia para definir as estratégias de escolha dos integrantes do
Colegiado, entre os pares, podendo haver renovação a qualquer tempo.
§ 2º A constituição do colegiado do curso é formalizada mediante portaria específica expedida pelo Diretor Geral do *campus,* explicitando o nome dos integrantes e vigência de mandato.
§ 3º Perde o direito de representação o membro que não comparecer, sem justificativa legal, a três reuniões ordinárias consecutivas ou 5 reuniões ordinárias alternadas.
Art. 90 Competências do Colegiado de Curso:
I - analisar, aprovar, acompanhar e avaliar o PPC e suas alterações, em consonância com a legislação educacional pertinente ao curso, PDI e PPI, encaminhando-as para aprovação dos órgãos superiores;
II - acompanhar, analisar e deliberar sobre atividades acadêmicas relativas ao ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso;
III - aprovar orientações e normas para as atividades didático-pedagógicas não previstas no PPC, propostas pelo NDE do curso, encaminhando-as para aprovação dos órgãos superiores;
IV - emitir parecer sobre assuntos de natureza técnica e administrativa, no âmbito do curso;
V - deliberar sobre processos relativos ao corpo discente, respeitadas as decisões de Conselho de Classe, quando for o caso;
VI - proporcionar articulação entre a Direção-geral, docentes e as diversas unidades do *campus* que participam da operacionalização do processo de ensino e aprendizagem;
VII - analisar e emitir parecer dos requerimentos recebidos dos estudantes e da CRACI, junto com a Coordenação de Curso.
VIII - homologar os planos de ensino analisados pelo NDE;
IX - exercer outras atribuições previstas em lei e fazer cumprir esta OD, propondo alterações, quando necessárias, para instâncias superiores;

Art. 91 Compete ao Presidente do Colegiado:
I - dar posse aos membros do Colegiado;
II - convocar e presidir as reuniões;
III - votar, e em caso de empate, dar o voto de qualidade;
IV - designar o responsável pela secretaria do Colegiado, garantindo o registro das reuniões;
V - designar relator ou comissão para estudo de matéria do Colegiado;
VI - submeter à apreciação e à aprovação do Colegiado a ata da reunião anterior;
VII - encaminhar as decisões do Colegiado ao órgão ou setor competente;
VIII - apresentar a pauta, o número dos membros presentes e o término dos trabalhos;
IX - conceder a palavra aos membros do Colegiado e delimitar o tempo de seu uso;
X - decidir as questões de ordem;
XI - submeter à discussão e, definidos os critérios, a votação das matérias em pauta e anunciar o
resultado da votação;
XII - comunicar as justificativas de ausências apresentadas pelos membros do colegiado;
XIII - representar o Colegiado, ou indicar representante, junto aos demais órgãos do IFC.

10.5 Descrição do Corpo Técnico Administrativo Disponível

Nome	SIAPE	Cargo	Titulação	E-mail
José de Carvalho Araújo Júnior	3084085	Técnico em Assuntos Educacionais	Especialista	jose.araujo@ifc.edu.br
José de Ribamar Lobato Neto	1067705	Técnico em Assuntos Educacionais	Pedagogo	jose.lobato@ifc.edu.br

10.6 Políticas de Capacitação para Docentes e Técnicos Administrativos em Educação

É ofertado anualmente, no mínimo 20 horas, de cursos de capacitação para Docentes e TAEs. Além disso, os servidores tem a possibilidade de acessar os programas e auxílios de incentivos à capacitação, que acontecem mediante editais Institucionais.

11 DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL

11.1 Biblioteca

A biblioteca possui toda a bibliografia básica e complementar constante no PPC, com número de exemplares satisfatório e proporcional ao número de vagas, tombado e informatizado. O acervo virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome do IFC.

O acervo está atualizado ao PPC e está referendado por relatório de adequação, assinado pelo NDE, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia básica da UC. Há garantia de acesso virtual ao acervo na biblioteca e no Laboratório de Informática.

A biblioteca possui 53.30m2, mesa e cadeira para bibliotecário, mesas de estudo coletivo e individual, computadores e notebooks para consulta do acervo virtual O quantitativo de exemplares de livros impressos é de 1789, com 322 títulos. Além disso, a biblioteca possui disponíveis acervos de livros virtuais.

11.2 Áreas de Ensino e Laboratórios

a) Espaço de trabalho para docentes em tempo integral

Espaço de trabalho coletivo dos docentes com mesa grande de reunião, mesa com cadeira individual, impresso, acesso a internet via cabo e wifi, armários, gaveteiros.

b) Espaço de trabalho para o coordenador

Sala com 16m2, com mesas, cadeiras, computadores com acesso a internet via cabo e wifi e armários grandes.

c) Sala coletiva de professores

Sala de 39m2, com sofá para, armários, quadro branco pequeno, mesa coletiva de reunião e acesso a internet via wifi.

d) Salas de aula

O curso de Pedagogia tem à disposição salas de aula de 51m2 cada, com quadro branco, mesa para docente com cadeira em cada sala, cadeiras e carteiras para estudantes em cada sala.

e) Acesso dos alunos aos equipamentos de informática

Laboratório de Informática com 41m², com ar condicionado, máquinas conectadas à internet com cabo, além de disponibilidade de rede wifi, bancadas e cadeiras para todas as máquinas, mesa de docente, cadeira para docente e quadro branco grande. Possui ainda computadores para pesquisa na biblioteca e no laboratório com aplicativo de Acesso Não Visual ao Desktop - (**NVDA**) , notebooks no mesmo espaço e tablets que podem ser utilizados pelos estudantes, além de rede de wifi em todo o espaço escolar.

f) Laboratórios disponíveis no Campus, que serão utilizados pelo curso de Pedagogia.

- Laboratório de Informática, espaço com 41m², com ar condicionado, 24 máquinas conectadas a internet com cabo, além de disponibilidade de rede wifi, bancadas e cadeiras para todas as máquinas, mesa de docente, cadeira para docente e quadro branco grande.
- Laboratório Didático de Práticas Pedagógicas, sala 39m2, denominada, com expositor de aço, mesas e cadeiras pequenas, materiais didáticos diversos, jogos matemáticos e de alfabetização, brinquedos, quadros brancos pequenos. Regulamento disponível no site do IF Campus Avançado Abelardo Luz.

11.3 Áreas de Atendimento ao Estudante

Há disponível uma sala de atendimento ao estudante com computadores, mesas, cadeiras, armários, internet, local onde está lotado o Napne e o Sisae.

11.4 Acessibilidade

Quanto à acessibilidade, o Campus Avançado Abelardo Luz, está em fase de implantação e reconstrução das estruturas físicas, entre as quais um projeto de reforma e ampliação do prédio administrativo, pavimentação da área externa com vista a prover o acesso às pessoas com necessidades específicas (PNE) a todas as dependências do campus. Também os ambientes, como biblioteca, sanitários estão sendo adaptados para permitir o acesso de PNE's.

O campus conta com atuação do Núcleo de Atendimento a Pessoas com

Necessidades Específicas – NAPNE, que tem como objetivos desenvolver ações de implantação e implementação das políticas de inclusão, conforme as demandas do campus. O Napne instituído pela Política de Inclusão e Diversidade, Resolução no 33/2019 – Consuper/IFC, trata-se de um núcleo de natureza propositiva e consultiva, voltado para o fomento de estudos das questões relativas à inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas.

Da mesma forma, debruça-se no desenvolvimento de ações que visam a ampliação da oferta de acessibilidade, a minimização de barreiras, a equidade de condições e o combate ao capacitismo, sobretudo em âmbito institucional.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este PPC foi reelaborado com a participação efetiva dos docentes que compõem o NDE do curso. Trata-se de apresentar a concepção teórica, a proposta pedagógico-metodológica e as condições estruturais e humanas para a sua implementação.

Buscou-se atender às especificidades do curso, por se tratar de um curso com ênfase em Educação do Campo e organizado metodologicamente a partir da Pedagogia da alternância, e as legislações vigentes que tratam sobre as licenciaturas e os cursos de Pedagogia e também a Organização Didática dos Cursos do IFC instituída pela resolução 10/2021-CONSUPER.

13 REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. da S., et. al. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 819- 842, out. 2006.

ALVES, R; BRASILEIRO, M. C.; BRITO S. Interdisciplinaridade: um conceito em construção. **Episteme**, Porto Alegre, n. 19, p. 139-48, jul./dez. 2004.

BRASIL. Diretrizes curriculares cursos Bacharelado e Licenciatura. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

BRASIL. Diretrizes curriculares nacionais para formação de professores da **educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**. Brasília: Ministério da Educação, 2001.

BRASIL. **Educação profissional e tecnológica**: legislação básica. 6 ed. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2005.

BRASIL. **Educação Profissional**: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. **Lei n. 11.788 de 26 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio dos

estudantes. Presidência da República. Brasil: 2008.

BRASIL. **Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996:** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Contribuições para o processo de construção dos cursos de Licenciatura dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Brasília, 2008. Disponível em , acessado em 13-06-2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância:** reconhecimento e renovação de reconhecimento. Brasília: INEP/MEC, 2017. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf. Acesso em 18 de fev. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9.394**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação

BRASIL. Ministério da Educação**. Parecer do CNE/CP nº: 5/2005** - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso d ePedagogia. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf. Acesso em 29 de mar. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação**. Parecer do CNE/CP nº: 3/2006** - Reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2005, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Disponível em: **http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp003_06.pdf**. Acesso em 29 de mar. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 23, de 21 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos**.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/39380012/do1-2%20018-09-03-portaria-normativa-n-23-de-21-de-dezembro-2017. Acesso em: 22 de fev. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação**. Resolução do CNE/CP nº 1, de15 de maio de 2006** - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em 28 de abr. de 2022.

BRASIL. Ministério do Planejamento. Orçamento e Gestão. Ministério da Educação. **Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília: MPOG, 2008.

BRASIL. Ministérios da Educação. **Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura.** Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministérios da Educação. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília: Conselho Nacional

de Educação, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em: 27 de abr. de 2022.

BRASIL. Ministérios da Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014 – 2024 e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em 28 de abr. de 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 1 de 15 de maio de 2006**: Institui Diretrizes Curriculares Nacionais em Pedagogia, Licenciatura. Brasília, 15 maio de 2006.

BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 2, de 1 de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, 1 jul. 2015.

CAMPOS, B. P. (Ed). **Formação profissional de professores no ensino superior**. V. 1. Porto: Porto Editora, 2001.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia.** São Paulo, Ática. 1995.

FREITAS, L. C. **Ciclos, seriação e avaliação:** confrontos de lógicas. São Paulo: Moderna, 2003.

FREITAS, L. C. Avaliação: para além da "forma escola". **Educação: Teoria e Prática**, v. 20, n. 35, p. 89-99, jul./dez. 2010.

GÓES, M. C. R.; SMOLKA, A. L. B. **A significação nos espaços educacionais**: interação social e subjetivação. Campinas: Papirus, 1997.

HOFFMAN, J. **Avaliação mediadora.** 15 ed. Porto Alegre: Mediação, 1993.

INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS. Disponível em: <http://www.inep.gov.br> Acesso em: 30 jun. 2014.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Organização Didática dos Cursos do IFC:** Anexo da Resolução nº 010/2021 Consuper/IFC. Blumenau, 2021. Disponível em: https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2020/12/Organiza%C3%A7%C3%A3o-Did%C3%A1tica-dos-Cursos-do-IFC.pdf. Acesso em 28 de abr. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Plano de Desenvolvimento Institucional/2019-2023.** Blumenau, 2019. Disponível em: https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2019/01/PDI_2019-2023_VERSO_FINAL_07.06.2019_-_ps_Consuper.pdf. Acesso em 28 de abr. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Resolução 013/2022** IFC/Consuper. **Dispõe sobre a curricularização da extensão e da pesquisa nos cursos do Instituto Federal Catarinense (IFC).** Disponível em: https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2022/02/Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-013-Consuper2022.pdf. Acesso em 07 de out. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Resolução n. 17 – Consuper/2013.** Regulamentação dos Estágios dos alunos da Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense. Blumenau: CONSUPER, 2013. Disponível em: https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2014/07/RESOLU%C3%87%C3%83O-017-2013-Aprova-resolu%C3%A7%C3%A3o-Ad.-ref.-014-2013-Regulamenta%C3%A7%C3%A3o-Est%C3%A1gios-PROEX.pdf. Acesso em 28 de abr. de 2022.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Brasília/DF. EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL: DIFERENCIAIS ENTRE O RURAL E O URBANO. Texto para Discussão. 2021. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10501/1/td_2632.pdf> Acesso em 29 de junho de 2022.

KUENZER, A. Z. Conhecimento e competências no trabalho e na escola. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 45-68, maio/ago. 2002.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LÜDKE, M. **O professor e a pesquisa**. Campinas: Papirus, 2001.
MACIEL, A. S.; MAZZILLI, S. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: percursos de um princípio constitucional. **33ª Anped**, GT 11, 2010. Disponível em: <http://www.anped11.uerj.br/Indissociabilidade.pdf>. Acesso em: 27 out. 2012.

MOLL, L. C. et al. **Vygotsky e a educação**: implicações pedagógicas da psicologia sócio-histórica. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MOLL, L. C. **Vygotsky e a educação**: implicações pedagógicas da psicologia sóciohistórica. Porto Alegre: Artmed, 2002.

OLIVEIRA, M. K. de. **Vygotsky**: aprendizado e desenvolvimento – um processo sóciohistórico. 4. ed. São Paulo: Scipione, 2002.

REGO, T. C. **Vygotsky:** uma perspectiva histórico-cultural da educação. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

VAZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

VEIGA, Ilma P. A (Org.). **Projeto Político Pedagógico**: uma construção possível. 3 ed. Campinas: Papirus, 1997.

VYGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VYGOTSKY, L. S. **Obras escogidas II**: problemas de psicología general. Madrid: Visor Distribuciones, 1993.

VYGOTSKY, L. S. **Psicologia pedagógica**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WACHOWICZ, L. A. Avaliação e aprendizagem. In: VEIGA, I. P. A. (Org.). **Lições de Didática**. Campinas: Papirus, 2006.

Emitido em 13/10/2022

PROJETO Nº PPC atualiz/2022 - DEPE/ABEL (11.01.15.03)
(Nº do Documento: 180)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 13/10/2022 11:31)
AURO CESAR BRAGA
DIRETOR - TITULAR
DEPE/ABEL (11.01.15.03)
Matrícula: ###360#5

(Assinado digitalmente em 13/10/2022 13:47)
ELODIR LOURENCO DE SOUZA
COORDENADOR DE CURSO - TITULAR
GRPEDAG/AB (11.01.15.26)
Matrícula: ###905#8

Visualize o documento original em https://sig.ifc.edu.br/documentos/ informando seu número: **180**, ano: **2022**, tipo: **PROJETO**, data de emissão: **13/10/2022** e o código de verificação: **93b42cd059**